Curso de Especialização

DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

MEC-UFPR-NEPIE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS: PERCURSOS BUSCANDO RECONHECER A CRIANÇA COMO CENTRO DO TRABALHO

CURITIBA

2013

QUEILA CRISTINA INDALENCIO BATISTA MARTIN

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS: PERCURSOS BUSCANDO RECONHECER A CRIANÇA COMO CENTRO DO TRABALHO

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação Infantil, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Catarina Moro

CURITIBA

2013

Dedico esta monografia ao meu marido, Francisco Caetano, à minha mãe, Iracema, à minha doce vovó, Érica, e à minha agitada irmã, Karina. Pessoas importantes, que em vários momentos, quando eu pensava em desistir, me davam forças para continuar, pessoas muito especiais em minha vida, que me ensinaram muitas coisas, e uma delas foi que por mais que o caminho esteja difícil e doloroso, devo prosseguir, pois lá na frente, quando o caminho já estiver no final, olharei para trás e me sentirei vitoriosa. Obrigada por sempre estarem ao meu lado me dando forças. Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Ao meu DEUS, pelo infinito amor, pela graça inspiradora, pela proteção e orientação.

À minha orientadora e coordenadora do curso, Professora Catarina Moro, pela paciência na orientação, sugestões e incentivo para que esta monografia fosse concluída.

À coordenadora do curso, Professora Gizele de Souza, juntamente com a Professora Catarina Moro, sempre preocupadas com a qualidade e o bom aproveitamento do curso.

A todos os professores do curso que foram de extrema importância, pois seus ensinamentos serão lembrados em cada momento de minha vida profissional.

Aos colegas de turma, em especial a Angelita, Izolde e Josiane, pelas horas que passamos juntas. Com certeza o curso não proporcionou somente novos conhecimentos, mas também vínculos de grandes amizades que serão eternas.

E à minha amada e querida família, em especial ao meu amado marido, pelo amor e apoio constante, à minha amada mãe, pelas orações e sábios conselhos, e à minha querida avó Érica, pessoa maravilhosa e inspiradora.

A todos, muito obrigada.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 7

1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL 14

1.1 CONTEXTUALIZANDO A PRIMEIRA ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA 14

1.1.1 No Brasil 14

1.1.2 No Estado do Paraná 17

1.1.3 No município de São José dos Pinhais 18

1.2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL 19

1.2.1 Planejamento das ações diárias para esta etapa da Educação Básica 19

2 DETALHAMENTO DA AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL 24

2.1 O QUE DIZEM AS NORMATIVAS GOVERNAMENTAIS SOBRE A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL 24

2.1.1 No âmbito federal 25

2.1.2 No âmbito estadual (Paraná) 34

2.1.3 No âmbito municipal 37

2.2 CONTRIBUIÇÕES ACADÊMICAS SOBRE A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL 38

2.2.1 O ato de avaliar 38

2.2.2 Instrumentos de avaliação para a Educação Infantil 56

3 AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS ENTRE OS ANOS DE 2001 E 2012 66

3.1 METODOLOGIA DE PESQUISA 66

3.2 ANÁLISE DOS DADOS.....68

3.2.1 Período de 2001 a 2004.....68

3.2.2 Período de 2005 a 2008.....75

3.2.3 Período de 2009 a 2012.....81

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....89

REFERÊNCIAS.....92

ANEXOS..... 98

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil tem passado por alterações significativas em seu contexto. A partir da Constituição Federal de 1988, a Educação Infantil passou a possuir amparo legal, sendo reconhecida como parte da Educação Básica. Portanto, esta etapa da Educação Básica é um direito de todas as crianças. Mesmo assim, a Educação Infantil está em um momento de transição, em que é necessária uma mudança de olhar para com o atendimento de crianças de zero a cinco anos.

E não se pode deixar de citar que a avaliação nesta etapa do ensino também precisa ser vista com olhos inovadores, pela contextualização, pelas políticas governamentais, contribuindo de fato para a aprendizagem e sendo registrada de forma eficaz, como normatiza a Resolução n.º 05/2009, em seu artigo 10.º:

> As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:
>
> I. A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
> II. Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns, etc.);
> III. A continuidade dos processos de aprendizagem por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transição no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);
> IV. Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
> V. A não retenção das crianças na Educação Infantil (BRASIL, 2009a).

Sendo importante também ressaltar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN n.º 12.796), no seu Art. 31, que retrata o seguinte indicativo: “Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino

fundamental” (BRASIL, 2013); assim a avaliação deve ser vista a partir do ponto fundamental: “a criança”, dentro de suas possibilidades sociais e culturais.

No dia 04 de abril de 2013, alguns itens do texto da LDB foram alterados, algumas dessas alterações já se encontravam descritas nas Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2009, mas reacenderam a discussão sobre os diferentes aspectos do ato de avaliar nesta etapa. Um deles é o que determina a expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

A avaliação na Educação Infantil deve ser compreendida como elemento indissociável à prática docente, que auxilia o professor a definir critérios que orientem a sua prática e a criar situações que oportunizem o avanço da aprendizagem da criança (BRASIL, 1998, p. 59).

Este é um tema bastante discutido. Os professores envolvidos no processo demonstram bastante inquietude no que diz respeito aos instrumentos e mecanismos a utilizar; sabe-se que deve haver registro que materialize o processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim, a avaliação requer dos envolvidos um olhar reflexivo sobre a criança, sobre seu contexto sociocultural e suas manifestações, e deve-se perceber a criança em sua individualidade, em suas sucessivas e gradativas conquistas do conhecimento.

Como afirma Parente (2004), realizar o acompanhamento e a avaliação das crianças, de forma sistemática, na Educação Infantil, é uma prática relativamente recente. Além disso, constitui-se em uma temática polêmica, que mobiliza intensamente professores e coordenadores nas escolas de todo o país. Tal discussão traz várias questões para a prática educativa, dentre elas são as mais recorrentes: o que deve ser avaliado e quando; como avaliar; que instrumentos e procedimentos utilizar e para que e para quem avaliar.

Ainda que de forma tímida, é possível encontrar materiais que falem da avaliação na Educação Infantil no âmbito educacional, mesmo que até então, na maior parte das vezes, eram os profissionais da área da psicologia que fundamentavam teoricamente esse processo (MORO, 2000).

Na ultima década, como revela Paz (2005), começa a haver uma maior disseminação sobre as pesquisas relacionadas à avaliação. Especificamente a partir da LDB n.º 9.394, de 1996, bem como a partir dos estudos sobre a temática de Jussara Hoffmann (1996).

Percebe-se que os professores encontravam dificuldades em avaliar a criança na Educação Infantil, pois na maioria das vezes eles têm em mente que a avaliação precisa ser vista a partir de um projeto ideal de criança, os classificando como bons e maus alunos pelo comportamento, sendo comum avaliar a criança na Educação Infantil a partir do seu comportamento como aluno no contexto escolar.

Portanto, reconhecer a importância do respeito à criança e às diferentes etapas de seu desenvolvimento significa reconhecer que não cabe exercer práticas formais de avaliação próprias do Ensino Fundamental. Ao contrário, é preciso garantir na Educação Infantil que a criança viva essa etapa de sua vida, a infância, de maneira segura e em um ambiente acolhedor, devendo promover a aprendizagem e o desenvolvimento infantil através de atividades que ampliem o repertório vivencial e cultural das crianças.

Sendo assim, nesta pesquisa, optou-se pelo tema “Avaliação na Educação Infantil”, pois como docente de Educação Infantil, esta temática sempre me causou certa inquietação. Tive contato com a Educação Infantil, enquanto organização de ensino, desde a oitava série do Ensino Fundamental, quando fui convidada pela dona de uma escola e amiga da família a trabalhar como auxiliar de turma numa instituição de Educação Infantil privada, chamada “Pré-Escola Abelhinha Mágica”, em Curitiba, PR.

No ano seguinte, motivada pelo trabalho e pela afinidade com crianças pequenas, iniciei o curso de Magistério, nível de 2.º grau, no Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto, onde frequentei as aulas até o ano de 1997, quando da minha formatura. Paralelamente ao curso, eu trabalhava na mesma escola particular, não mais como auxiliar, mais sim como professora regente da turma do Jardim II (idade de quatro a cinco anos).

Nessa escola particular fazíamos a avaliação das crianças da seguinte forma: a partir de um formulário com vários itens sobre o desenvolvimento e a

aprendizagem da criança, deveríamos marcar um “X” naquele que a criança já conseguia fazer; era uma listagem com muitos itens a serem preenchidos. Este fato me intrigava muito, pois era difícil deixar um daqueles itens sem preencher, pois a avaliação tinha que acontecer de forma que os pais saíssem satisfeitos com o trabalho da instituição, isto é, quase todos os itens deveriam ter o “X” marcado, porque se não houvesse a marcação, a “culpa” recairia sobre a professora que não estava ensinando com qualidade, e não na dificuldade que por ventura a criança apresentasse.

Depois de formada no Magistério, senti a necessidade de continuar estudando, mas não tinha condições financeiras para pagar uma faculdade, então optei em fazer o Curso Adicional em Educação Infantil, fornecido pelo mesmo instituto que me formei. Fiz a prova escrita para entrar no curso e passei. Este curso acrescentou muito conhecimento teórico e prático como profissional da Educação Infantil, mas recordo-me que muito pouco ou quase nada foi relacionado à avaliação na Educação Infantil.

Em 2000, iniciei então o curso de Pedagogia, pois com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.º 9.394/96, para dar aula na Educação Infantil e Séries Iniciais, o profissional deveria ter curso superior.

Na faculdade, também nenhuma lembrança de disciplina específica para a Educação Infantil, menos ainda algo relacionado à avaliação nesta etapa da Educação Básica, a não ser aquilo que estava descrito na LDB n.º 9.394/96, em seu Art. 31.

Nesse período, ainda trabalhando na escola particular, vivenciei outro momento em relação à avaliação. A forma de avaliar havia mudado um pouco, passou a ser “Parecer Descritivo”, para o qual éramos orientadas a transcrever aquilo que estava descrito no instrumento de marcar “X”, para o parecer, deixando de escrever apenas aquilo que a criança ainda não conseguia fazer. Esta forma de avaliar ainda me intrigava muito, pois tinha a sensação que estava faltando muito coisa ainda a descrever.

Em 2001, passei no concurso público para professora da Educação Infantil e Séries Iniciais e fui chamada a trabalhar em um Centro Municipal de Educação

Infantil da Prefeitura do Município de São José dos Pinhais, PR, no qual me encontro até hoje. Iniciei justamente no momento de transição em que os CMEI'S (Centros Municipais de Educação Infantil), pertencentes à Secretaria de Promoção Social, passaram naquele ano para a Secretaria Municipal de Educação.

De 2001 a 2004 tivemos vários assessoramentos fornecidos pela Editora Base, pois era quem fornecia o material didático. Havia uma grande preocupação em ensinar como trabalhar com o material didático; propiciar diversificadas formas metodológicas, para que a criança aprendesse de forma mais efetiva; tornar a prática em sala de aula mais criativa e motivadora. Sobre a avaliação, eram poucos os esclarecimentos.

Nesse período fui eleita Diretora Auxiliar na Unidade de Ensino em que trabalhava. Muitas mudanças ocorreram, um novo olhar aos poucos ia se construindo. Agora não mais como o de uma executora da avaliação na Educação Infantil, mas como o de gestora. Ainda como Diretora Auxiliar da mesma unidade, por conta de eleição e reeleição de diretores, pude acompanhar o processo de implantação da nova forma de avaliar as crianças no município, por exercer também a função de pedagoga escolar, além de Diretora Auxiliar (conhecida também como DAP'S – Diretora Auxiliar Pedagógica[1]).

Nesse sentido, uma vez mais a avaliação se tornou elemento de pauta no trabalho e se virou tema de pesquisa para a presente monografia. Assim surgiu o interesse em pesquisar sobre "Avaliação". Tendo as seguintes questões problemáticas: qual é o lugar da avaliação nas políticas públicas e nas ações da rede municipal de São José dos Pinhais? Qual é o lugar da criança nas propostas de avaliação desenvolvidas de 2001 a 2012 no município de São José dos Pinhais? Qual a forma de avaliar a criança na Educação Infantil neste período?

Considerando a especificidade da Educação Infantil e a importância dos fatores que envolvem a avaliação nesta etapa, esta pesquisa tematiza a avaliação na Educação Infantil partindo dos documentos governamentais a nível federal, estadual e municipal, bem como de contribuições acadêmicas sobre o referido assunto; além disso tem como objetivo verificar como é tratada a avaliação na

[1] Nas atribuições da Diretora Auxiliar do município de São José dos Pinhais, há um campo relacionado a orientar a parte pedagógica dos Centros Municipais de Educação Infantil do município.

Educação Infantil, mais especificamente na documentação própria do município de São José dos Pinhais entre os anos de 2001 a 2012.

Posto isso, o texto monográfico que aqui se apresenta está organizado da seguinte forma:

O primeiro capítulo, “Breves considerações sobre a Educação Infantil”, faz uma contextualização da Educação Básica no Brasil, no estado do Paraná e no município de São José dos Pinhais, com referencial teórico baseado nos documentos governamentais e seguintes autores: Campos e Rosemberg (1995), Kramer (1995) e Oliveira (2011). Ainda neste primeiro capítulo contextualiza-se a “Organização do trabalho pedagógico e a avaliação na Educação Infantil”, com o auxílio dos seguintes autores: Vasconcellos (1995), Kamii (1985) e Hoffmann (1996, 2010a e b, 2011, 2012a e b).

O segundo capítulo, sob o título “Detalhamento da avaliação na Educação Infantil”, apresenta o que dizem os documentos governamentais e políticas públicas, no âmbito federal, estadual, sobre a avaliação na Educação Infantil, bem como o que revelam sobre o assunto as contribuições acadêmicas de alguns autores como: Hoffmann (1996, 2003, 2006, 2010a e b, 2012 a e b), Paz (2005), Lusardo (2007) e Ramires (2008).

E, por fim, o terceiro capítulo, sob o título “Avaliação na Educação Infantil no município de São José dos Pinhais entre os anos de 2001 e 2012”, traz a análise documental do material proposto pelo município sobre a temática, por períodos: de 2001 a 2004, 2005 a 2008 e 2009 a 2012. Neste capítulo são analisados os seguintes documentos oficiais do município: as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil da Rede Pública Municipal de São José dos Pinhais (2004), o Currículo para as Unidades da Rede Municipal de Ensino – Educação Infantil de São José dos Pinhais (2008) e o Caderno de Orientações Curriculares: primeiras impressões a respeito do Currículo na Educação Infantil (2012). Também é feita uma análise dos instrumentos utilizados por período citado.

Nas considerações finais são tecidos comentários gerais sobre a Educação Infantil como etapa de aprendizagem e desenvolvimento em que a criança deve ser considerada como um sujeito de direitos, bem como que haja definições de políticas

públicas que propiciem a qualidade, garantindo que a avaliação na Educação Infantil seja de fato um instrumento que acompanhe a criança.

1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL

1.1 CONTEXTUALIZANDO A PRIMEIRA ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

1.1.1 No Brasil

Segundo estudos de Campos e Rosemberg (1995) e Kramer (1995), a família durante séculos teve exclusiva responsabilidade pela educação de seus filhos (OLIVEIRA, 2011). Com o passar do tempo, o olhar para com a criança pequena muda, ganha nova perspectiva, proporcionando a ela uma nova forma de viver o período. As crianças passam a ter a oportunidade de frequentar um ambiente de socialização, convivendo e aprendendo sobre sua cultura mediante interações com seus.

A promulgação da Constituição, em seu artigo 208, diz: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] IV – Educação Infantil em creche e pré-escola, as crianças de 5[2] (cinco) anos de idade”. E mais: “Como o primeiro espaço de educação coletiva da criança, fora do ambiente familiar, insere-se na base da construção da cidadania e de uma sociedade democrática, livre, justa, solidária, como prevê a Constituição Federal de 1988” (BRASIL, 2012).

O Estado e seus respectivos municípios passam a ter o dever de ofertar uma educação de qualidade e gratuita; para creche (zero a três anos) e pré-escola (quatro a cinco anos), sendo que a matrícula na creche é uma opção da família e o

[2] Constituição Federal de 1988, em 2006 fica alterada a idade de seis para cinco anos como fruto da Emenda Constitucional n.º 53/06 e de outras alterações legais como a Lei n.º 11.274, referente ao Ensino Fundamental de nove anos.

ensino pré-escolar passa a ser obrigatório, conforme a Emenda Constitucional n.º 59/2009, de 11 de novembro de 2009, que altera inúmeros artigos da Carta Magna. Um dos artigos desta Emenda amplia a obrigatoriedade escolar que antes era dos 6 aos 14 anos, passando a ser dos 4 aos 17 anos, sendo o prazo máximo estipulado para o cumprimento desta determinação o ano de 2016.

A Constituição de 1988 prevê, com a relação à Educação, especificidades para a Educação Infantil, descritas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/96, a qual diz que a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade (Art. 29).

Uma especificidade é o fato da incumbência do atendimento ser de responsabilidade da área da educação e não mais de outros setores como assistência social, saúde, trabalho ou justiça. Com isso se enfatiza o caráter pedagógico da Educação Infantil, indicando a importância de se assegurar processos de aprendizagem, devidamente acompanhados por processo avaliativo, como se vê no Capítulo II, Seção II, artigos 29 a 31 da LDB.

Vários outros documentos oficiais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei n.º 11.494/2007 (FUNDEB), o Plano Nacional de Educação de 2001/2011 e o Projeto de Lei n.º 8.035/2010, também afirmam o dever do Estado com a Educação Infantil, indo além deste dever, especificando, traçando metas, operacionalizando ações que possam concretizar o direito das crianças pequenas.

Diante de todas essas transformações, a Educação Infantil deparou-se com muitas revisões de concepção sobre a educação de crianças nos espaços coletivos (CMEIS/CEIS), tendo como foco atividades pedagógicas mediadoras de aprendizagem e de desenvolvimento.

> As creches e pré-escolas se constituem, portanto, em estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de zero a cinco anos de idade por meio de profissionais com formação específica legalmente determinada, a habilitação para magistério superior ou médio, refutando assim funções de caráter meramente assistencialista,

> embora mantenha a obrigação de assistir às necessidades básicas de todas as crianças (BRASIL, 2009a, p. 04).

A partir do ordenamento legal da LDB, a Educação Infantil passou a ser vista como uma etapa da educação e com isso necessitou de regulamentação, criação e implementação de políticas públicas garantindo esse direito à criança. Foram criadas assim diretrizes, elaboradas para orientar os sistemas de ensino, na organização, articulação e desenvolvimento, e avaliação de propostas pedagógicas, fundamentos e princípios para a elaboração de currículos.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB n.º 5 de 17 de dezembro de 2009):

> A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam das crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (Art. 5.º) (BRASIL, 2009a).

Nesses espaços firmam-se as relações, as interações e as práticas cotidianas que a criança vive, com as quais ela constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. Estes espaços devem proporcionar à criança o direito de viver sua infância, de ser criança, nas relações sociais e interações que estabelece com os adultos e com seus pares. Os profissionais devem construir um caminho formativo que valorize e respeite a diversidade, a diferença e a singularidade de cada um.

Vale ressaltar que os Estados também possuem sua responsabilidade legal com relação ao cumprimento da Lei 9.394/96, no que diz respeito ao amparo à Educação Infantil.

1.1.2 No Estado do Paraná

Entre os anos de 1980 e 1990 (PARANÁ, 2006, p. 10), a Secretaria Estadual de Educação do Paraná possuía as seguintes propostas:

1) Currículo Básico para a Educação Pública no Estado do Paraná, que destinava um pequeno trecho à Pré-Escola, pois a faixa etária anterior pertencia à Promoção Social (PARANÁ, 1990);

2) Projeto de Qualificação do Professor leigo da Educação Infantil, que objetivava qualificar os profissionais leigos que atuavam na Educação Infantil, iniciado em 1998, como uma ação da COEDI (Coordenação Geral da Educação Infantil) do Ministério da Educação, em parceria com o Fundo de Amparo ao Trabalhador, várias secretarias e parceiras e com universidades do Estado do Paraná.

Assim, percebe-se que o trabalho do Estado relacionado à Educação Infantil é recente, formalizando a partir de 2003 a reorganização da Coordenação Pedagógica de Educação Infantil, tendo como propósito a ampliação de políticas públicas para o atendimento à Educação Infantil paranaense.

Os anos de 2003 a 2006 são um marco para a Educação Infantil no Estado, pois se trata de um momento histórico na educação, em que vários encontros e reuniões pedagógicas aconteceram, como os seminários regionais, grupos de estudos e simpósios; com o intuito de reunir informações, estudos, debates, que posteriormente iriam contribuir na elaboração do documento “Orientações para (Re)elaboração, implementação e Avaliação de Proposta Pedagógica na Educação Infantil” (2006), que tem por finalidade dar subsídio às Instituições de Educação Infantil, construir e revisar suas propostas pedagógicas, refletir sobre as práticas desenvolvidas, se autoavaliando. Não se trata de um documento prescritivo, pois considera as diversas concepções de Educação Infantil, com suas realidades diversas, revelando diferentes possibilidades de organização educativa, priorizando

a autonomia das instituições, sem ausentar-se da responsabilidade legal que determina a Deliberação 02/2005 do CEE/PR.

> A deliberação 02/2005 é, portanto, a Legislação que regulamenta a Educação Infantil no sistema estadual do Paraná, tendo caráter mandatório para os estabelecimentos que pertencem a esse sistema [...] Entretanto, os municípios têm autonomia para instituir sistema de ensino próprio e, nesse caso, devem definir suas próprias normas, sempre de acordo com a legislação nacional (PARANÁ, 2006, p. 15).

Conforme a LDB n.º 9.394/96, os municípios também possuem responsabilidade quanto à organização e funcionamento dos Centros Municipais de Educação Infantil, com direcionamento ainda maior no que diz respeito ao acompanhamento das proposições sobre a referida etapa.

1.1.3 No município de São José dos Pinhais

Diante das exigências legais, São José dos Pinhais, município da região metropolitana de Curitiba, capital do Paraná, a partir do ano de 2001, incorpora a Educação Infantil à Educação Básica como determina a lei.

A partir desse acontecimento, ocorrem mudanças de visão e ação em toda a dinâmica de estrutura e funcionamento dos Centros Municipais de Educação Infantil, todas as creches, conduzidas anteriormente pela Secretaria da Promoção Social, passam a fazer parte das instituições que a partir do referido ano são incorporadas à Secretaria Municipal de Educação, em que o foco passou a ser o cuidar e o educar.

> Por meio do Decreto n.º 227, de 26 de março de 2001, o Prefeito de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e de acordo com o contido no memorando n.º 087/2001 determina que ficam

> transformados em Centros Municipais de Educação Infantil as 22 creches Municipais (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2004b, p. 16).

Sendo assim, o trabalho com a criança passa a ter um olhar mais completo, direcionado e novo, que exige da equipe da Secretaria Municipal de Educação, mais especificamente do Departamento de Educação Infantil, adequações com relação à permanência da criança nos Centros de Educação Infantil, sob a responsabilidade de professoras e educadoras.

Igualmente, de 2001 a 2004, houve grande ênfase na capacitação das professoras e atendentes de creche no que diz respeito ao “planejamento escolar”, as atividades que deveriam ser desenvolvidas e como.

Na sequência contempla-se neste texto o planejamento das atividades, pois não há como falar de avaliação sem citar a organização das atividades nas instituições de Educação Infantil.

1.2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

1.2.1 Planejamento das ações diárias para esta etapa da Educação Básica

Segundo Vasconcellos (1995), planejar é antecipar mentalmente uma ação a ser realizada, é uma mediação teórico-metodológica para ação consciente e intencional.

> Planejar é prever, não apenas resultados, mas também etapas, caminhos, meios para metas idealizadas [...]. Na Educação Infantil, tudo é ação, tudo é atividade, tudo é participação. As crianças aprendem fazendo, manipulando, observando, analisando, confrontando, perguntando, explicando, se movimentando e experimentando (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2004a, p. 27).

Kramer (1995) destaca que o planejamento e a avaliação são faces de uma mesma moeda viabilizadora da proposta. Sendo que do planejamento decorrem as atividades que avaliadas possibilitam novas ações planejadoras.

O planejamento das atividades diárias deve levar em conta as vivências, as experiências e os contextos de vida das crianças, para assim haver um processo avaliador mediador. Hoffmann (2012) aponta que é essencial a intencionalidade educativa do professor, agindo, analisando e replanejando os próximos passos. Em seu livro “Avaliação e Educação Infantil – Um olhar sensível e reflexivo sobre a criança”, também indica uma questão muito sugestiva com relação ao planejamento, dizendo que:

> As propostas pedagógicas devem e precisam ser organizadas pelos professores, mas como aponta Junqueira Filho (2011), levando em conta os dois lados do planejamento: o que as crianças “precisam” aprender (objetivos do professor) e o que elas “querem” aprender (interesses e necessidades reveladas pelas crianças) (HOFFMANN, 2012b, p. 69).

Assim, o ato de planejar deve priorizar propostas que visem valorizar as experiências de vida de cada criança, suas vivências no contato com diversas culturas e suas linguagens expressivas. O ato de ensinar e de aprender deve ser visto como um ato de compartilhar o saber, e não como algo meramente a ser transferido ou transmitido.

Não se pode esquecer que a base mais importante para o trabalho pedagógico na Educação Infantil é o brincar. O ato da brincadeira, do lúdico, estes são recursos pedagógicos que auxiliam no processo de ensino e aprendizagem. O ato de brincar é importante e prazeroso, diz o Currículo para as Unidades da Rede Municipal de Ensino – Ed. Infantil, São José dos Pinhais (2008).

Sendo o planejamento definido, e direcionada a linha de trabalho pela qual irá se conduzir a rotina de atividades para com as crianças, a dinâmica para avaliar o que as crianças estão aprendendo se dará de forma mais transparente, mostrando o que realmente estão tirando de proveito daquilo que lhes foi compartilhado.

> O cenário da educação infantil deve se constituir em um ambiente de brincadeiras, alegre, espontâneo, no sentido de favorecer a exploração livre dos objetos, da vivência de situações adequadas ao tempo da criança no qual ela possa escolher brinquedos ou parceiros, num ritmo próprio, mesmo que diferente de outras, sem pressões, ou expectativas dos adultos a serem cumpridas. Nesse espaço o papel dos professores é de ampará-las, de conversar com elas, de dar-lhes todo afeto e orientações necessárias, organizando e propondo ricas oportunidades de aprendizagem. Reforço tais considerações porque um processo avaliativo mediador só se desenvolve em um cenário educativo constituído nessa perspectiva (HOFFMANN, 2012b, p. 73).

Não é tarefa fácil discutir sobre questões que direcionem o trabalho pedagógico em instituições de Educação Infantil, uma vez que o cotidiano aponta para inúmeras dificuldades do professor na organização do seu trabalho diário.

Por isso, o professor deve mostrar-se flexível, a fim de absorver novas temáticas, diferentes atividades, outras posturas pedagógicas norteadoras pela análise teórica de tais observações.

Tomando o aspecto mediador do processo avaliativo, como propõe Hoffmann (2011), não cabe um planejamento rígido de atividades com uma rotina inflexível, com temas pré-definidos, em que não são levados em conta os conhecimentos já adquiridos pela criança a partir de suas relações sociais fora da instituição escolar.

Se o centro das atividades diárias é a criança, é então a partir de seus interesses que o planejamento deve acontecer, lembrando que não de maneira improvisada, mas por meio das ações e reações da criança, que estará sugerindo ao professor a continuidade do trabalho pedagógico. Assim:

> O cotidiano é planejado pelo professor a partir do conhecimento que ele adquire sobre as suas crianças articulando a sua proposta educativa.

> Entretanto, esse planejamento se reconstrói com base nos interesses, necessidades e reações das crianças a cada momento observadas pelo professor (HOFFMANN, 2011, p. 36).

Segundo Kamii (1985 *apud* HOFFMANN, 2011, p. 71), são apontados objetivos significativos para a Educação Infantil, que ao seu entender deveriam nortear o trabalho dos professores junto às crianças:

> **Objetivos socioafetivos**: - Que a criança sinta-se segura, numa relação não coerciva com o adulto; - Que respeite os sentimentos e direito dos outros e que comece a coordenar diferentes pontos de vista (descentração e cooperação); - Que seja independente, alerta e curiosa, use iniciativa na busca de curiosidades, tenha confiança em sua habilidade para chegar à compreensão das coisas para si mesma e expresse seu pensamento com convicção. **Objetivos cognitivos**: - Que a criança apresente ideias interessantes, problemas e questões; - Que coloque coisas em relação e note singularidades e diferenças.

Esses objetivos possuem uma relação intrínseca entre si, que a autora Hoffmann (2011), a partir dos estudos de Kamii (1985), revela: que eles requerem "[...] um contexto de relações adulto criança caracterizado pelo respeito mútuo, afeição e confiança". Sem indissociabilidade dos objetivos, pois eles são apreendidos no contexto do desenvolvimento da criança.

Eles também estão relacionados ao desenvolvimento mais amplo da criança, como cita Hoffmann (2011, p. 39): "[...] não apenas a aprendizagem de cores, formas, hábitos de higiene, por exemplo". Mas, "O que se pretende é que alcancem iniciativa, autonomia, desenvolvam a imaginação, o pensamento criativo, a oralidade, sendo capazes de descobrir o mundo por meio de suas próprias ações".

A referida autora também nos diz que a partir dos objetivos propostos por Kamii (1995), deve-se repensar o espaço pedagógico, bem como os objetivos educacionais, uma vez que a finalidade da Educação Infantil é o acompanhamento sério e reflexivo do desenvolvimento global de uma criança, e que:

> Tais objetivos, como norteadores da ação educativa e da avaliação serão gradativamente construídos pela própria criança a partir da sua interação

> social, e pela maior oportunidade de experiências com os objetivos [...], pais objetivos só podem ser entendidos com objetivos o longo prazo do trabalho pedagógico perseguido ao longo da vivência da criança na instituição (HOFFMANN, 2011, p. 41).

A partir de tais estudos, percebe-se que o planejamento e a avaliação caminham lado a lado, pois a ação avaliativa mediadora[3], como propõe Hoffmann (2011), só poderá acontecer quando o professor compreender as possibilidades inerentes ao desenvolvimento de uma simples atividade com as crianças.

Os documentos do município de São José dos Pinhais enfatizam a relação direta com a prática pedagógica – que utilizam Vasconcellos (1995) e o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998)[4] como referencial teórico –, demonstrando que a prática pedagógica é uma alavanca para o êxito na avaliação das crianças.

A partir dessa discussão, no próximo capítulo deste estudo é detalhada com maior ênfase a temática da pesquisa referente à avaliação na Educação Infantil, com contribuições de normativas governamentais, documentos de políticas públicas e o que alguns autores e pesquisadores revelam sobre a temática.

---

[3] O conceito de avaliação mediadora será tratado com maior aprofundamento mais à frente neste estudo.

[4] O Referencial Curricular para Educação Infantil são cadernos elaborados em três volumes pelo MEC visando um documento de política governamental que guie as práticas na Educação Infantil através de conteúdos e orientações didáticas.

2 DETALHAMENTO DA AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Muitas indagações permeiam o trabalho na Educação Infantil de qualidade, principalmente no que diz respeito à forma de avaliar a aprendizagem das crianças. Questões como:

- De que forma deve-se avaliar na Educação Infantil tendo como foco a criança pequena?
- O que revelam os documentos legais sobre a avaliação na Educação Infantil?
- Quais contribuições autores e pesquisadores trazem sobre a temática?
- Quais instrumentos foram utilizados entre os anos de 2001 e 2012 para avaliar a criança pequena em instituições de Educação Infantil do município de São José dos Pinhais?

A partir dos questionamentos elencados deu-se início aos apontamentos descritos no decorrer desta pesquisa, no que diz respeito à Educação Infantil, primeiramente pontuando as normativas governamentais no âmbito federal, depois estadual e, por fim, municipal.

2.1 O QUE DIZEM AS NORMATIVAS GOVERNAMENTAIS SOBRE A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Então se segue para o que os documentos legais dizem sobre o referido tema.

2.1.1 No âmbito federal

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB n.º 9.394/96, estabelece na Seção II, referente à Educação Infantil, no art. 31, que: “[...] a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental” (BRASIL, 1996).

No ano de 2013, através da Lei n.º 12.796, de 04 de abril de 2013, houve a seguinte alteração do texto da lei anterior relacionada à avaliação na Educação Infantil:

> Art. 31 A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:
> I. avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;
> II. carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;
>
> III. atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;
>
> IV. controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;
>
> V. expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança (BRASÍLIA, 2013).

Alguns itens do novo texto da LDB já estavam descritos nas Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2009, mas agora reacendem a discussão sobre as formas de avaliar nesta etapa. Um deles é o que determina a expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Há também orientação sobre a avaliação na Educação Infantil. Não haverá retenção ou reprovação das crianças nessa etapa de ensino. A avaliação será feita mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), que não é um documento que normatiza, mas sim de política governamental, que no período foi bastante utilizado, enfatiza que “a observação e o registro” são os principais instrumentos para avaliar a criança, assim como a prática do professor em sala, favorecendo uma visão integral das crianças ao mesmo tempo em que revela sua individualidade. A escrita é o meio mais acessível para o registro das observações, mas a gravação de áudio e vídeo, as produções das crianças ao longo do tempo, as fotografias, etc., também podem contribuir.

No Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), a avaliação é:

> [...] entendida prioritariamente, como um conjunto de ações que auxiliem o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas e ajustar sua prática às necessidades colocadas pelas crianças. É um elemento indissociável do processo educativo que possibilita ao professor definir critérios para planejar as atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças. Tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar esse processo como um todo (BRASIL, 1998, p. 59).

A ideia tratada acima possui concomitância com as ideias de Hoffmann (2010a e b). Ela revela que não há como se falar em ação avaliativa enquanto acompanhamento e mediação que não aconteça no cotidiano da ação educativa e que não absorva a dinâmica da construção do conhecimento. O processo da avaliação, tendo como base referencial o fazer pedagógico, dá-se pela abertura por parte do professor ao entendimento das crianças com quem trabalha, pelo aprofundamento teórico que fundamenta a curiosidade sobre elas.

As crianças são vistas como agentes ativos dentro do processo de aprendizagem, permitindo que elas acompanhem suas conquistas, suas possibilidades, e que possam superar suas dificuldades.

Os pais, segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), também têm o direito de acompanhar o processo de aprendizagem de suas crianças, se inteirando dos avanços e conquistas.

O volume 2 do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), que trata da “Formação Pessoal e Social”, descreve a avaliação como: observações, registro e avaliação formativa, sendo que a observação das formas de expressão das crianças, de suas capacidades de concentração e envolvimento nas atividades, de satisfação com sua própria produção e com suas pequenas conquistas, é um instrumento de acompanhamento do trabalho que poderá ajudar na avaliação e no planejamento da ação educativa.

Por isso, a aprendizagem da criança deve estar vinculada às oportunidades e experiências que foram oferecidas a ela.

O volume 3 do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998) trata do “Conhecimento de Mundo”, que é subdividido nos seguintes eixos: “Movimento”, “Música”, “Artes Visuais”, “Linguagem Oral e Escrita”, “Natureza e Sociedade” e “Matemática”. E ao final de cada fundamentação teórica sobre o eixo há uma descrição sobre a forma de avaliar aquele eixo de aprendizagem.

A avaliação do eixo “Movimento” diz que ela deve ser contínua, levando em consideração os processos vivenciados pela criança e a interação com os colegas e com o meio. Com relação à faixa etária, o documento diz que:

> São consideradas como experiências prioritárias para aprendizagem do movimento realizada pelas crianças de zero a três anos: uso de gestos e ritmos corporais diversos para expressar-se, deslocamento no espaço sem ajuda [...]. A partir dos quatro até os seis anos, uma vez que tenham tido muitas oportunidades na instituição de educação infantil, de vivenciar experiências envolvendo o movimento, pode-se esperar que as crianças o reconheçam e o utilizem como linguagem expressiva e participem de jogos e brincadeiras envolvendo habilidades motoras diversas (BRASIL, 1998, p. 40-41).

Na avaliação do eixo referente à “Música”, conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), volume 3, o professor poderá documentar os aspectos referentes ao desenvolvimento vocal (se cantam e como);

ao desenvolvimento rítmico e motor; à capacidade de imitação de criação e de memorização musical. O documento também diz que:

> São considerados como experiências prioritárias para a aprendizagem musical realizada pelas crianças de zero a três anos: atenção para ouvir, responder ou imitar, a capacidade de expressar-se musicalmente por meio da voz, do corpo e com os diversos materiais sonoros [...] é preciso que as crianças participem das situações nas quais sejam utilizadas a exploração e produção de sons vocais e com diferentes materiais e a observação do ambiente sonoro [...], pode-se esperar que as crianças entre quatro e seis anos reconheçam e utilizem-na como linguagem expressiva, conscientes de seu valor como meio da voz, do corpo, de instrumentos musicais e objetos sonoros deverão interpretar, improvisar e compor, interessadas, também, pela escuta de diferentes gêneros e estilos musicais e pela confecção de materiais sonoros (BRASIL, 1998, p. 77).

A avaliação do eixo “Artes Visuais”, conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), volume 3, diz que: a avaliação deve buscar entender o processo de cada criança, a significação que cada trabalho comporta, afastando julgamentos como feio ou bonito, certo ou errado, etc. Em Artes Visuais a avaliação deve ser sempre processual e ter um caráter de análise e reflexão sobre as produções das crianças.

> São consideradas como experiências prioritárias em Artes Visuais realizada para as crianças de zero a três anos: a exploração de diferentes materiais e a possibilidade de expressar-se por meio deles. Para isso é necessário que as crianças tenham tido oportunidade de desenhar, pintar, modelar, brincar com materiais de construção em diversas situações, utilizando os diferentes materiais. A partir dos quatro e até os seis anos, [...] pode-se esperar que as crianças utilizem o desenho, a pintura, a modelagem e outras formas de expressar-se e comunicar-se. Para tanto, é necessário que as crianças tenham vivenciado diversas atividades, envolvendo o desenho, a pintura, a modelagem etc., explorando as mais diversas técnicas e materiais (BRASIL, 1998, p. 112-113).

A avaliação do eixo “Linguagem Oral e Escrita”, conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), volume 3, diz que: “[...] deve-se fazer um levantamento inicial para obter as informações necessárias sobre o conhecimento prévio que as crianças possuem sobre a escrita, a leitura e a linguagem oral”. As aulas devem se dar com atividades contextualizadas, e a

observação é o principal instrumento para avaliar o processo de construção da linguagem pelas crianças.

> São consideradas experiências prioritárias para as crianças de zero a três anos a utilização da linguagem oral para se expressar e a exploração de materiais escritos. Para isso é preciso que as crianças participem de situações nas quais possam conversar interagir verbalmente, ouvir histórias contadas e lidas pelo professor, presenciar diversos atos de escrita realizados pelo professor, ter acesso a diversos materiais escritos como livros, revistas, embalagens etc... A partir dos quatro e até os seis anos, [...] pode-se esperar que as crianças participem de conversas utilizando-se de diferentes recursos necessários ao diálogo; manuseiem materiais escritos, interessando-se por ler e por ouvir a leitura de histórias e experimentem escrever nas situações nas quais isso se faça necessário, como por exemplo, marcar seu nome nos desenhos. Para que elas possam vivenciar essas experiências, é necessário oferecer oportunidades para que façam perguntas; elaborem respostas; ouçam as colocações das outras crianças; tenham acesso a diversos materiais escritos e possam manuseá-los, apreciá-los e incluí-los nas brincadeiras; ouçam histórias lidas e contadas pelo professor ou por outras crianças; possam brincar de escrever, tendo acesso aos materiais necessários a isso (BRASIL, 1998).

Vale ressaltar que o texto também sugere algumas “observações” que o professor pode fazer com relação às práticas de oralidade, leitura e escritas.

A avaliação do eixo “Natureza e Sociedade”, conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), volume 3, diz que a avaliação não pode se dar somente no momento final do trabalho, ela é uma tarefa permanente. A observação deve ser planejada, podendo assim perceber o que as crianças conseguem fazer. Observando as crianças o professor poderá delimitar a escolha de conteúdos e propor desafios: “O trabalho de reflexão do professor se faz pela observação e pelo registro”. Analisando, pode-se dizer que “[...] o registro e o acervo de conhecimentos do professor, que lhe possibilita recuperar a história do que foi vivido, tanto quanto lhe possibilitar avaliá-la propondo novos encaminhamentos” (BRASIL, 1998, p. 203).

> No que se refere à aprendizagem neste eixo são consideradas como experiências prioritárias para crianças de zero a três anos participar de atividades que envolvam a exploração do ambiente imediato e a manipulação de objetos [...] andar, engatinhar, rastejar, rolar, interagir com outras crianças e adultos, brincar etc. São algumas das ações que lhes permitirão explorar o ambiente e adquirir confiança nas suas capacidades

> [...]. A partir dos quatro e até os seis anos, [...] pode-se esperar que as crianças conheçam e valorizem algumas das manifestações culturais de sua comunidade e manifestem suas opiniões, hipóteses, idéias sobre diversos assuntos colocados. Para tanto é preciso que o professor desenvolva atividades variadas relacionadas a festas, brincadeiras, músicas e danças da tradição cultural da comunidade, inserindo-as na rotina e nos projetos que desenvolve junto com as crianças (BRASIL, 1998, p. 204).

O texto sugere também o contato das crianças com a natureza, que possam descobrir a sua beleza e a sua riqueza, "[...] fazer passeios por parques e locais de área verde, manter contato com pequenos animais, pesquisar em livros e fotografias a diversidade da fauna e da flora, principalmente brasileira, são algumas das formas de se promover o interesse e a valorização da natureza pela criança" (BRASIL, 1998).

A avaliação do eixo "Matemática", conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), volume 3, relata que,

> [...] a aprendizagem de noções matemáticas na educação infantil esteja centrada na relação de diálogo entre adulto e criança e nas diferentes formas utilizadas por estas últimas para responder perguntas resolver situações-problemas, registrar e comunicar qualquer idéia matemática.

No eixo da Matemática, a avaliação terá função de acompanhar o pensamento da criança sobre as noções matemáticas, propondo também o contato com situações-problemas.

> São consideradas como experiências prioritárias para a aprendizagem matemática realizada pelas crianças de zero a três anos o contato com os números e a exploração do espaço. Para isso, é preciso que as crianças participem de situações nas quais sejam utilizadas a contagem oral, referências espaciais e temporais. Também é preciso que se criem condições para que as crianças engatinhem, arrastem-se, pulem etc., de forma a explorarem o máximo seus sapatos. A partir dos quatro e até os seis anos, [...] pode-se esperar que as crianças utilizem conhecimentos da contagem oral, registrem quantidades de forma convencional e comuniquem posições relativas à localização de pessoas e objetos (BRASIL, 1998, p. 238).

O texto ainda relata algumas sugestões para observar as crianças com relação a atitudes: contar objetos, registros de quantidades e localização de pessoas e objetos.

Assim, através da leitura e análise da proposta de avaliação que o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) traz, pode-se concluir que a base é a observação e o registro.

Já o documento de cunho federal que trata e normatiza de fato a avaliação na Educação Infantil é a Resolução CEB n.º 01, de 07 de abril de 1999, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Em seu texto resolve que:

> As propostas Pedagógicas para a Educação Infantil devem organizar suas estratégias de avaliação, através do acompanhamento e dos registros de etapas alcançadas nos cuidados e na educação para as crianças de 0 a 6 anos, “sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso do ensino fundamental.” (Art. 3.º) (BRASIL, 1999).

Em 2009, foi lançado, pelo Ministério da Educação e Secretaria da Educação Básica, os “Indicadores de Qualidade na Educação Infantil”, documento que propõe avaliar o contexto, no que diz respeito à qualidade da instituição de Educação Infantil. Trata-se de um instrumento que envolve toda a comunidade escolar com a participação, reflexão e definição de metas a serem alcançadas. Em seu texto possui dois itens que propõem a análise e a reflexão coletiva dos participantes sobre os seguintes questionamentos, no que diz respeito à avaliação da criança:

> 1.2.3 As professoras planejam e avaliam as atividades, selecionam materiais e organizam os ambientes periodicamente? [...] 1.2.5 Na prática de planejamento à avaliação, criam-se condições para que as crianças também possam manifestar suas opiniões? (BRASIL, 2009d, p. 36).

Esses são apontamentos que mostram a importância da reflexão em se planejar as atividades tendo uma relação direta com a forma de avaliar a criança na Educação Infantil.

O documento também possui em suas últimas folhas informativos com o título “Saiba Mais” (p. 60 a 62), e no item “Saiba Mais 2” (p. 60), que evidencia a seguinte descrição informativa sobre a avaliação na Educação Infantil:

> Avaliação deve ser entendida como um meio para aperfeiçoamento de práticas e promoção de qualidade no trabalho com as crianças, mediante a consecução dos propósitos educativos previamente delineados pela equipe. Avaliação pressupõe compromisso com o que foi planejado e executado pelos adultos e pelas crianças envolvidas no processo educativo e, por isso, deve pautar-se por reflexões partilhadas por todos no âmbito da instituição, com base em documentação pedagógica rigorosa, resultante de observação e registro cuidadosos das realizações práticas. É fundamental ressaltar que, em conformidade com a LDBEN (9.394/96), a avaliação na Educação Infantil não tem a finalidade de promoção ou retenção da criança (BRASIL, 2009d).

No dia 11 de dezembro de 2009, foi homologado o Parecer CNE/CEB n.º 20/2009, que trata da Revisão das Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Infantil, e possui, no item 10, informações sobre o processo de avaliação, descrevendo que as instituições de Educação Infantil são responsáveis em criar procedimentos para a avaliação de seu trabalho pedagógico e evolução da aprendizagem e desenvolvimento das crianças. São reflexões sobre as atividades propostas, o modo como foram realizadas, as instruções individuais e coletivas, as formas como as interações das crianças acontecem, os agrupamentos feitos por elas, o material, o espaço e o tempo oferecidos para a realização das atividades, com reflexão constante do professor, se ele está contribuindo ou dificultando a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças, ou se há necessidade de alguma alteração.

O Parecer n.º 20/2009 também relata que:

> A observação sistemática, crítica e criativa do comportamento de cada criança, de grupos de crianças no cotidiano, e a utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos,

> álbuns etc.), feitas ao longo do período em diversificados momentos, são condições necessárias para compreender como a criança se apropria dos modos de agir, sentir e pensar culturalmente construídos. Conhecer as preferências das crianças, a forma delas participarem nas atividades, seus parceiros prediletos para a realização de diferentes tipos de tarefas, suas narrativas, pode ajudar o professor reorganizar as atividades de modo mais adequado ao alcance dos propósitos infantis e das aprendizagens coletivamente trabalhadas (BRASIL, 2009b, p. 17).

Também vale destacar, do referido documento, que: "[...] a documentação dessas observações e outros dados sobre a criança devem acompanhá-la ao longo da sua trajetória da Educação Infantil e ser entregue no ato de matrícula para o ensino fundamental" (BRASIL, 2009b, p. 17).

E, por fim, no âmbito nacional, destaca-se a Resolução n.º 05, de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que com relação à avaliação, em seu art. 10 normatiza:

> Art. 10. As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:
>
> I. A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
> II. Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns, etc.);
> III. A continuidade dos processos de aprendizagem por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transição no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);
> IV. Documentação específica que permita as famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
> V. A não retenção das crianças na Educação Infantil (BRASIL, 2009a).

Esses são os documentos que norteiam e normatizam o trabalho com a avaliação na Educação Infantil em uma conjuntura nacional. Posto isso, no próximo item será tratada a temática a nível estadual.

2.1.2 No âmbito estadual (Paraná)

A Deliberação n.º 03/99, do Conselho Estadual de Educação do Paraná, em seu Art. 36, diz que compete à instituição de Educação Infantil elaborar e executar sua proposta pedagógica, considerando a avaliação do desenvolvimento integral da criança. E no seu Art. 37:

> A avaliação na Educação Infantil deverá ter características diagnósticas e de acompanhamento do processo contínuo que objetiva analisar a forma como a criança elabora seu conhecimento.
>
> § 1.° - A avaliação deverá subsidiar permanentemente o professor permitindo:
>
> I. A organização de reorganização das ações pedagógicas junto às crianças;
> II. A observação, a reflexão e o diálogo, centrados nas manifestações de cada criança, representando o acompanhamento do cotidiano escolar;
> III. Os registros deverão relatar o desenvolvimento da criança;
> IV. Os registros finais, elaborados ao término do ano ou período letivo, com caráter descritivo, deverão conter parecer sobre os diferentes aspectos do processo de desenvolvimento e de aprendizagem do aluno.
> § 2.º- A avaliação não terá caráter seletivo das crianças, no sentido da constituição de turmas homogêneas (PARANÁ, 1999).

A Deliberação n.º 02/2005, aprovada pelo CEE-PR, complementa a deliberação anterior, n.º 03/99, dizendo que o desenvolvimento da criança, assim como sua apropriação dos conhecimentos, deve tornar-se suporte para a ação educativa. E no seu conteúdo solicita que o registro aconteça de forma contínua, não possuindo caráter seletivo, mas de indicadores de intervenção pedagógica quando necessário. Ficando descrito o texto em seu Art. 12 da seguinte forma:

> A avaliação na educação infantil deverá ter dimensão formadora, com o acompanhamento do processo contínuo de desenvolvimento da criança e da apropriação do conhecimento, tornando-se o suporte para a ação educativa.
>
> § 1.º - A avaliação deverá subsidiar permanentemente o professor e a instituição, permitindo:

> I. A organização ou reorganização das ações pedagógicas junto as crianças;
> II. A observação, a reflexão e o diálogo, centrados nas manifestações de cada criança, representando o acompanhamento do cotidiano escolar;
> III. O registro sobre o desenvolvimento da criança de forma contínua.
> § 2.º- A avaliação do processo ensino e da aprendizagem não terá caráter seletivo da criança, mais será o indicador da necessidade de intervenção pedagógica.
> § 3.º- Os registros descritivos elaborados durante o processo educativo deverão conter pareceres sobre os diferentes aspectos do desenvolvimento e da aprendizagem da criança (PARANÁ, 2005).

No ano de 2006, foi publicado o Caderno “Orientações para (Re)elaboração, Implementação e Avaliação de Proposta Pedagógica na Educação Infantil”, pela Superintendência da Educação – Departamento de Ensino Fundamental e Coordenação Pedagógica de Educação Infantil, que expõe, no item “X”, a avaliação do desenvolvimento integral da criança. O referido documento não possui caráter normatizador, mais orienta as políticas para a Educação Infantil.

A parte inicial do texto faz uma explanação geral, com o foco na avaliação da Educação Infantil, conforme os documentos citados anteriormente (Resolução CEB n.º 01/99, Parecer CEB n.º 22/98 e Deliberação CEE/PR 02/2005).

O texto do referido caderno de “Orientações para (Re)elaboração, Implementação e Avaliação de Proposta Pedagógica na Educação Infantil” relata que a avaliação passa a fazer parte da rotina da Educação Infantil, a partir de meados de 1980, quando a educação estava somente ao alcance de famílias da classe média, que estavam preocupadas com o fato de seu filho ter ou não ter aprendido algo durante a Educação Infantil. O ensino pré-escolar era visto como algo preparatório para o Ensino Fundamental, podendo ocorrer em vários lugares testes classificatórios para que a criança ingressasse no Ensino Fundamental. Atualmente essa prática é considerada ilegal, conforme a LDB, DCNEI e a Deliberação 02/2005 CEE/PR.

Ainda é preciso superar a avaliação classificatória, que geralmente se resume a uma listagem de comportamentos a serem avaliados, a partir de itens comparativos, tais como: atingiu, não atingiu, atingiu parcialmente, entre outros.

Observando diariamente a criança, o professor passa a conhecer seu desenvolvimento e aprendizagem. O que foi observado, precisa ser registrado, pois esta sim é uma forma de documentar e construir sua ação educativa.

A Deliberação 02/05, em seu Art. 12 § 3.º, refere que: “Os registros descritivos elaborados durante o processo educativo deverão conter pareceres sobre os diferentes aspectos do desenvolvimento e da aprendizagem da criança” (PARANÁ, 2005, p. 63).

Há diferentes formas de registrar a avaliação das crianças e o professor pode registrar todos os aspectos que julgar significativos em um caderno, por exemplo, organizando o registro do nome das crianças. Este caderno pode tornar-se fundamental na elaboração de relatórios individuais ou pareceres descritivos.

O professor quando avalia a criança está consequentemente avaliando sua prática e o processo educativo.

O texto nos sinaliza também que:

> Outras formas de documentação pedagógica podem ser bastante enriquecedoras, como por exemplo: as coletâneas de trabalhos e de outras realizações das crianças (por meio de fotos, recortes de jornais), que apresentam a trajetória de cada uma durante um determinado período (mais conhecidas entre nós como portfólios); a confecção do Livro da Vida, que pode ser outra forma de registro, diferente das anteriores, pois se refere à trajetória do grupo (PARANÁ, 2006, p. 63).

Vale ressaltar que em qualquer forma de registro, é importante o professor perceber a singularidade vivida por cada criança.

A avaliação da aprendizagem e desenvolvimento deve ser investigativa. Que não busque somente a constatação, mas que amplie a compreensão sobre as oportunidades de conhecimento e desenvolvimento no contexto da Educação Infantil.

Assim, a avaliação deve ter caráter formativo, deve ocorrer a todo o momento, em todas as situações. E a observação e a reflexão devem gerar atitude cooperativa entre todos os responsáveis pela ação educativa.

> A avaliação deve permitir que as próprias crianças acompanhem suas conquistas, dificuldades e possibilidades, ao longo de seu processo de desenvolvimento e construção do conhecimento. Deve proporcionar, também, interlocução com as famílias. Afinal, os pais têm direito de acompanhar o que está acontecendo com seus filhos e de compreender as práticas desenvolvidas na instituição (PARANÁ, 2006, p. 64).

Percebe-se que o Estado tem preocupação em assegurar que haja orientações aos municípios na elaboração de suas propostas pedagógicas, e que elas contemplem a avaliação na Educação Infantil.

2.1.3 No âmbito municipal

A discussão sobre a temática central desta monografia, no que se refere ao âmbito municipal, é contemplada no terceiro capítulo deste estudo, em que é detalhada com maior profundidade boa parte do material disponível do município de São José dos Pinhais, sobre a avaliação na Educação Infantil, no período de 2001 a 2012, sendo eles objetos da análise desta pesquisa.

A análise contempla três documentos existentes no município destinados especificamente à Educação Infantil. São eles: “Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil da rede pública do Município de São José dos Pinhais” (2004)[5]; “Currículo para as unidades da rede municipal de Ensino – Educação Infantil / São José dos Pinhais” (2008) e “Caderno de Orientações Curriculares: primeiras impressões a respeito do Currículo na Educação Infantil” (2012). Os três documentos possuem uma sequência cronológica, sendo frutos de estudos em formação continuada na rede e de discussões das diferentes equipes técnicas que já

[5] Documento publicado com depósito legal na Fundação da Biblioteca Nacional e Biblioteca Pública do Paraná, o sob código de referência CDU 372.3 (816).

estiveram à frente da Secretaria de Educação do Município, envolvidas no Departamento de Educação Infantil. Assim, são considerados materiais para análise, pois durante o período contextualizado tiveram grande circulação interna entre os profissionais da Educação Infantil, mesmo os dois últimos possuindo caráter de instrução para realização do trabalho com a Educação Infantil, bem como avaliar a criança na Educação Infantil.

2.2 CONTRIBUIÇÕES ACADÊMICAS SOBRE A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

2.2.1 O ato de avaliar

Lusardo (2007) nos diz que com relação à história da avaliação, ela está diretamente ligada à concepção de escola e de educação. Através da leitura da pesquisa desta autora, pode-se verificar que a avaliação é tida como um instrumento de controle, seletividade e poder.

Segundo Perrenoud (1999 *apud* LUSARDO, 2007), a avaliação foi estabelecida com o nascimento dos colégios, no século XVII e, a partir do século XIX, passou a ser associada ao ensino de massa com a escolaridade obrigatória.

Vale destacar que, conforme o Dicionário de Sinônimos e Antônimos da Língua Portuguesa (FERNANDES, 1995), avaliar significa: “orçar, computar, calcular, estimar, apreciar, apreçar, aquilatar, taxar, arbitrar, cotar, julgar, louvar, medir, pesar, ponderar [...]”.

Assim, constata-se que avaliar envolve um julgamento, uma apreciação, o que faz perceber que o ato de avaliar depende de quem avalia, uma vez que representa um olhar do outro sobre o indivíduo que está sendo avaliado.

Outra definição válida sobre avaliação encontrada é a do Novo Dicionário da Língua Portuguesa (FERREIRA, 1986):

> 1. Ato ou efeito de avaliar (-se);
> 2. Apreciação análise;
> 3. Valor determinado pelos avaliadores
>
> Avaliação Formativa. Processo de avaliação realizado no decorrer de um programa instrucional visando aperfeiçoamento.
> Avaliação Somativa. Processo de avaliação final de um programa instrucional visando aperfeiçoamento.

Através desta citação, pode-se dizer que a avaliação remete a um ato, uma prática, uma ação de avaliar alguém ou alguma coisa ou avaliar a si mesmo, ou seja, uma autoavaliação. Percebe-se também que a avaliação engloba o olhar do outro e de si mesmo.

Lusardo (2007) afirma que a avaliação está presente em toda atividade humana, em todos os seus domínios, seja em uma simples escolha de qual caminho tomar para o trabalho ou nas reflexões mais complexas sobre nossos pensamentos e decisões que direcionam nossas atitudes.

Assim, o ser humano avalia-se constantemente no decorrer de toda sua vida, na medida em que vivencia situações em que é necessário escolher, tomar decisões, dialogar e decidir sobre suas ações. E a avaliação está constantemente ligada ao processo de reflexão (ALARCÃO, 2004). Portanto, como a escola é uma instituição composta por pessoas, seres humanos, estes avaliam e se avaliam com base em suas histórias, experiências e identidades também neste ambiente.

Hoffmann (2003) diz que todos avaliam seus atos diários como uma tentativa de melhorar suas vidas – o que ocorre o tempo todo –, na busca de melhores condições para solucionar problemas vivenciados e para que possam aprender com seus erros.

Lusardo (2007) revela que é preciso mudar a visão sobre a avaliação, transformando-a em um instrumento que favoreça toda a comunidade escolar. E cita Santomé (2004 a*pud* LUSARDO, 2007, p. 28), quando afirma que:

> Promover aprendizagens mais ricas, prestando atenção a diretrizes cognitivas mais complexas como a reflexão, a análise, a avaliação da informação, assim como as dimensões sociais, emocionais, e morais implicadas em todo o processo de aprendizagem foi o que criou um determinado consenso na comunidade educativa sobre a necessidade de formas de avaliação mais qualitativas, de busca de estratégias menos precisas, contudo mais adequadas ao prosseguimento dos estudos por parte dos estudantes. Fomentar este tipo de aprendizagens obrigou a potencializar metodologias didáticas e estratégias de avaliação que tem de prestar atenção, não só dos conteúdos trabalhados nas aulas, como também os processos cognitivos, às dimensões sociais, emocionais e morais implicadas no processo de ensino e de aprendizagem.

Ainda a partir do Novo Dicionário de Língua Portuguesa (FERREIRA, 1986), com relação à apreciação e análise, elas apontam para algo mais profundo e global. Segundo ele, a avaliação é um valor determinado por outras pessoas, por avaliadores; isso novamente retrata que avaliar representa um juízo de valor.

O Novo Dicionário de Língua Portuguesa também revela dois tipos de avaliação, a formativa, em que o processo é priorizado, e a somativa, que tem como base o resultado final. O objetivo das duas é de aperfeiçoar; a diferença encontra-se apenas no tempo, uma se dá no decorrer do processo e a outra no final.

A **avaliação formativa** realiza-se de maneira progressiva e paralela às diferentes situações e atividades que se desenvolvem, esta avaliação insere-se no processo educativo e tem a finalidade de proporcionar informações que servem para ajustar ou mudar a atuação educativa.

> Trata-se, então, de adaptar o ensino às características e as necessidades que as crianças apresentam no decorrer das atividades: enquanto se ensina, enquanto jogam, enquanto trabalham [...] especialmente a partir da observação e da escuta (BASSEDAS; HUGUET; SOLÉ, 1999, p. 176).

Na **avaliação formativa** a observação é ativa e participativa, havendo a mediação e a intervenção por parte do professor no sentido de fortalecer a aprendizagem. Este tipo de avaliação sugere informações sobre o que as crianças aprendem e sobre as dificuldades que elas apresentam, podendo o professor ajudá-las de maneira diversificada e replanejar a programação quando necessário.

Já a **avaliação somativa** acontece ao final de um processo de ensino-aprendizagem. São atividades específicas de conteúdos trabalhados, que visam avaliar os resultados das aprendizagens alcançadas. Possui também função reguladora, pois serve para replanejar o processo de ensino que foi realizado, e pode servir para modificar a unidade didática que havia sido planejada.

Este tipo de avaliação, como Bassedas, Huguet e Solé (1999) indicam, permite valorizar os conhecimentos adquiridos pelas crianças. É realizada ao final de uma atividade de ensino, permitindo estabelecer um grau de alcance de objetivos previamente estabelecidos sobre o que se trabalhou no decorrer de um espaço de tempo determinado.

Segundo Lusardo (2007), essas duas definições exemplificam o que ocorre no cotidiano escolar. Geralmente a escola adota uma ou outra ou, ainda, faz a junção das duas, quando, por exemplo, o professor utiliza-se de registros de observação ele está usando a avaliação formativa, enquanto que as fichas individuais de observação fundamentam uma avaliação somativa, demonstrada pela frequência de atitudes previamente esperadas com relação aos conteúdos ensinados e à formação de hábitos. Normalmente a avaliação formativa é aquela em que o professor aos poucos, no dia a dia, vai identificando aquilo que foi apreendido pela criança através de registros de observação, e a somativa é baseada em notas ou conceitos.

Outra grande pesquisadora que contribui na discussão do tema é Senhorinha de Jesus Pit Paz (2005), que em sua dissertação de mestrado, sob o titulo “Avaliação na Educação Infantil: análise da produção acadêmica brasileira presente nas reuniões da ANPED entre 1993 e 2003”, mostra as discussões ocorridas sobre o referido tema e como ele foi tratado durante aquela década pelos pesquisadores.

Com o seu levantamento, a pesquisadora constata que a maioria das pesquisas sobre a avaliação no Brasil se deteve ao Ensino Fundamental e ao Ensino Superior, sendo deixada praticamente de lado a Educação Infantil, e revela que a literatura na sua maior parte refere-se às técnicas de avaliação.

Porém, a avaliação na Educação Infantil é algo mais complexo que apenas atribuir uma nota ou um conceito. Pois com o modelo utilizado de avaliação nas demais etapas de ensino a construção do conhecimento é deixada de lado.

Percebe-se assim que "[...] a avaliação é um processo que faz parte da reflexão permanente sobre qualquer atividade humana e necessita da contribuição das diferentes áreas do conhecimento para realizar seu potencial de transformação" (PAZ, 2005, p. 12).

Luckesi (1995 *apud* PAZ, 2005) constatou que "[...] de modo geral a preocupação dos pais, professores, alunos da própria instituição escolar e do sistema de ensino é quase totalmente voltada para a questão da promoção e da retenção". Assim, ganhando lugar de destaque a promoção e a retenção, sendo mais importantes que o conhecimento, este acaba ficando em segundo plano.

Sobre a avaliação no Brasil, para a pesquisadora Paz (2005), os estudos e pesquisas sobre o assunto, até os anos de 1950, apontam a influência da psicologia, com um olhar individual para com a criança, no plano biopsicológico, em que a aprendizagem é entendida como mensuração de capacidades e características através de testes.

Barreto (2000 *apud* PAZ, 2005) aponta ainda que, na década de 1960, as pesquisas voltaram-se ao interior da escola, e seus discursos eram de que a educação ia mal porque era mal administrada. Já na década de 1970, a avaliação é dimensionada através da tecnologia, cuja ênfase era colocada no caráter cientista e nos métodos e procedimentos operacionais. E na década de 1980, o fenômeno educacional readquire a sua dimensão social e sai dos muros da escola, mas ainda predomina a tendência tecnicista (cultura avaliativa dominante).

A partir desse momento, mais precisamente a partir de 1985, Paz (2005, p. 20) revela que:

> É possível identificar os conflitos inerentes no módulo social excludente de sociedade e começa a emergir um movimento na direção da construção de referenciais que contextualizem a avaliação no sistema escolar e social [...]. Ganha sentido a compreensão da realidade escolar com o fito de subsidiar decisões que colocam como desafio a construção de uma sistemática de avaliação da escola como um todo atentando para as especificidades em cada nível ou modalidade da educação.

Já Paz (2005) adota, como ponto de vista do trabalho, que a infância é uma construção social, que as crianças não reproduzem apenas situações do mundo adulto, mas sim que reinventam, recriam, reinterpretam a partir daquilo que veem e sentem. Por isso as crianças devem ser consideradas como sujeitos ativos do processo, e consequentemente como atores competentes para reorientar a prática de sua avaliação.

Para Hoffmann (1996, p. 12) pode-se dizer que:

> [...] o modelo de avaliação classificatória, se faz presente nas instituições de educação infantil quando para elas, avaliar é registrar ao final de um semestre (periodicidade mais freqüente na pré-escola) os comportamentos que a criança apresentou, utilizando-se para isso, de listagens uniformes de comportamentos a serem classificados a partir de escalas comparativas tais como: atingiu, atingiu parcialmente, não atingiu; muitas vezes, poucas vezes, não apresentou; muito bom, bom, fraco e outros.

Por isso tudo, levando-se em conta a avaliação na Educação Infantil, e considerando que não há obrigatoriedade de se atribuir uma nota ou conceito às crianças, elas não devem ser avaliadas da mesma maneira como ocorre no Ensino Fundamental. Contudo, os estudos de Hoffmann (1996) mostram que existem muitas crianças que são avaliadas desta forma, através de boletins de acompanhamento, fichas de avaliação e outras formas. Será que atualmente essas formas de avaliação ainda são contempladas?

Freitas (2003 *apud* PAZ, 2005, p. 26), no prefácio do livro “Avaliando a pré-escola”, de Becchi & Bondioli (2003), indica que:

> [...] há uma certa concepção de educação infantil que propicia a escolarização precoce da criança e faz com que tal, escolarização tome o lugar da infância, da brincadeira, da fantasia, enfim do desenvolvimento harmonioso da personalidade da criança. Para esta concepção – muitas vezes nas esteiras das pressões dos próprios pais quanto mais cedo à criança começa a ser escolarizada, mais ela se "prepara para a vida" e tem chances de ser "mais bem sucedida". Infelizmente, alguns pais querem que as opções de seus filhos sejam feitas cada vez mais cedo e, com isso, acabam reduzindo à educação a dimensão da instrução. Percebem apenas tardiamente que, com a escolarização precoce, trazem também a avaliação formal precoce, as baterias de competências a serem desenvolvidas e seus testes de aquisição. Igualmente as concepções de avaliação usadas a partir da primeira série escolar começam a ser antecipadas, bem como todos os seus dados – destruição da autoestima, rotulações, competições, ansiedades, tensões, etc. Testes e medidas (psicológicos ou não) são disponibilizados para os professores, os pais, cada vez que as crianças "fogem a normalidade" fabricadas por aqueles.

Assim, o autor indica que não se trata de negar a avaliação como recurso, mas sim de utilizar esse recurso em favor da criança e do professor, resgatando o sentido essencial de acompanhamento do desenvolvimento e de reflexão permanente sobre as crianças. O foco são as crianças pequenas, que como principal característica possuem maneiras peculiares e diferenciadas de vivenciar as situações do mundo à sua volta, interagindo com os objetos do mundo físico de uma maneira própria, e de forma acelerada.

Sendo assim, nesse contexto, a avaliação deve acompanhar e registrar a "[...] evolução cognitiva e psicossocial de cada criança" (RAMIRES, 2008). Portanto, a avaliação na Educação Infantil é um desafio colocado ao professor, pois ele precisa acatar as determinações legais e explicitar as concepções que orientam sua prática.

> A importância de promover processos de avaliação na educação infantil está relacionada, portanto, ao reconhecimento de que através do acompanhamento e do registro do desenvolvimento das crianças torna-se possível tomar decisões educativas fundamentadas em dados da realidade e, por conseguinte, mais propícias a promover avanços neste desenvolvimento, favorecendo a comunicação com as famílias, aprimorando e valorizando o trabalho do educador da infância. O resultado final é que a própria educação infantil sai valorizada e favorecida (RAMIRES, 2008, p. 10).

Ramires (2008) indica ainda a complexidade que reveste a caracterização da Educação Infantil em suas especificidades e torna imprescindível considerar os diferentes aspectos relativos ao atendimento de necessidades e interesses das crianças, enquanto direitos a serem respeitados socialmente.

O trabalho com a criança pequena requer do adulto uma observação curiosa e investigativa, principalmente nas instituições de Educação Infantil, local de grande importância para oportunizar ações educativas – atitudes de observação, análise e reflexão – quanto às manifestações das crianças no seu significado essencial de fundamento à continuidade do trabalho, como orienta Hoffmann (2010a).

> Atender às necessidades de conforto, aconchego, segurança, proteção, afeto e estímulos, assim como de cuidados de saúde, higiene e alimentação também se constitui em atividade prioritária quando se trata de cuidar e educar crianças pequenas (RAMIRES, 2008, p. 10).

Hoffmann (2010a) também relaciona seus estudos sobre avaliação na Educação Infantil levando em conta:

> a.) A percepção clara de que as expectativas do professor podem não corresponder às formas peculiares e próprias de a criança responder às situações; e
> b.) Que o acompanhamento do processo de construção do conhecimento se dá pela observação e reflexão permanente sobre as manifestações das crianças (HOFFMANN, 2010a, p. 69).

Nas atividades propostas às crianças, o professor de Educação Infantil deve levar em conta dois pressupostos básicos, como cita Hoffmann (2010a, p. 71), que são de extrema importância na hora de avaliar:

- a observação atenta e curiosa sobre as manifestações da criança; e

- a reflexão sobre o significado dessas manifestações em termos de seu desenvolvimento.

Sendo que as práticas diárias devem levar em consideração o contexto de vida das crianças:

> É procurando compreender as atividades espontâneas das crianças que vou, pouco a pouco, captando os seus interesses, os mais diversos [...]. Por isso é que, em última análise, as propostas de trabalho nascem delas e de mim como professora. Não é de estranhar, pois que as crianças se encontrem nas suas atividades e as percebam como algo delas, no mesmo tempo em que vão entendendo o meu de organizadora e não de "dona das atividades" (HOFFMANN 2010a *apud* FREIRE, 1983, p. 21).

Assim, a avaliação na Educação Infantil não pode ter caráter de julgamento de resultados, mas sim valorizar as crianças em suas manifestações.

Hoffmann (2010a) cita que é comum às instituições de Educação Infantil adotar modelos da prática avaliativa tradicional do Ensino Fundamental. Em seu livro "Avaliação Mito & Desafio – uma perspectiva construtivista", a autora dedica um capítulo à "Avaliação na Educação Infantil", e através de seus estudos percebe negações que se perpetuam na Educação Infantil. A etapa referida, segundo a autora, deve proporcionar um ambiente livre de tensões e limitações, no qual os educadores encontram-se disponíveis para acompanhar e oportunizar vivências enriquecedoras.

Para Hoffmann (2010a), a avaliação na Educação Infantil reforça perigosamente esse clima de tensões, através de algumas negações que se perpetuam, como: a criança não é considerada como o centro da ação avaliativa, pois, primeiro observa-se e acompanha-se a criança em suas descobertas, mas quando é feito o registro de aspectos de seu desenvolvimento, em geral, é para apresentar os resultados ou por mera necessidade burocrática de registros escolares.

Esses resultados não têm por objetivo conduzir a ação educativa no cotidiano escolar, mas sim mostrar aos pais e à escola que algumas atividades estão se desenvolvendo e que a criança está realizando uma série de trabalhinhos interessantes. Para Hoffmann (2010a, p. 74):

> Os pareceres descritivos, relatórios e dossiês representam uma coleta de desenhos e/ou de colagens, registros de observações esporádicas e superficiais do professor, com base em listagens de comportamentos elaborados em gabinetes de supervisão, incluindo aspectos sobre a criança de difícil compreensão ou de apreciação subjetiva.

Esses pareceres descritivos, normalmente, são denominados como **fichas de acompanhamento**, e aparecem como uma lista de aspectos da criança a serem classificados pelo professor em escalas do tipo: muito bom, bom, fraco ou atingiu, não atingiu, atingiu parcialmente.

As **fichas de acompanhamento** são muito usadas para avaliar as crianças da Educação Infantil e

> Apresentam, por exemplo, um grande número de itens referentes a atitudes, tais como atendimentos e solicitações da professora, organização do material, hábitos de higiene e alimentação [...]. Pareceres descritivos seguem roteiros atrelados à rotina dos professores, que dão o seu “parecer” sobre o comportamento das crianças nas diversas atividades e momentos da rotina. A partir, também, de uma visão moralista e disciplinadora, elas são julgadas a partir de um modelo ideal da criança obediente, atenta, organizada, caridosa, querida, surgindo às comparações e classificações das atitudes evidentes por elas (HOFFMANN, 1996, p. 26).

Assim, normalmente os instrumentos são elaborados por profissionais que não têm contato direto com as crianças, como os diretores, pedagogos, ficando o professor como mero executor do instrumento, e, a partir desse referencial, percebe-se a forte influência do Ensino Fundamental no processo de escolarização da Educação Infantil.

Pode-se perceber também a desconexão que existe entre o acompanhamento que o professor faz de sua criança, e os registros elaborados e compreendidos pelas instituições. Segundo Hoffmann (2010a, p. 75):

> Listam-se aspectos subjetivos ou absurdamente complexos nos registros de avaliação na tentativa de demonstrar à família o alcance de resultados pela criança “de significativa importância”. O que resulta, ao contrário, é uma prática desvinculada da realidade, que não considera verdadeiramente a criança em suas necessidades concretas, mas privilegia o registro endereçado aos pais.

Continuando, a avaliação vista dessa forma não tem a criança como foco principal da reflexão sobre a ação. Pois, quando a avaliação torna-se uma análise de comportamentos esperados pelo adulto, “[...] o ponto referencial da ação educativa passa a ser tal modelo predeterminado, e a criança deixa de ser considerada em sua realidade própria” (HOFFMANN, 2010a, p. 75).

> Perceber a criança como centro da ação educativa consiste em observá-la curiosamente e refletir sobre o significado de cada momento de vivência com ela. Pode-se correr o risco de estar interferindo em suas descobertas, respondendo antes de ela perguntar ou fazendo pela criança o que ela conseguiria fazer sozinha. Se o professor não perceber tais ações como avaliativas, estará obedecendo uma prática equivocada dos registros finais. Situar a ação avaliativa no cotidiano de educação infantil exige a consideração da criança como a razão fundamental dessa prática, assim como exige tomar consciência de que toda e qualquer ação do educador tem por base uma intenção (HOFFMANN, 2010a, p. 76).

Na primeira edição de seu livro, Hoffmann (1996) já chamava a atenção ao assunto, dizendo que o centro do currículo para a Educação Infantil deveria ser “a criança”, agora, mais de quinze anos depois, na décima oitava edição, a autora reforça esse olhar.

Outro apontamento de negação é que: o educador não reflete teoricamente sobre as possibilidades das crianças em termos de estágio de desenvolvimento; esta segunda negação está diretamente relacionada com a primeira, pois com base em expectativas determinadas pelos adultos, são estabelecidos rotinas e procedimentos, desconsiderando o significado deles em relação às etapas de desenvolvimento das crianças, às suas possibilidades, às suas necessidades (HOFFMANN, 2010a).

Verifica-se que são elaborados programas, rotinas, atividades, decorrentes da incompreensão dos adultos que trabalham com essas crianças sobre as necessidades delas em diferentes momentos.

Pode-se perceber, nos relatos de Hoffmann (2010a), que os educadores desconhecem as necessidades das crianças em cada idade, em cada etapa de desenvolvimento, considerando que os adultos traçam sua prática baseados em reprodução de modelos de educação vividos, rotinas repetidas sem aprofundamento teórico necessário:

> [...] as atividades programadas pelos educadores sofrem uma análise em termos adequados às diferentes faixas. Histórias monótonas, técnicas de pintura complicadas, jogos de regras são propostos às crianças e o professor garante a atenção delas através de sua autoridade (HOFFMANN, 2010a, p. 78).

A partir desse fato, a avaliação se dá através de resultados que são anotados sobre ela e que não dizem respeito verdadeiramente a seus avanços, suas conquistas, mas se referem, sobretudo, à aproximação ou não de um modelo definido pelo adulto, que se distancia de suas reais possibilidades enquanto criança.

E, por fim, a terceira e última negação, citada pela autora, acontece da seguinte forma: os registros de avaliação não se referem à criança em termos de seu desenvolvimento pleno. Neste sentido, a criança deve ser considerada em sua plenitude, em seu conjunto, em seu todo, na escola e fora dela. A avaliação deve ser concebida com observação, reflexão e ação, encaminhando fortemente o professor a esse aprofundamento, na medida em que é direcionado a encontrar respostas aos questionamentos decorrentes da adoção de uma postura investigativa.

Existe um forte elo entre as ações da observação e da reflexão. Assim, é necessário refletir profundamente sobre a avaliação na Educação Infantil. Como aponta Hoffmann (2010a), rupturas graves tendem a acontecer em nome dessa prática. São elas:

> - entre as condições sociais e concretas da existência da criança e as expectativas definidas pelas instituições como ideais;
>
> - entre as especificidades dos adultos e as especificidades lógicas das crianças;
>
> - entre o que o educador efetivamente observa da sua criança, a cada momento, e o que as “listagens de comportamento” supõem que deva registrar (HOFFMANN, 2010a, p. 81).

Então se pode afirmar que o fundamento principal da prática avaliativa na Educação Infantil é a disponibilidade do adulto frente às crianças, pressupondo reflexão e ação permanentes, através da oportunização de vivências enriquecedoras que possam garantir possibilidades da criança descobrir o mundo.

Dessa forma, Hoffmann (2010a) propõe uma figura de acompanhamento reflexivo sobre a ação da criança:

Oportunização, pelo professor, de exploração de objetos ou vivência de situações pela criança

⇩

Repetição e/ou variação da exploração de objetos e/ou situações

⇩

Introdução de novos objetos ou situações que propiciem o estabelecimento de relações com as anteriores

FIGURA 1 – ACOMPANHAMENTO REFLEXIVO SOBRE A AÇÃO DA CRIANÇA

FONTE: Hoffmann (2010a).

Com a referida sequência, pode-se representar o encadeamento lógico entre as atividades desenvolvidas pelo professor de Educação Infantil, com um significado interacionista, em que a ampliação de descobertas pela criança seria favorecida pela oportunização de vivências relacionadas e enriquecedoras.

O elo da corrente, como dito anteriormente, consiste na observação atenta e curiosa do professor das ações das crianças, essa observação necessita do questionamento, da reflexão teórica e das possibilidades de materiais trabalhados.

Hoffmann (2010a) propõe a disposição real do professor para com a criança, observando-a em suas brincadeiras, refletindo sobre o significado e a importância de suas manifestações. Este fato é que tornaria a sequência da figura anterior verdadeiramente encadeada. Redirecionando a figura da seguinte forma:

Oportunização, pelo professor, de exploração de objetos ou vivência de situações pela criança

⇩

Observação diálogo reflexão

⇩

Repetição e/ou variação da exploração de objetos e/ou situações

⇩

Observação, diálogo, reflexão

⇩

Introdução de novos objetos ou situações que propiciem o estabelecimento de relações com as anteriores

FIGURA 2 – SEQUÊNCIA DE OBSERVAÇÃO E REFLEXÃO

FONTE: Hoffmann (2010a).

O que diferencia a figura 2 é a premissa de observação e reflexão, essencial às ações educativas. Enquanto que na primeira figura as atividades desenvolvem-se com base nas expectativas do adulto e à revelia das manifestações das crianças, a figura 2 possui o encadeamento favorecido através do acompanhamento reflexivo sobre suas ações.

O que se pretende é partir dos interesses e das necessidades das crianças, tendo como foco a ampliação de suas possibilidades, confiando nas suas tentativas e valorizando suas descobertas, desenvolvendo ações educativas interligadas e centradas na própria criança.

Hoffmann (2010a, p. 85) propõe o encaminhamento de uma proposta de avaliação fundamentada nos princípios anteriormente citados, na figura a seguir:

Princípios Construtivistas	Concepção de criança	Concepção de avaliação
- Oportunização de vivências através das quais a criança possa ampliar suas descobertas sobre o mundo. - Ação educativa baseada na confiança, nas possibilidades das crianças e na valorização de suas manifestações e interesses. - Organização de oportunidades de: * conhecimento social; * conhecimento físico; * conhecimento lógico-matemático; * conhecimento espaço-temporal; * representação; * desenvolvimento motor.	- Criança como ser político e social, sujeito de seu próprio desenvolvimento. - Autônoma (com capacidade e liberdade de tomar decisões). - Crítica e criativa (observadora, questionadora e inventiva). - Participativa (agindo com cooperação e reciprocidade).	- Avaliação como acompanhamento no processo de desenvolvimento. - Observação da criança fundamentada no conhecimento de suas etapas de desenvolvimento. - Oportunização de novos desafios com base na reflexão teórica. - Registro das manifestações das crianças e de aspectos significativos de seu desenvolvimento. - Diálogo frequente e sistemático entre os adultos que lidam com a criança nas escolas e os pais ou responsáveis.

FIGURA 3 – PROPOSTA DE AVALIAÇÃO

Esta proposta de encaminhamento deve possibilitar que as crianças desenvolvam-se e vivenciem as situações de forma própria e diferenciada dos adultos. Deve-se confiar nas crianças e valorizar o seu agir, contribuindo para a ampliação de suas descobertas.

Para isso, Hoffmann (2010a, p. 86) sugere um exercício de reflexão do professor para com a criança (que deve ser feito uma a uma), através dos seguintes tópicos de análise:

> - Localize uma criança do seu grupo.
>
> - Reflita sobre ela: idade, algumas características individuais, sua família, suas preferências quanto a pessoas e brincadeiras...
>
> - Recorte fatos do seu cotidiano:
>
> - de que forma brincou com determinado material?
>
> - o que contou e perguntou durante a história narrada?
>
> - o que fez ao acordar da sesta?
>
> - Pense em alguma reação curiosa da criança.
>
> - Reflita sobre suas conversas com ela, suas brincadeiras, cuidados necessários.

Esse exercício é o ponto de partida para escrever a história da criança, como sugere a autora, significando que o professor ao fazê-lo estará prestando atenção em seus alunos individualmente. Inicialmente as informações podem parecer desarticuladas, fragmentadas, mas aos poucos tendem a ganhar sentido no momento em que fundamentarem o encadeamento das ações junto às crianças.

Os **relatórios de avaliação**, como Hoffmann (2010a) cita, devem desvincular-se das exigências burocráticas das instituições, não podem ser elaborados para serem entregues bimestralmente ou semestralmente, mas devem resultar de anotações frequentes, sobre o cotidiano de cada criança, de modo a subsidiar permanentemente o trabalho junto a ela, desvelando caminhos ao educador para ajudar a ampliar suas conquistas.

Assim, o adulto é responsável pelo acompanhamento da criança, o seu desenvolvimento depende de um ambiente favorecedor, da possibilidade dos adultos em conversar, brincar com ela, prestar-lhe de fato atenção.

Os registros, as anotações sobre o desenvolvimento da criança, precisam ser complementados e compartilhados por todas as pessoas que se responsabilizem pela criança.

> Parece-me, portanto, que redimensionar a prática avaliativa da educação infantil compreende avaliar sua própria especificidade, ou seja, refletir sobre dimensão em que se aborda a problemática da educação infantil em nosso

> país e em que medida a criança garante, no projeto político-social, seu direito de ser verdadeiramente criança (HOFFMANN, 2010a, p. 88).

Hoffmann (1996) coloca que a avaliação servirá para apontar indicadores ao trabalho do professor, para ajudá-lo a conduzir o processo, contemplando de forma favorável as necessidades, curiosidades e solicitações das crianças.

Assim sendo, através da breve explanação acima, pode-se dizer que os moldes encaixam-se perfeitamente dentro da avaliação mediadora. Em que o observar e o registrar caminham juntos. Hoffmann (2012b, p. 17) evidencia que "[...] a observação, a reflexão e a ação, que caracterizam a avaliação continuada [...] podem se dar de forma simultânea ou paralela na dinamicidade que caracteriza o próprio desenvolvimento infantil".

A avaliação mediadora é uma teoria que Hoffmann (2012b, p. 19) desenvolve desde 1981, que parte do pressuposto de que a diferença mediante a aprendizagem da criança está na postura mediadora do professor. É através de desafios adequados, a partir da observação e reflexão, da maneira mais significativa possível, que a aprendizagem se dá.

A exigência é grande por parte do professor para avaliar através da mediação, que necessita possuir conhecimento sobre o processo de construção do conhecimento.

Segundo a autora, a aprendizagem no sentido de desenvolvimento:

> Pressupõe desequilíbrio, conflito, reflexão e resolução de problemas. Para ele, cabe aos adultos mediar a aquisição de ferramentas culturais (linguagens e símbolos) das crianças de forma a levá-las a refletir sobre as suas experiências, articulando ideias e construindo compreensões cada vez mais ricas acerca da realidade. O professor mediador oportuniza e favorece processos de reflexão da criança sobre as suas ações; oportunidades de pensar sobre a própria experiência, estabelecendo relação entre ideias e ações e percebendo diferentes pontos de vista para reconstruir suas experiências no plano mental, evoluindo, dessa forma, nos planos moral e intelectual (PIAGET, 1970, 1977 *apud* HOFFMANN, 2012b, p. 20).

Hoffmann (2012b, p. 21) também embasa seus estudos em Vygotsky (1988, 1993):

> Segundo ele, há uma grande diferença entre o que uma criança pode aprender sozinha ou com a ajuda de outra pessoa mais experiente, mais competente ou que lhe proporcione desafios adequados ao longo do seu desenvolvimento. Seus estudos sobre a noção de ZDP (Zona de Desenvolvimento Proximal) ressaltam a importância do papel mediador do professor e sugerem a necessidade de uma observação simultânea sobre o que a criança "já é ou conhece" e sobre tudo o que "pode vir a ser ou conhecer", isto é sobre o desenvolvimento real (conquistas e capacidades já construídas e consolidadas) e sobre a área de desenvolvimento proximal (os conhecimentos "ainda" a construir, as funções cognitivas "ainda" a desenvolver).

De acordo com Vygotsky (1988, 1993 *apud* HOFFMANN, 2012b), o professor mediador deve proporcionar sempre novos desafios, e mais exigentes no sentido de envolver as crianças em novas situações de modo a provocá-las à superação cognitiva.

Levando em consideração a mediação, tanto Piaget como Vygotsky fundamentam que o papel do professor é insubstituível como favorecedor à construção do conhecimento, e defendem a interação adulto/criança e criança/criança para o seu pleno desenvolvimento no plano moral e intelectual.

Piaget e Vygotsky sugerem também que a ação pedagógica mediadora deve acompanhar o desenvolvimento global, confiança mútua da reciprocidade do pensamento educador/educando, bem como alertam para o diálogo no processo de aprendizagem.

Hoffmann (2012b, p. 22) indica que "[...] avaliação mediadora, [...] tem por finalidade essencial promover o desenvolvimento máximo possível de todas as crianças a partir de desafios intelectuais permanentes e de relações afetivas e de cooperação entre todos [...]".

O professor deve utilizar-se da avaliação como uma maneira de conhecer melhor seus alunos, seus interesses, seus gostos, seus sentimentos, sua cultura, e não classificá-los como bons, fracos, obedientes ou desobedientes, organizados ou desorganizados, rotulando e criando imagens a respeito deles, mas sim propondo

desafios, experiências e descobertas novas. Que ambos, professor e criança, construam junto o conhecimento.

2.2.2 Instrumentos de avaliação para a Educação Infantil

Na Educação Infantil, a avaliação não tem caráter de promoção, visa diagnosticar e acompanhar o desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos – LDB/96. O parecer descritivo é um modelo de instrumento de avaliação da Educação Infantil, e tem por objetivo a avaliação integral da criança. É um instrumento para o professor (observação, anedotário, diário de bordo, entrevista, portfólio, autoavaliação).

A LDB 9.394/96 solicita que a avaliação na Educação Infantil aconteça mediante o acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sendo assim, instrumentos devem ser criados para contemplar a solicitação da lei. Deste modo também a Resolução n.º 05/2009 resolve que as "[...] instituições de educação infantil devem criar procedimentos para o acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças [...]" (art. 10.º) (BRASIL, 2009a).

Com base nisso alguns instrumentos de avaliação serão citados a seguir, bem como o posicionamento de alguns autores sobre os instrumentos de avaliação.

Observação:

A observação é um meio de avaliação muito importante na Educação Infantil, pois através dela o professor acompanha o desenvolvimento da criança no seu cotidiano. Com a observação diária o professor identifica se a criança está

atingindo os objetivos esperados para aquela determinada atividade, se os resultados foram alcançados e se há pontos a serem reformulados.

Hoffmann (1996) se pergunta por que é importante registrar a história da criança, no processo avaliativo? E fazendo referência a Vigotsky, diz que:

> Através da fala organizamos nosso pensamento. A escrita, representando a nossa fala, exige uma reorganização do pensamento, uma maior reflexão e conexão entre as idéias defendidas. Através da escrita, o educador pode distanciar-se de si mesmo e refletir sobre essas idéias "corporificadas", analisando-as, interpretando-as, analisando os "quadros" ali esboçados, no sentido de encontrar outras respostas para as situações vividas ou melhores caminhos a percorrer (HOFFMANN, 1996, p. 65).

Partindo da observação das atividades proporcionadas a elas, o professor deve criar oportunidades em que as crianças irão desenvolver novos aprendizados, criando possibilidades através da brincadeira, neste espaço a criança brinca e o professor pode observar suas atitudes, e através da observação criar momentos de prazer em que a criança desenvolve novas habilidades, partindo daquilo que ela já sabe o professor amplia esse conhecimento, enriquecendo sua identidade.

Conforme destaca Melchior (1999, p. 76):

> O conhecimento que um professor desenvolve ao trabalhar com um grupo de crianças incorpora, necessariamente, elementos de outros domínios de sua vida. E com a observação, o professor pode constatar dados não apenas aspectos cognitivos – as dificuldades e as possibilidades de cada um – mas também dos aspectos afetivo e psicomotor.

O professor de Educação Infantil deve partir de uma rica observação da turma, realizada diariamente, enquanto as crianças fazem suas atividades. Para a observação o professor requer muita atenção e paciência, pois não é possível observar em um momento, mas sim criar oportunidades em que se possa observar o aprendizado de todos. E o professor deve observar não apenas o aprendizado da criança, mas suas dificuldades e seu estado emocional, pois cada criança depende

de sua afetividade em relação aos pais e professores, e isso pode ajudar ou prejudicar seu desenvolvimento.

Melchior (1999, p. 76) diz ainda que:

> A importância da observação como técnica que permite ao professor acompanhar o desenvolvimento do aluno em todos os momentos, impedindo que se formem idéias preconcebidas sobre a capacidade e o desenvolvimento de cada um.

Assim, o acompanhamento do desenvolvimento é muito importante, pois o professor verifica como cada criança aprende, pois cada um tem o seu processo de aprendizado, cabe ao professor criar condições para que a criança desenvolva sua personalidade e não apenas adquira conhecimento.

Registro:

O registro é uma forma de documentar a observação, por isso o professor deve registrar tudo que acontece em sua sala de aula. O registro pode ser feito de diversas maneiras: escrita, fotografias, vídeos, gravação de áudio e outras. É muito importante o registro diário, pois não se pode confiar na memória, o professor pode esquecer algum detalhe importante que seja fundamental na hora de fazer o parecer descritivo da criança. E este instrumento serve para comparar as anotações do início do ano com os dados mais recentes para perceber o que a criança já realiza com autonomia e o que ainda precisa de acompanhamento.

Hoffmann (1996) expõe uma série de considerações sobre os registros de avaliação na Educação Infantil, das quais se destacam algumas relevantes para este estudo:

> Os registros de avaliação deverão resguardar a singularidade da história de cada criança e do acompanhamento dessa história construída a partir de suas vivências no grupo (HOFFMANN, 1996, p. 32).

> Registros de avaliação significativos procuram documentar e ilustrar a história da criança no espaço pedagógico, sua interação com os vários objetos de conhecimento, sua convivência com os adultos e outras crianças que interagem com ela. Como história individual, devem esses registros revelar trajetórias, peculiaridades, curiosidades, avanços e dificuldades próprias de cada criança, respeitando o seu "ser" diferente dos outros. Diferenças entre elas entendidas como normais e não como desvantajosas (HOFFMANN, 1996, p. 51).

> Um relatório de observação delineia um processo percorrido pela criança em sua permanente tentativa de superação, de novas tentativas e conquistas [...]. No dia seguinte à elaboração de um relatório de avaliação, elas já apresentam superação em termos de desenvolvimento (HOFFMANN, 1996, p. 52).

> Um relatório de acompanhamento da criança, ao mesmo tempo que refaz e registra a história do seu processo dinâmico de construção de conhecimento, sugere, encaminha, aponta possibilidades de ação educativa para pais, educadores e para a própria criança (HOFFMANN, 1996, p. 53).

A prática do registro permite ao professor o exercício e o resgate do compromisso da sua competência, pois com o registro diário ele tem em mãos todo o processo de crescimento de suas crianças, suas habilidades, suas dificuldades. Só assim saberá o que planejar para o dia seguinte. Para desenvolver uma prática pedagógica mais significativa é essencial esse conhecimento.

Conforme Ostetto (2002, p. 20):

> No espaço educacional o registro é, para o educador, uma espécie de diário, que pode bem lembrar os diários de bordo ou diários de adolescentes, nos quais são anotados fatos vividos, sentimentos, impressões, confissões. [...] aqueles diários têm como principal característica a descrição dos acontecimentos, organizados de forma cronológica. Quanto ao diário do professor, no âmbito da prática pedagógica do educador, constitui-se em lugar de reflexões sistemáticas; constantes; um espaço onde o professor conversa consigo mesmo; avalia atividades realizadas; documenta o percurso de sua classe.

Ainda segundo Ostetto (2002), o registro traz aspectos descritivos e analíticos, pois não é só para contar o que aconteceu na sala de aula, mas sim,

tentar compreender o acontecido, analisá-lo para poder melhorar, e aprender com o que já foi vivenciado.

Portanto, a função do registro é verificar o conhecimento já construído, pois se a criança não sabe num dia, no outro, com a intermediação do professor, ela pode saber, isso tudo para que possa prosseguir no seu processo de construção.

Pareceres descritivos e relatórios individuais:

Hoffmann (2011) questiona a nomenclatura “pareceres descritivos”, pois na sua visão este tipo de registro está atrelado a uma visão comportamentalista e classificatória da avaliação tradicional. Por isso, durante esta descrição monográfica será utilizado, quando se referir às descrições da autora, o termo “**relatórios de avaliação**” para embasar a fundamentação de Hoffmann.

As fichas de comportamento, os pareceres descritivos ou os relatórios de avaliação têm assumido caráter comparativo. Como Hoffmann (2011, p. 59) evidencia, eles revelam falhas na

> [...] falta de preparação dos professores para enunciar e redigir seus comentários e análises sobre o desenvolvimento da criança, a ausência de uma proposta pedagógica das instituições e acaba por se retratar nessa forma de registro, ou a falta de acompanhamento consistente das crianças pelos professores que acabam por incorrer em certos absurdos registrados por elas.

Hoffmann (2003) anteriormente já apontava alguns equívocos na elaboração desses registros como:

> a.) muitos pareceres reduzem a apontar aspectos atitudinais das crianças, com julgamentos de valor sobre o seu desenvolvimento em termos socioafetivos e cognitivos. São breves e superficiais;
> b.) pareceres elaborados sobre as crianças de uma mesma turma tendem a referir-se sobre todas a respeito dos mesmos aspectos, numa mesma seqüência e ainda comparando atitudes evidenciadas;

> c.) alguns pareceres parecem apenas reproduzir, por exemplo, fichas de comportamento, apresentando um rol de aspectos apontados sobre a criança, sem clareza teórica ou significado pedagógico;
> d.) roteiros elaborados por diretores ou supervisores uniformizam o relato dos professores e centram-se muito mais na rotina do professor do que na observação do desenvolvimento da criança;
> e.) os pareceres parecem atender muito mais ao interesse da família, no sentido de poder controlar o trabalho desenvolvido com os seus filhos, do que ser um instrumento de reflexão sobre o desenvolvimento da criança e com significado pedagógico para o professor ou a instituição. É uma penosa obrigação da escola.

Os **pareceres descritivos** são apontados pela referida autora como **comparativos**, transparecendo uma avaliação tradicional, seletiva e excludente. Os pareceres, na maioria das vezes, acabam por repetir as expressões utilizadas nas fichas de avaliação, sendo reproduções por extenso dessas fichas.

Assim, no momento do registro é a observação que faz a diferença, respeitando, é claro, o ritmo de cada criança, suas preferências, temperamentos, que fundamentam uma ação educativa construtivista e sociointeracionista.

Hoffmann (2011, p. 63) salienta que

> [...] ao invés de analisar se uma criança está se desenvolvendo no mesmo ritmo e jeito das outras, é preciso caracterizar seu próprio ritmo, entender a sua maneira e o seu tempo de fazer as coisas, para lhe oportunizar o desenvolvimento pleno. A complexidade que envolve avaliação do desenvolvimento infantil exige registros descritivos e reflexivos que ultrapassam em muito uma prática de “avaliação em cruzinhas”, ou o preenchimento de formulários padronizados. E essa é uma consideração que se aplica a todas as instâncias da educação.

A autora questiona a nomenclatura “**pareceres descritivos**”, pois na sua visão este tipo de registro está atrelado a uma visão comportamentalista e classificatória da avaliação tradicional. Hoffmann (2011) prefere utilizar a denominação de **relatórios de avaliação**, como já citado, pois este termo possui significado mais condizente com uma análise reflexiva do acompanhamento feito à criança, e representa uma análise e reconstituição da situação vivida pela criança na interação com seus pares com os adultos.

> Para a criança, o relatório de avaliação é o registro que historiciza o seu processo de construção de conhecimento e que constitui a sua identidade. Ele provoca o olhar reflexivo do professor sobre os seus desejos, interesses, conquistas, possibilidades e limites, tornando-se partícipe de sua caminhada. Ele é um instrumento socializador de suas conquistas históricas, favorecendo o surgimento de outros olhares reflexivos sobre sua história, tornando-a singular para muitas outras pessoas e, ao mesmo tempo, contextualizando o seu processo evolutivo e natural de desenvolvimento, possibilitando aos que lidam com ela compreendê-la e promover oportunidades significativas de aprendizagem (HOFFMANN, 2011, p. 68).

Os **relatórios individuais** alcançam seu real significado quando ultrapassam a função burocrática, em que expressam com objetividade e riqueza o processo vivido por alunos e professores no processo educacional. É fundamentado no cotidiano e acompanhado pelo professor por meio de anotações de suas descobertas, falas, conquistas nas diferentes áreas de desenvolvimento.

Os relatórios de avaliação têm como principal objetivo narrar os caminhos que cada criança vem percorrendo em busca de conhecimento do mundo e desenvolvimento de valores pessoais, retratando, assim, a dinamicidade de sua ação de conhecer.

A prática ação-reflexão-ação caracteriza de forma clara como deve-se constituir a avaliação através dos relatórios individuais, pois como cita Hoffmann (2011, p. 82) “[...] é a sua ação transformadora que o impulsiona a novas e diferentes ações”.

A avaliação na Educação Infantil efetiva-se através da mediação, inserindo-se no processo educativo como um instrumento de reflexão, que auxilia o professor a tomar consciência das mudanças e a operar em sua ação.

Portfólio:

Trata-se de um instrumento de avaliação e registro do processo de aprendizagem. Para Villas Boas (2004), o portfólio é uma coleção de produções do aluno que apresenta evidências de sua aprendizagem.

Outra definição aponta que o portfólio de avaliação é uma coleção que documenta o processo de aprendizagem e permite a tomada de decisões sobre a continuidade do processo educativo (PARENTE, 2004). Vale ressaltar que, ainda segundo Parente (2004), o portfólio tem como objetivo principal documentar o desenvolvimento da aprendizagem da criança.

E Hernandes (2000 *apud* LUSARDO, 2007, p. 169) considera que “[...] o portfólio é uma forma de avaliação dinâmica realizada pelo próprio estudante e que reflete seu desenvolvimento e suas mudanças através do tempo”. Dessa forma, o trabalho elaborado no portfólio faz parte da memória, da aprendizagem de cada aluno, por isso se torna uma criação única e peculiar que envolve o respeito pela diversidade de produções. Neste caso, a participação da criança com autonomia é fundamental.

Quanto ao conteúdo do portfólio, Shores e Grace (2001) afirmam que há liberdade de escolha sobre o que irá compor o portfólio, constituindo-se a criatividade como única referência capaz de limitar os conteúdos selecionados. As autoras destacam ainda que os portfólios permitem um ensino centrado na criança, pois trazem informações úteis sobre o conhecimento dos alunos e o desenvolvimento infantil.

Já Lusardo (2007) descreve que no portfólio podem constar trabalhos da criança realizados através de produções individuais e coletivas, desenhos, registros escritos, fotografias, gravações de áudio e vídeo, observações da professora, informações aos pais, entrevistas, relatórios, enfim, o que for necessário para reconstruir o caminho percorrido durante a aprendizagem.

Assim, o portfólio é uma ferramenta pedagógica, um conjunto de atividades realizadas pelas crianças no decorrer do ano escolar que serve de suporte para o professor observar e respeitar o ritmo delas. Por isso, o portfólio deve ser organizado e planejado com atividades realizadas ao longo de um determinado período, não sendo um depósito de trabalhos apenas para mostrar aos pais, mas um instrumento que ajuda na construção da criança.

É interessante ressaltar que Frison (2008, p. 214) considera o portfólio como:

> Uma forma de organizar as atividades realizadas pelo estudante, a qual demonstra tanto o processo de aprendizagem como os resultados obtidos, a serem avaliados conjuntamente pelo professor e pelo próprio aluno. O portfólio não é apenas uma forma de organizar os materiais, mas equivale aos processos que são utilizados, às realizações e aos resultados do desenvolvimento das competências que vão evoluindo, à medida que os alunos comprometem-se, crescem cognitivamente e autorregulam as aprendizagens.

Na Educação Infantil a criança precisa ter a oportunidade de desenvolver suas habilidades e competências, favorecendo o desenvolvimento de suas capacidades. E o portfólio é utilizado para registrar as etapas dos trabalhos das crianças, as etapas do seu desenvolvimento, procurando trabalhar seus interesses, e trazendo resultados positivos tanto para o professor quanto para o aluno.

Ainda de acordo com Frison (2008, p. 224):

> Cada portfólio é único e pessoal. Algumas crianças conseguem registrar e completar todo trabalho planejado, pois estão sempre presentes em aula, retomando várias vezes cada uma das atividades vividas, fazendo e refazendo suas análises. Alguns portfólios, no entanto, ficam incompletos, pois há alunos que freqüentemente faltam às aulas, o que dificulta muito seu acompanhamento.

Porém alguns professores ainda entendem que o portfólio é apenas algo para “guardar” atividades das crianças, para expor aos pais o que ela desenvolve em sala de aula, assim, o consideram como mero instrumento de avaliação e não de acompanhamento das aprendizagens construídas. Entretanto, os professores que trabalham com o portfólio têm mais segurança em realizar os pareceres das crianças. E sabe-se que o professor deve usar de estratégias para acompanhar o desenvolvimento de suas crianças. Assim, concorda-se com Villas Boas (2004, p. 62), quando diz que:

> A avaliação por meio do portfólio exige do professor postura avaliativa diferente da tradicional: ele não ensina para que os alunos tirem notas boas

e sejam aprovados. Ele coordena o trabalho pedagógico por meio do qual os alunos aprendam e se desenvolvam como pessoas.

3 AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS ENTRE OS ANOS DE 2001 E 2012

3.1 METODOLOGIA DE PESQUISA

O presente estudo possui abordagem qualitativa, e tem como metodologia a pesquisa bibliográfica através de análise documental, de instrumentos e documentos que tematizam a avaliação na Educação Infantil, no município de São José dos Pinhais, Paraná.

A respeito da abordagem qualitativa, Duarte (2002, *apud* ALVES, 2011) chama atenção para o fato de que ela, “[...] apesar dos riscos e dificuldades que compõe, revela-se sempre um empreendimento profundamente instigante, agradável e desafiador”.

O autor também diz que é preciso estar atento aos recursos metodológicos a serem utilizados, uma vez que

> A metodologia não consiste num pequeno número de regras. É um amplo conjunto de conhecimentos com o qual o pesquisador procura encontrar subsídios para nortear suas pesquisas. As escolhas são efetuadas em função dos objetivos das pesquisas e das características das instituições (THIOLLENT, 1984, p. 46, *apud* ALVES, 2011).

Assim, o caminho escolhido para a realização desta pesquisa tem por base o levantamento de documentos, normativos ou orientadores, de âmbito municipal, e a análise documental acerca das produções sobre a avaliação na Educação Infantil, tendo como foco a avaliação da criança.

> A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos escritos ou não. [...] Estas podem ser feitas no momento mesmo que o fato ou fenômeno ocorre ou depois (MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 157).

A referida pesquisa trata da análise de documentos publicados/utilizados entre os anos de 2001 a 2012 no município de São José dos Pinhais, permitindo assim um demonstrativo de documentos ou instrumentos analisados que permeiam a temática da avaliação em uma ordem cronológica.

A análise documental constitui-se de uma história vivida e, segundo Ludke e Andre (1986), tem sua importância porque estes documentos surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre ele. As autoras citadas acrescentam ainda que a análise documental é uma "[...] técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja completando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema" (LUDKE; ANDRE, 1986, p. 38).

Posto isso, durante o período de pesquisa foram coletados os seguintes materiais para análise: documentos, relatórios, textos publicados ou não, entre outros que retratassem a avaliação na Educação Infantil entre os anos de 2001 e 2012, no município de São José dos Pinhais.

Pimentel (2001) reflete que as fontes documentais devem ser analisadas de forma crítica para que se enquadrem no contexto histórico e social do momento em que foram produzidas, isto é, deve-se levar em consideração o contexto histórico em que foram descritas.

Os documentos que constituem a base empírica desta pesquisa na análise serão cotejados com bibliografias sobre o tema avaliação na Educação Infantil (teses, dissertações, artigos, capítulos de livro), assim como documentos governamentais de outras instâncias.

Pimentel (2001) também traz contribuições de sua professora Mitsuko Antunes dadas nas aulas de História da Psicologia, referindo-se que a análise documental:

> [...] trata-se de um processo de “garimpagem”, se as categorias de análise dependem dos documentos, eles precisam ser encontrados, extraídos das prateleiras, receber um tratamento que orientado pelo problema proposto pela pesquisa estabeleça a montagem das peças como num quebra-cabeça (PIMENTEL, 2001, p. 180).

3.2 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos documentos municipais será apresentada através de três subitens por período em ordem cronológica. São eles: período de 2001 a 2004, período de 2005 a 2008 e, por fim, período de 2009 a 2012, coincidentemente por período de gestão municipal.

Os dados serão apresentados e analisados. Será considerado para a análise a natureza destes documentos, a sua fundamentação teórica e os instrumentos utilizados por período.

3.2.1 Período de 2001 a 2004

Em relação a este período de gestão municipal foram encontrados 6 (seis) documentos de naturezas distintas, que são apresentados no quadro abaixo.

N.º	Documentos	Natureza
1	Relatório de acompanhamento semestral	Ficha a ser preenchida pelo professor para avaliar a criança de forma descritiva.
2	Texto: Observando seu aluno passo a passo	Texto para auxiliar o professor no preenchimento do relatório de acompanhamento semestral como um manual de orientações.
3	Textos: Princípios norteadores para a avaliação na Educação Infantil – 1 e 2	Textos similares entre si que auxiliam o professor no preenchimento do relatório de acompanhamento semestral (o segundo texto complementa com mais algumas informações que o primeiro não possui).
4	Caderno perfil do aluno	Caderno com uma ou duas páginas reservadas para cada criança, em que o professor faz anotações significativas quando necessário sobre ela.
5	Texto: O que observar no caderno perfil do aluno	Texto com informações para serem levadas em consideração na hora de descrever sobre a criança no caderno perfil do aluno.
6	Capítulo XVI: O processo de avaliação, das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil da Rede Pública Municipal	Texto que faz parte das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil da Rede Pública Municipal de São José dos Pinhais (2004), que fundamenta, apresenta e orienta como avaliar a criança na Educação Infantil do município[6].

QUADRO 1 – DOCUMENTOS ENCONTRADOS NO PERÍODO DE 2001 A 2004

"Relatórios de Acompanhamento Semestral" (Anexo 1): relatório dividido em três colunas, uma para descrever sobre o conhecimento de mundo (desempenho nos eixos trabalhados), outra para descrever sobre a formação pessoal e social (relacionamento inter e intrapessoal e processos de construção de identidade e autonomia das crianças) e a última lacuna para o parecer dos pais (mudanças de comportamento, aprendizagem e desenvolvimento observados pelos pais).

E três textos que acompanham o Relatório de Acompanhamento Semestral para facilitar a descrição, com os seguintes títulos: "Observando seu aluno passo a

[6] Este documento está cadastrado junto à Biblioteca Nacional.

passo" (Anexo 2) e "Princípios norteadores para a avaliação na Educação Infantil" (Anexo 3). Textos que auxiliariam no preenchimento do relatório. E, por fim, o texto "O que observar no caderno perfil do aluno" (anexo 4), que auxiliaria no preenchimento das informações no Caderno Perfil do Aluno.

Neste período também as professoras deveriam utilizar o Caderno perfil do aluno, que se tratava de um caderno em que as professoras e atendentes faziam os registros significativos do dia a dia da criança.

No ano de 2004, foram editadas as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil da Rede Pública Municipal de São José dos Pinhais, que documenta tais procedimentos de avaliação, bem como organiza toda a Educação Infantil do município, e contém um capítulo chamado "O processo de avaliação", em que se discute a avaliação na Educação Infantil proposta pelo município dentro das diretrizes.

O referido capítulo, "O processo de avaliação", dispõe de três páginas que fundamentam seu referencial teórico, tendo como base o documento Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (BRASIL, 1998), em que a avaliação possibilita ao professor definir critérios, planejar as atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças, tendo como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar o processo como um todo. Também se utiliza de Vasconcellos (1992) para fundamentar a essência do professor, quando relaciona a avaliação a um processo da existência humana, em que o professor deve refletir criticamente sobre a sua prática no sentido de perceber os seus avanços, suas resistências, suas dificuldades, possibilitando uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos que ocorrem no dia a dia da sala de aula.

Também cita a Deliberação n.º 003/99, Cap. VI, Art. 37, que normatiza a avaliação na Educação Infantil, que deverá ter característica diagnóstica e de acompanhamento do processo contínuo, que objetiva analisar a forma como a criança elabora seu conhecimento, devendo subsidiar permanentemente o professor, permitindo: a organização das ações pedagógicas junto às crianças; a observação, a reflexão e o diálogo, centrados nas manifestações de cada criança, representando seu acompanhamento; os registros deverão relatar o desenvolvimento da criança. Os registros finais, elaborados ao término do ano ou do

período letivo com caráter descritivo, deverão conter parecer sobre os diferentes aspectos do processo de desenvolvimento e de aprendizagem do aluno. A avaliação não terá caráter seletivo das crianças, no sentido de constituição de turmas homogêneas.

E, por fim, descreve o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/96, em que estabelece na Seção II, referente à Educação Infantil, no artigo 31, que “[...] a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem objetivo de promoção mesmo para o acesso ao ensino fundamental”.

Percebe-se, através do embasamento teórico citado no documento, que a rede primava, naquele período, pela forma de avaliação proposta no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), dando ênfase à observação e ao registro correlacionado de forma descritiva com os eixos tratados no referencial, para com a criança e na preocupação com a prática realizada pelo professor em sala de aula, com a forma de dar aula, e como relacionar-se com a criança.

Hoffmann (1996) indica que a avaliação servirá para apontar indicadores ao trabalho do professor, para ajudá-lo a conduzir o processo, contemplando de forma favorável as necessidades, curiosidades e solicitações das crianças. Assim, o professor deve utilizar-se da avaliação como uma maneira de conhecer melhor seus alunos, seus interesses, seus gostos, seus sentimentos, sua cultura, para que o professor e a criança construam juntos o conhecimento.

Alarcão (2004) retrata que a avaliação está constantemente ligada ao processo de reflexão e que o professor precisa constantemente refletir sobre sua prática, para que possa haver aprendizagem significativa. Hoffmann (2003) também traz contribuições à discussão, dizendo que avaliamos nossos atos diários como uma tentativa de melhorar nossas vidas, fato que ocorre o tempo todo, e no qual se procura melhores condições para solucionar problemas vivenciados, e que possamos aprender com nossos erros.

Vale ressaltar que neste período eram poucos os materiais e publicações sobre a avaliação na Educação Infantil, como revela Paz (2005), em sua dissertação de mestrado.

No capítulo XVI, das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil da Rede Pública Municipal (2004), encontram-se, como forma da avaliar a criança, os seguintes instrumentos:

Caderno perfil do aluno: Tem a finalidade de coletar os dados pessoais da criança para no decorrer do processo subsidiar as ações desenvolvidas na instituição. Caderno em que o professor realizará constantes registros, da atuação da criança, através de observações diversas e intervenções pedagógicas que deverão ser datadas e assinadas, bem como coletará trabalhos demonstrativos dos avanços dos alunos, o que facilitará a elaboração dos relatórios ao final do semestre. Tais registros deverão ser contextualizados, baseando-se nos níveis de desenvolvimento, possibilidades e conquistas de todas as capacidades.

O caderno perfil do aluno é uma forma de registro que permite ao professor transformar sua observação em uma espécie de diário de acompanhamento das aprendizagens das crianças. Conforme Ostetto (2002), diários "[...] nos quais são anotados fatos vividos, sentimentos, impressões, confissões [...]"; servem como um suporte da memória, para acontecimentos significativos que incidem de forma cronológica.

Ainda segundo Ostetto (2002), o registro traz consigo aspectos analíticos e descritivos tentando verificar o conhecimento já construído, para prosseguir no seu processo de aprimoramento.

Hoffmann (2010a, p. 87) também reflete sobre a importância de se elaborar um instrumento como, por exemplo, o utilizado pela rede com o nome de caderno perfil do aluno, pois a autora evidencia que os "[...] relatórios de avaliação [...] não podem ser elaborados [...] a intervalos bimestrais ou semestrais, mas devem resultar de anotações frequentes sobre o cotidiano da criança de modo a subsidiar permanentemente o trabalho junto a ela".

Relatório de acompanhamento semestral: também denominado parecer descritivo, constitui-se em um registro individual dos avanços do desenvolvimento da criança e será emitido ao final de cada semestre pelo conjunto de profissionais que atuam com ela durante o período. Este relatório, que serve para instrumentalizar o professor, deverá ser compartilhado, além das crianças, também com a família, pois os pais têm direito de acompanhar o processo de aprendizagem de seus filhos, compreendendo, assim, os objetivos e as ações desenvolvidas pelo professor e pela

escola. A apresentação do Parecer Descritivo se dará em quatro campos: Conhecimento de Mundo – servirá para mostrar o desenvolvimento da aprendizagem da criança com base nos objetivos estabelecidos no planejamento de acordo com a proposta pedagógica; Formação Pessoal e Social – será a amostragem do histórico de vida que a criança traz das relações pessoais e interpessoais, afetivas e socioculturais que ela estabelece com outras crianças e adultos da instituição; Parecer dos Pais – registro de como os pais percebem a caminhada de seu(sua) filho(a) durante os semestres, nas modalidades da Educação Infantil. Com um campo para as observações destinado ao registro de situações ou encaminhamentos peculiares.

De acordo com Hoffmann (2011), os relatórios ou pareceres descritivos se constituem por meio da articulação entre a observação feita da criança, a reflexão teórica e a intervenção pedagógica pelo professor. E que a sua finalidade não pode ser reduzida à descrição de rotinas, ao cumprimento de funções burocráticas ou à prestação de contas para os pais sobre o trabalho desenvolvido na escola.

A autora afirma ainda que o parecer descritivo ao mesmo tempo em “[...] que refaz e registra a história do seu [da criança] processo dinâmico de construção de conhecimento, sugere, encaminha possibilidades da ação educativa para os pais, educadores e para a própria criança” (HOFFMANN, 2011, p. 53).

No período de 2001 a 2004, a avaliação é descrita como um processo contínuo e participativo, tendo função diagnóstica, devendo fornecer informações das ações da criança, com o professor, com o coletivo da instituição e com a família, dando oportunidade aos avanços obtidos. E deve ser vista da seguinte forma, conforme explicita:

- Para o professor, a avaliação deve ser suporte na realização do trabalho, ocasionando constante reflexão sobre sua prática, possibilitando a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que precisam ser melhorados.
- Para a criança, a avaliação deve ser um instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para a reorganização de seu investimento na tarefa de aprender.

- Para a Unidade de Ensino, a avaliação possibilita definir as prioridades e localizar quais aspectos das ações educacionais demandam maior apoio.

Na descrição do referencial Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil da Rede Pública Municipal de São José dos Pinhais (2004), a avaliação é tida como um elemento indissociável do processo educativo, que permite perceber o grau em que foram conseguidas as intenções de ensinar, fazendo parte do dia a dia, através da observação de desempenho dos alunos nas atividades, o professor terá condições de saber como as crianças pensam, interagem e aprendem.

Para isso, é necessário que os resultados da avaliação sejam registrados por meio de anotações sobre as produções e relatórios de desempenho das crianças.

Nas referidas Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil da Rede Pública Municipal de São José dos Pinhais (2004) são citados alguns pontos relevantes para a elaboração dos registros:

- Elaborar objetivos com referências aos conteúdos pré-estabelecidos e organizados, com vistas a uma avaliação em termos de desenvolvimento observado em cada criança.
- Propiciar situações de *feedback* constante, utilizando a informação, família/escola, valorizando as conquistas da criança e redimensionando as estratégias pedagógicas em relação aos objetivos propostos.
- Fazer registros em forma de relatórios periódicos.

Essas diretrizes foram lançadas ao final da gestão pública de 2000 a 2004, em que houve a troca de gestores do município.

Através da análise dos documentos apresentados neste período, pode-se perceber que mesmo ainda de forma tímida o município de São José dos Pinhais mostrava preocupação para que houvesse um instrumento que avaliasse a criança da Educação Infantil, formalizando assim o ponto inicial para a construção de uma avaliação que desse conta do que as normativas propunham.

3.2.2 Período de 2005 a 2008

No ano de 2005, uma nova gestão política assumiu a Prefeitura do Município, com isso uma nova equipe passou a dirigir a Secretaria de Educação, algumas mudanças ocorreram no que diz respeito a essa secretaria, mais especificamente ao pessoal técnico do Departamento de Educação Infantil.

Inicialmente mantiveram aquilo que estava proposto nas Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil da Rede Pública de São José dos Pinhais (2004), após ocorreram algumas mudanças.

Em relação a esse período de gestão municipal foram encontrados 7 (sete) documentos de naturezas distintas, apresentados no quadro abaixo.

N.º	Documentos	Natureza
1	Ficha Funcional – Berçário	Ficha a ser preenchida para cada criança pelo professor para avaliar a criança de forma descritiva contemplando os aspectos da alimentação, higiene e saúde.
2	Relatório de avaliação por rendimento – Berçário	Relatório de marcar “X”, contemplando os aspectos sociais, motores e emocionais, em que o educador deverá marcar apenas os aspectos de como a criança está na instituição. E na parte dos aspectos cognitivos o professor deverá apontar os critérios em relação ao conteúdo trabalhado.
3	Ficha de acompanhamento semestral – Maternal	Ficha a ser preenchida pelo professor em forma de marcar “X” para cada criança, nas lacunas Sim/ Às vezes e Precisa de estímulo, contemplando itens dos aspectos social, motor e emocional. E na parte dos aspectos cognitivos o professor deverá apontar os critérios em relação ao conteúdo trabalhado.
4	Ficha de acompanhamento semestral – Pré 1	Ficha a ser preenchida pelo professor para cada criança, conforme legenda D = domina, TD = tem dificuldade e ED = em desenvolvimento para o 1.º e 2.º semestre. Analisando os eixos de identidade e autonomia, música, movimento, artes visuais, linguagem oral e escrita, raciocínio lógico matemático e natureza e sociedade com vários critérios a serem relacionados por eixos de conhecimento. Com campo destinado a descrições das observações, parecer dos pais 1.º semestre, parecer dos pais 2.º semestre.
5	Ficha de acompanhamento semestral – Pré 2	Ficha a ser preenchida pelo professor para cada criança, conforme legenda D = domina, TD = tem dificuldade e ED = em desenvolvimento para o 1.º e 2.º semestre. Analisando os eixos de identidade e autonomia, música, movimento, artes visuais, linguagem oral e escrita, raciocínio lógico matemático e natureza e sociedade com vários critérios a serem relacionados por eixos de conhecimento. Com campo destinado a descrições das observações, parecer dos pais 1.º semestre, parecer dos pais 2.º semestre.
6	Caderno perfil do aluno	Caderno com uma ou duas páginas reservadas para cada criança, em que o professor faz anotações significativas quando necessário sobre ela.
7	Avaliação	Texto parte do Currículo para as Unidades da Rede Municipal de Ensino – Educação Infantil São José dos Pinhais (2008), que fundamenta, apresenta e orienta como avaliar a criança na Educação Infantil do município.

QUADRO 2 – DOCUMENTOS ENCONTRADOS NO PERÍODO DE 2005 A 2008

No ano de 2005, mantiveram-se os mesmos moldes de avaliação da criança da gestão anterior. No ano seguinte, houve a troca do material didático, devido ao trâmite de licitações. A partir daquele período o material didático fornecido às crianças dos CMEI'S seria de uma editora, que somente ofereceria o material, isto é, não faria assessoramentos aos profissionais.

A partir daquele período quem daria direcionamento aos assessoramentos seria um profissional da área da educação contratado para estes fins, prestando suporte na formação dos profissionais da Educação Infantil do município.

Juntamente com este material didático acompanhavam as "Fichas funcionais e Relatório de avaliação por rendimento" para as turmas de Berçário (Anexos 5 e 6). A ficha funcional era para descrever em forma de parecer descritivo os aspectos de alimentação, de higiene e de saúde do bebê; e no relatório de rendimento havia questões de marcar "X" nos aspectos sociais, motores e emocionais;, e nos aspectos cognitivos o professor deveria apontar os critérios em relação ao conteúdo trabalhado.

As "Fichas de acompanhamento semestral maternal" (Anexo 7) eram divididas em itens com relação ao aspecto social, motor e emocional. Nelas o professor deveria marcar um "X" na lacuna do SIM, ÀS VEZES ou PRECISA DE ESTÍMULOS, naquilo que correspondia ao que a criança havia alcançado, e apontar de forma descritiva critérios em relação ao conteúdo trabalhado no aspecto cognitivo, conforme aquilo que o professor observava na criança.

As "Fichas de acompanhamento semestral Pré 1" (Anexo 8), "Fichas de acompanhamento semestral Pré 2" (Anexo 9) eram idênticas, todos os itens eram iguais, a tabela era dividida em eixos de trabalho, relacionando com os eixos propostos no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), sendo eles: identidade e autonomia, música, movimento, artes visuais, linguagem oral e escrita, raciocínio lógico-matemático e natureza e sociedade; e em cada item haviam vários critérios a serem analisados utilizando a legenda D = domina, TD = tem dificuldade e ED = em desenvolvimento, com um campo para observações se necessárias e o parecer dos pais, um campo para o primeiro semestre e um campo

para o segundo semestre, bem como um local para as devidas assinaturas. Esta ficha servia para os dois semestres, pois havia uma lacuna para o preenchimento do 1.º semestre e outra para o 2.º semestre.

Em 2008, foi lançado pela Secretaria de Educação do Município o “Currículo para as Unidades da Rede Municipal de Ensino – Educação Infantil – São José dos Pinhais”, em que, no item 5 do referido documento, que diz respeito à “Avaliação” teve poucas alterações, sendo contempladas em seu embasamento teórico as mesmas descrições do Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (BRASIL, 1998), de Vasconcellos (1992), a LDB 9.394/96, art. 31, e apenas como alteração a Deliberação n.º 002/05 do CEE, Art. 12, incisos 3.º e 4.º, deliberando que os registros descritivos elaborados durante o processo educativo deverão conter pareceres sobre os diferentes aspectos do desenvolvimento e da aprendizagem da criança e que são vedadas avaliações seletivas que levem à retenção de crianças no ingresso ao Ensino Fundamental, bem como a matrícula de crianças com menos de seis anos de idade na 1.ª série ou etapa do Ensino Fundamental.

E contempla também alterações nos instrumentos a serem utilizados para avaliar a criança. Cita o Caderno Perfil do Aluno, que tem a finalidade de coletar os dados pessoais da criança, para no decorrer do processo subsidiar as ações desenvolvidas na instituição. Caderno em que o professor realizará constantes registros, da atuação da criança, através de observações diversas e intervenções pedagógicas que deverão ser datadas e assinadas, bem como coletará trabalhos demonstrativos dos avanços dos alunos, o que facilitará a elaboração dos relatórios ao final do semestre. Tais registros deverão ser contextualizados, baseando-se nos níveis de desenvolvimento, possibilidades e conquistas de todas as capacidades. Orientando que na modalidade de creche deve-se observar e caracterizar aspectos sociais, motores, emocionais e aspectos cognitivos; e na pré-escola deve-se observar e caracterizar aspectos da formação pessoal e social e conhecimento de mundo.

A forma de registro das informações que o Caderno Perfil do Aluno propõe é de extrema importância, como já citado por Ostetto (2002). O problema da observação e registro neste Caderno Perfil do Aluno durante este período consiste na divisão do “que” deverá ser observado por etapa, essa divisão, por mais que

esteja condizente com o que é proposto avaliar nas Fichas de Acompanhamento Semestral, deixa a observação desvinculada, não condizendo com os pressupostos de desenvolvimento e aprendizagem da Educação Infantil.

Assim, neste período observa-se que, para o preenchimento do Caderno, o profissional além das orientações pré-estabelecidas para os anos anteriores, deveria atentar-se no que sua observação seria focada, no caso da creche, em aspectos sociais, motores, emocionais e cognitivos, e da pré-escola, em aspectos da formação pessoal e social e conhecimento de mundo, em que a observação do profissional deveria obedecer esta divisão para facilitar o preenchimento das fichas de acompanhamento semestral.

No documento, a avaliação é descrita também como um processo contínuo e participativo, tendo função diagnóstica, devendo fornecer informações das ações da criança, com o professor, com o coletivo da instituição e com a família, dando oportunidade aos avanços obtidos. Além disso, ela deveria ser vista da seguinte forma, conforme explicita o já citado documento “Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil da Rede Pública Municipal de São José dos Pinhais (2004)”:

- Para o professor, a avaliação deve ser suporte na realização do trabalho, ocasionando constante reflexão sobre sua prática, possibilitando criação de novos instrumentos de trabalho e retomada de aspectos que devem ser revistos e ajustados a fim de que sejam reconhecidos como adequados ao processo de aprendizagem individual ou de todo o grupo;
- Para a criança, a avaliação deve ser um instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para a reorganização de seu investimento na tarefa de aprender;
- Para a Unidade de Ensino, a avaliação possibilita definir as prioridades e localizar quais aspectos das ações educacionais demandam maior apoio.

Do mesmo modo no documento “Currículo para as Unidades da Rede Municipal de Ensino – Educação Infantil São José dos Pinhais (2008)” a avaliação também é considerada um elemento indissociável do processo educativo, que permite perceber o grau em que foram alcançadas as intenções de ensinar. Fazendo parte do dia a dia, por meio da observação de desempenho das crianças nas

atividades, o professor terá condições de saber como suas crianças pensam, interagem e aprendem.

Além disso, é necessário que os resultados da avaliação sejam registrados por meio de anotações sobre as produções e relatórios de desempenho das crianças.

No referencial “Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil da Rede Pública Municipal de São José dos Pinhais (2004)” citam-se alguns pontos relevantes para a elaboração dos registros:

- Elaborar objetivos com referências aos conteúdos pré-estabelecidos e organizados, com vistas a uma avaliação em termos de desenvolvimento observado em cada criança;
- Propiciar situações de *feedback* constante, utilizando a informação, família/escola, valorizando as conquistas da criança e redimensionando as estratégias pedagógicas em relação aos objetivos propostos;
- Fazer registros em forma de relatórios periódicos.

Analisando as descrições anteriores percebe-se que muito do que estava descrito no documento de 2004 repete-se neste de 2008, não tendo muito de significativo a ser acrescentado no que diz respeito à avaliação na Educação Infantil. Apenas algumas alterações com relação à Deliberação n.º 002/2005.

Percebeu-se também um retrocesso nas fichas do maternal, pré 1 e pré 2, pois a avaliação voltou a ser de marcar “X”, ou de elencar conceitos pré-definidos, como “D = domina/ TD = tem dificuldade e ED = em desenvolvimento”.

No período de 2005 a 2008 falava-se bem mais na avaliação da Educação Infantil, com as contribuições de Hoffmann (2003), que debatia e fazia estudos sobre a referida temática. Constatou-se também o retrocesso devido à utilização das “Fichas de Acompanhamento Semestral”, que utilizavam a sistemática de marcar “X” e de elencar conceitos pré-definidos, fato que já deveria ter sido superado.

Dessa maneira, a partir da observação dos documentos, percebeu-se que sempre que ocorre a troca de governo, o material existente é deixado de lado de certa forma – não em sua totalidade – para se iniciar a elaboração de um novo

documento com uma forma de condução diferente daquela adotada pela gestão/departamento anterior.

3.2.3 Período de 2009 a 2012

No ano de 2009 houve novamente a troca de gestão do município, troca de prefeito, nova equipe dirigindo a Secretaria Municipal de Educação, bem como o Departamento de Educação Infantil.

Assim, durante o ano de 2009, a avaliação na Educação Infantil aconteceu da forma que era proposta pela gestão anterior, através das "Fichas de Acompanhamento Semestral" e do "Caderno Perfil do Aluno". Com ressalva de que houve durante o ano reuniões de formação e consultas aos profissionais de Educação Infantil sobre qual seria a melhor forma de avaliar a criança, assim foi solicitado em alguns momentos que fossem enviadas ao departamento sugestões de instrumentos para avaliar a criança.

No ano de 2010 surgiu então um novo instrumento chamado a "Pasta do Aluno". A forma de avaliar a criança agora acontecia de uma maneira diferente, através da coleta e registro de observações das crianças com fotos, descrições, entrevistas, e outros suportes em um instrumento chamado "Pasta do Aluno", que deveria contemplar os passos da sequência didática[7] com demonstrativo de uma atividade por passo da sequência, podendo ser comparado em alguns momentos ao Portfólio, pois contempla: informações relevantes sobre a criança, preenchidas pela sua família, em que ela responde várias questões sobre a criança; parecer descritivo sobre a criança (1.º semestre); parecer da turma; anotações relevantes do caderno perfil da criança; vários instrumentos avaliativos feitos pela criança dentro dos passos da sequência didática; considerações finais sobre a criança (2.º semestre) e,

[7] Metodologia da prática pedagógica utilizada para dar aula na Educação Infantil contemplando a emoção, os sentidos, as linguagens, os jogos e as brincadeiras e a psicomotricidade.

por fim, o parecer do pai ou responsável sobre a criança durante sua permanência naquela turma. A relação entre a Pasta do Aluno e o Portfólio será abordada em descrições futuras nesta análise documental.

Foi difícil a implantação deste novo modelo, pois a cultura de marcar “X” ou de dar conceitos estava muito enraizada nas práticas avaliativas dos professores do município, por conta dos instrumentos utilizados nos anos anteriores.

Em relação a esse período de gestão municipal foram encontrados 11 (onze) documentos e instrumentos de naturezas distintas, que serão apresentados no quadro abaixo.

N.º	Documentos/Instrumentos	Natureza
1	Texto: O Portfólio como novo instrumento de avaliação (revista criança)	Texto informativo entregue para análise das professoras para breve conhecimento do assunto.
2	Orientações avaliativas para “Pasta do Aluno” (2010)	Manual entregue às professoras com orientações passo a passo de como seria a avaliação da criança durante o ano de 2010.
3	Orientações avaliativas para “Pasta do Aluno” (2011)	Manual entregue às professoras com orientações passo a passo de como seria a avaliação da criança durante o ano de 2010.
4	Caderno Perfil do Aluno	Caderno com uma ou duas páginas reservadas para cada criança, em que o professor faz anotações significativas quando necessário sobre ela.
5	Texto: “Orientações para a escrita do parecer do aluno”	Texto para auxiliar o professor no preenchimento do parecer descritivo da criança.
6	Texto ilustrativo sobre a avaliação na Educação Infantil	Texto com organogramas para melhor entendimento de como ocorre o processo avaliativo na Educação Infantil.
7	Texto “Relembrando”	Texto revisional entregue para as professoras em curso de formação com tópicos importantes sobre a avaliação na Educação Infantil.

continua

continuação

8	Texto: “Avaliação na Educação Infantil – Legislação e pesquisas” (Univesp)	Texto de Maévi Anabel Nono (UNESP) sobre a avaliação na Educação Infantil contextualizando a legislação e as pesquisas na área, entregue às professoras em reunião pedagógica no CMEI, enviado pelo Departamento de Educação Infantil.
9	Video Univesp – “Avaliação na Educação Infantil: Legislação e pesquisa” (Jussara Hoffmann)	Vídeo apresentado em reunião pedagógica no CMEI, para discutir sobre a avaliação na Educação Infantil e a pasta do aluno.
10	Texto ilustrativo: “A avaliação segundo Piaget, Vygostsky e Wallon”	Texto entregue às professoras em curso de formação continuada sobre a avaliação na Educação Infantil.
11	Avaliação na Educação Infantil	Texto que compõe o Caderno de Orientações Curriculares: primeiras impressões a respeito do Currículo na Educação Infantil – 2012.

QUADRO 3 – DOCUMENTOS ENCONTRADOS NO PERÍODO DE 2009 A 2012

O embasamento teórico da avaliação na Educação Infantil neste período deu-se através dos seguintes documentos:

- **Parecer n.º 20/2009 do CNE**, “[...] a avaliação é instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica na busca de melhores caminhos para orientar as aprendizagens das crianças” (p. 16);
- **Oliveira (2010, p. 13)**:

> [...] a avaliação deve se basear na observação sistemática dos comportamentos de cada criança, das brincadeiras e interações no cotidiano, com a utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns, etc.) feita ao longo do período em muitos e diversificados momentos;

- **Resolução n.º 5, de 17 de dezembro de 2009**, que fixa as Diretrizes Curriculares para Educação Infantil, em seu **Art. 10**:

> As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

> I – A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
>
> II – Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns, etc.);
>
> III – A continuidade dos processos de aprendizagem por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transição no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);
>
> IV – Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
>
> V – A não retenção das crianças na Educação Infantil.
>
> **Art. 11:**
>
> Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade do processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdo que serão trabalhados no Ensino Fundamental.

E os instrumentos utilizados para a avaliação da criança são:

* **Caderno Perfil**: São anotações realizadas no dia a dia da sala de aula, referentes ao desenvolvimento da criança (cognitivo, social, emocional e motor) que servirão de subsídio para a construção do Parecer Individual da Criança.

Hoffmann (2012b, p. 64), com relação aos registros de observação, cita que:

> Pela observação continuada, o professor irá conhecer e compreender cada criança, suas perguntas, suas reações diante de situações, hábitos de alimentação, brincadeiras realizadas. Diariamente, irá anotar, registrar fatos e situações que lhe chamam a atenção, o que as crianças o revelam, o que sua percepção consegue abarcar. Anotações daqui e dali para arquivar na “memória”. De início, essas anotações diárias poderão lhe parecer desarticuladas, fragmentadas, mas tenderão a adquirir sentido no momento em que for decidir que brincadeiras irá realizar ou que posturas passará a ter junto a cada criança e a todo o grupo.

Para contextualizar a inserção do que é um Portfólio utilizou-se do texto "O Portifólio como novo instrumento de avaliação" (Anexo 10), para debate e estudos em cursos de formação dos profissionais.

* **Pasta do Aluno**: Conforme a Resolução n.º 5/2009 propõe, para o acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento da criança, foram utilizadas as "Orientações Avaliativas para Pasta do Aluno" (Anexos 11 e 12) como roteiro de instruções para a elaboração da referida pasta que conterá:

- Capa: constando o nome da criança, nome do CMEI, da modalidade, turma, ano, foto ou desenho do aluno (Anexo 13);

- Ficha individual do aluno: preenchida pelos pais no ingresso da criança na instituição, com dados do nascimento, saúde, alimentação e comportamento no seio familiar (Anexo 14);

- Parecer individual: constarão as anotações realizadas no Caderno Perfil, considerando os avanços e dificuldades nas áreas cognitivas, motoras e social e Parecer dos pais ou responsáveis, que são anotações realizadas pelos pais no dia da reunião para a entrega da Pasta ou momentos que o profissional considerar necessário (Anexo 15);

- Parecer da turma: realizado pelo professor do Projeto Permanência (Anexo 16);

- Instrumentos avaliativos produzidos pelas crianças: contempla as referências de desenvolvimento – SEQUÊNCIA DIDÁTICA, com uma atividade de cada área (emoção, sentidos, linguagens, psicomotricidade, jogos e brincadeiras) (Anexos 17).

Com base em alguns pré-requisitos para construir a Pasta do Aluno, pode-se relacionar a forma de organização do instrumento baseada nos moldes de um Portfólio, pois ela reúne vários elementos sobre aquilo que a criança vivenciou no seu cotidiano. Ramires (2008, p. 84) conceitua o portfólio de avaliação como:

> [...] é uma coleção intencional de registros que documentam o processo de desenvolvimento e aprendizagem de cada aluno ao longo do tempo. A

> seleção do material que compõe deve ser feita em colaboração entre o professor e o aluno, fundamentada em critérios negociados, referente aos objetivos que se pretende alcançar. O material selecionado deve ser variado, contendo registros escritos pelo professor e pelo aluno, evidências da auto reflexão do aluno, fotos, gravações em áudio e vídeo e, principalmente, amostras do trabalho do aluno, contemplando diversos aspectos ou dimensões de seu processo de aprendizagem.

Assim, pode-se considerar a Pasta do Aluno como instrumento similar ao Portfólio, levando em conta os aspectos apontados pela autora citada, em que é considerada a possibilidade de acompanhamento e de continuidade do processo de avaliação.

Alguns textos foram utilizados na formação dos profissionais e tratavam de assuntos como: “Orientações para escrita do parecer do aluno” (Anexo 18); um organograma mostrando que a criança é um ser único emocional, social cognotivo e físico, sendo que não há como avaliar separadamente cada um desses aspectos, conceituando a avaliação como uma ação, e que essa ação necessita de reflexão (anexo 19), o texto “relembrando” é uma síntese daquilo que é importante lembrar para se efetivar a avaliação na educação infantil (anexo 20), o texto “Avaliação na Educação Infantil – legislação e pesquisas” da UNIVESP; “O portfólio como instrumento de avaliação” da *Revista Criança* (Anexo 21); “Texto ilustrativo: A avaliação segundo Piaget, Vygostsky e Wallon” (Anexo 22); e o vídeo específico da Univesp TV sobre “Avaliação na Educação Infantil: Legislação e pesquisa”, de Jussara Hoffmann.

Outro fator de extrema importância é a formação do professor que trabalha com a Educação Infantil – que deve se propor a momentos de estudo e debates sobre o assunto –, por se tratar de algo bastante complexo que exige disposição aliada ao comprometimento e ao conhecimento daquilo que se pretende alcançar com a avaliação da criança.

O Parecer do Conselho Nacional de Educação n.º 20/2009 também contribuiu para o melhor entendimento de tais mudanças, tanto nas práticas pedagógicas em sala, como na avaliação da criança.

Em 2012, foi lançado pela Secretaria Municipal de Educação o “Caderno de Orientações Curriculares: primeiras impressões sobre o currículo da Educação

Infantil". A essência do documento, no que diz respeito à avaliação em função diagnóstica (que investiga o que as crianças já sabem), contínua (com acompanhamento sequencial) e participativa (construída coletivamente); e propicia o redimensionamento das ações com a criança, com o grupo, com a instituição e com a família. Trata-se de uma organização documental bastante atual, que contempla os últimos enfoques legais dados à Educação Infantil. Em que, conforme o documento "Caderno de Orientações Curriculares: primeiras impressões a respeito do Currículo na Educação Infantil – 2012", a avaliação deve ser vista da seguinte forma:

- Para o professor, a avaliação dá suporte e auxilia na reflexão de sua prática, criando novos instrumentos de trabalho;
- Para a criança, a avaliação deve proporcionar a consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades de aprendizagem;
- Para a Unidade de Ensino, a avaliação define prioridades e sinaliza aspectos das ações que necessitam de maior atenção.

Para o referencial citado acima, a avaliação também é tida como um elemento indissociável do processo educativo, como citado nos dois referenciais anteriores, que permite perceber o grau em que foram alcançadas as intenções de ensinar.

Com a avaliação constante e diária do desenvolvimento integral da criança no contexto da sala de aula, o professor possui subsídios para observar como seus alunos aprendem, interagem e pensam. Os registros desta observação servirão de base para a construção do Parecer Individual do aluno e necessitam:

- Observar e compreender o dinamismo presente no desenvolvimento infantil, percebendo seus avanços, transformações, contribuições, dificuldades, interações, vivências e explorações;
- Priorizar a individualidade e a diversidade de cada criança;
- Valorizar e buscar participação da família, que, juntamente com o professor, devem promover possíveis intervenções e avanços no desenvolvimento e aprendizagem da criança.

A partir do levantamento e da análise dos dados apresentados, pode-se observar que inicialmente (período de 2001 a 2004), mesmo que de forma tímida, havia a preocupação em elaborar instrumentos que viessem registrar as aprendizagens da criança pertencente à Educação Infantil.

Houve um período (de 2005 a 2008) que o processo de avaliação teve um retrocesso por conta das políticas públicas municipais adotadas, mas contudo não se deixou de pensar em um instrumento que registrasse o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças, mesmo que de forma classificatória, e a partir disso houve a superação desse modelo, ocorrendo uma evolução, como demonstra a apresentação do período seguinte.

Percebeu-se, por fim, que a partir daí (período de 2009 a 2012) ocorreram avanços por meio de um fazer intencional e reflexivo, voltado ao acompanhamento individual e à promoção de oportunidades significativas de aprendizagem, através de relatos contextualizados e significativos do acompanhamento da construção do conhecimento das crianças por meio da Pasta do Aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema “Avaliação na Educação Infantil” é bastante complexo, pois contempla o aprofundamento em questões como a concepção de infância, as teorias de construção do conhecimento, as questões curriculares, entre outras.

E para que haja uma avaliação de qualidade é necessário o acompanhamento do percurso de vida da criança, durante o qual ocorrem mudanças em múltiplas dimensões, tendo-se a intenção de favorecer o máximo possível seu desenvolvimento.

Para avaliar, na concepção mediadora proposta por Hoffmann (2012a, b), é necessário intervenção pedagógica, planejando de atividades e práticas pedagógicas, redefinindo posturas, reorganizando o ambiente de aprendizagem, tendo como base o que se observa. Assim, neste sentido, para se avaliar na Educação Infantil é necessário o acompanhamento de várias ideias e manifestações das crianças para planejar ações educativas significativas. Além disso, a avaliação parte sempre da interpretação daquilo que se vê.

No atendimento à criança pequena, deve-se levar em conta fatores como sua idade, bem como seu nível e contexto de desenvolvimento e aprendizagens, concomitante à sua frequência na Educação Infantil. Muitas mudanças ocorrem nos primeiros anos de vida da criança com relação à linguagem, aquisição, capacidade de locomoção e ao desenvolvimento da inteligência, fatos que exigem do adulto muita atenção e compreensão, para que possa auxiliar as crianças nos avanços e na superação de dificuldades, proporcionando um ambiente estimulante e favorecedor em sua evolução integral. Por isso, o professor precisa observar e ouvir a criança cuidadosamente.

Ao adulto compete ainda respeitar os ritmos individuais e preferências das crianças, estimular a autoconfiança e a autonomia, incentivando as relações com seus pares e adultos, para que possam expressar seus sentimentos e desejos e manifestar suas atitudes livremente.

A família da criança, que é seu primeiro meio social, também precisa ser encorajada a participar do ambiente escolar da Educação Infantil, pois a relação entre escola e família é de extrema importância para que se promova o atendimento necessário e adequado às necessidades da criança. Sendo assim, quando se trata da avaliação da criança na Educação Infantil, é necessário fazer com que a criança e a família façam parte do processo, contribuindo, facilitando, enfim, sentindo-se parte do processo avaliativo da criança.

Vale ressaltar que a criança pequena tem o direito à brincadeira, ao movimento, ao contato com a natureza, pois é através desse contato que a criança se expressa e que os saberes são construídos. Por isso devem ser respeitados a imaginação infantil, a fantasia, as curiosidades a respeito do mundo e os desejos das crianças. E tudo isso deve ser exercido de forma contínua e atenciosa, operando como suporte e estimulo à vivência plena da infância de cada uma. Por isso é importante reafirmar que nos processos avaliativos das crianças é necessário não perder de vista a ideia de um todo em movimento, em que a observação, o planejamento, o registro (individual e coletivo), a análise avaliativa, a socialização da análise e o replanejamento das ações educativas se complementem.

Assim, com base na análise dos documentos do município de São José dos Pinhais sobre a avaliação na Educação Infantil, verificou-se neste trabalho que a avaliação da criança é uma preocupação para com os envolvidos no processo, desde 2001.

Inicialmente ela vinha acontecendo de forma tímida, com o suporte do RCNEI, de forma descritiva. Depois houve uma desconstrução do processo com a implantação do material didático, ocorrendo um retrocesso – voltando a aparecer as fichas de marcar “X” e de atribuir conceitos –, mas de qualquer forma acontecia a avaliação da criança. Por fim, nos últimos anos percebeu-se um dinamismo maior de todas as partes envolvidas, desde a equipe do Departamento de Educação Infantil do município até os professores e educadores envolvidos diretamente no processo de avaliação, com cursos de formação, materiais para leitura sobre o assunto, entre outros. Além da própria tomada de consciência para se avaliar a criança com mais qualidade garantido a aprendizagem e o acompanhamento, como asseguram as Leis da pequena infância.

Mediante as descrições citadas, destaca-se o reconhecimento que a avaliação na Educação Infantil vem ganhando bem como a atenção especial que lhe é dada a partir da alteração de alguns artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 12.796) no seu Art. 31, que retrata o seguinte indicativo: “Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental” e também a “[...] expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança” (BRASIL, 2012), assim a avaliação deve ser vista a partir do ponto fundamental “a criança”, dentro de suas possibilidades sociais e culturais.

Trata-se de um novo momento para a Educação Infantil em sua totalidade, muito mais se tem discutido, muito mais se tem escrito e lido sobre o assunto, a criança pequena tem ganhado cada vez mais voz e espaço, consolidando-se um dinamismo maior com relação ao repensar as políticas públicas existentes, sendo assim, não h mais para pensar em Educação Infantil e avaliação na Educação Infantil sem levar em conta todo o estudo, as pesquisas, os debates, as discussões, que vêm apontando a necessidade de se construir uma pedagogia da infância.

Por fim, ainda assim ficam questões que merecem ser analisadas em relação à avaliação do desenvolvimento da criança, sendo necessário ampliar e dar continuidade aos estudos divulgando e socializando as experiências exitosas neste sentido. Sempre levando em consideração que mudanças essenciais em avaliação não irão ocorrer ao se definir novos formatos ou maneiras de se proceder aos registros finais da avaliação.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

ALVES, Fábio Tomaz. **O processo de avaliação das crianças no contexto da Educação Infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/>. Acesso em: 10/11/2013.

BARRETO, Márcia Simões Linhares. Políticas Públicas: a necessidade de uma visão de totalidade em oposição a uma visão reducionista e fragmentada. **Ensaio**: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, p. 411-420, out./dez. 1995.

BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel. **Aprender e ensinar na Educação Infantil**. Tradução de: Cristina Maria de Oliveira. Porto Alegre: Artmed, 1999.

BECHI, Egle; BONDIOLI, Anna (Orgs.). **Avaliando a Pré-Escola**: uma trajetória de formação de professoras. São Paulo: Autores Associados, 2003. (Educação Contemporânea).

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução n.º 05, de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF, 2009a.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer n.º 20, de 2009**. Revisão das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil. Brasília, DF, 2009b.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília, DF, 1988.

_____. Lei n.º 12.796, de 04 de abril de 2013. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2013.

_____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução n.º 1, de 07 de abril de 1999**. Brasília, DF, 1999.

_____. Ministério da Educação. **Educação Infantil**: subsídios para construção de uma proposta de avaliação. Brasília, DF, 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Indicadores de qualidade na Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2009d.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Subsídios para Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas da Educação Básica**. Brasília, DF, 2009c.

_____. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília, DF: SEF, 1998. 3. v.

CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia (Orgs.) **Critérios para um atendimento em creches e pré-escolas que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Brasília, DF: MEC: SEF: Coed, 1995.

DUARTE, Rosália. Pesquisa Qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, mar. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf>. Acesso em: 09/11/2013.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário de sinônimos e antônimos**. 34. ed. São Paulo: Globo, 1995.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário de Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FREIRE, Madalena. **A paixão de conhecer o mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo. Portfólio na Educação Infantil. **Ciências e letras**, Porto Alegre, n. 43, p. 213-227, 2008. Disponível em: <http://www.fapa.com.br/cienciaseletras>. Acesso em: 10/11/2013.

HERNÁNDES, Fernando. **Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação mediadora uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 20. ed. rev. Porto Alegre: Mediação, [1993] 2003.

_____. **Avaliação formativa ou avaliação mediadora?** Porto Alegre: Mediação, 2. Edição, 2006.

_____. **Avaliação mediadora uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 32. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012a.

_____. **Avaliação e educação infantil**: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. 18. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012b.

_____. **Avaliação mito e dasafio**: uma perspectiva construtivista. 40. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010a.

_____. **Avaliação na pré-escola**. Porto Alegre: Mediação, 1996.

_____. **Avaliação na pré-escola**: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. 17. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

_____. **Avaliar para promover**: as setas do caminho. 11. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

_____. **Avaliar**: respeitar primeiro, educar depois. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010b.

_____. **Pontos e contrapontos do pensar ao agir em avaliação**. 10. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

KAMII, Constance. **O conhecimento físico na educação pré-escolar**: implicações da teoria de Piaget. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

LÜDKE, M., ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

LUSARDO, Raquel Costa Cardoso. **Avaliação em Educação Infantil**: concepções de professoras sobre o papel do portfólio. 127 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostras e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MELCHIOR, Maria Celina. **Avaliação pedagógica**: função e necessidade. 2. ed Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999. 150 p.

MORO, Catarina de Souza. **Percorrendo as Trilhas da Avaliação na Educação Infantil**. Monografia (Curso de Especialização em Educação Infantil) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2000.

_____. **Ensino Fundamental de 9 anos**: o que dizem as professoras do 1.º ano. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2009. Disponível em <http://www.ppge.ufpr.br/teses/teses/d09_moro.pdf>. Acesso em: 10/11/2013.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Docência em Formação).

OSTETTO, Luciana Esmeralda. Planejamento na Educação Infantil: mais que a atividade, a criança em foco. In: _____ (Org.). **Encontros e encantamentos na Educação Infantil**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2002.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. Câmara de Educação Básica. **Deliberação n.º 02/2005**. Normas e princípios para a Educação Infantil no Sistema de Ensino do Paraná. Curitiba, PR, 2005.

_____. Conselho Estadual de Educação. Câmara de Educação Básica. **Deliberação n.º 03/1999**. Curitiba, PR, 1999.

_____. Secretaria do Estado de Educação. **Orientações para (Re)elaboração, Implementação e Avaliação de Proposta Pedagógica na Educação Infantil**. Paraná: SEED, 2006.

PARENTE, Maria Cristina Cristo. **A Construção de Práticas Alternativas de avaliação na pedagogia da infância**: sete jornadas de aprendizagem. Portugal: Universidade de Minho, 2004. 10 f.

PARENTE, Maria Cristina Cristo. **Encontros internacionais "Portfólios"**: uma estratégia de avaliação alternativa. Portugal: Universidade de Minho, 2004. 127 f.

PAZ, Senhorinha de Jesus Pit. **Avaliação na Educação Infantil**: análise da produção acadêmica brasileira presente nas reuniões da ANPED entre 1993 e 2003. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2005. Disponível em: <http://www.ced.ufsc.br/~nee0a6/senhorinha.html>. Acesso em: 09/11/2013.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Tradução de: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 114, nov. 2001. p. 180. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010015742001000300008&script=sci_arttext> Acesso em: 16/02/2014.

RAMIRES, Jussara Martins Ferreira. **A construção do portfólio de avaliação em uma Escola Municipal de Educação Infantil de São Paulo**: um relato crítico. 292 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. Novas Políticas de vigilância e recentralização de poder e controle em educação. **Currículo sem fronteiras**, v. 4, n. 1, p. 22-34, jan./jun. 2004.
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. **Caderno Pedagógico Educação Infantil:** Caderno de Orientações Curriculares: primeiras impressões a respeito do Currículo na Educação Infantil. São José dos Pinhais: SEMED, 2012.

_____. **Currículo para as Unidades da Rede Municipal de Ensino – Educação Infantil** . São José dos Pinhais: SEMED, 2008.

_____. **Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil da Rede Pública Municipal**. São José dos Pinhais: SEMED, 2004a.

_____. Lei n.º 632, de 29 de outubro de 2004. Disciplina a Organização do Sistema Municipal de Ensino do Município de São José dos Pinhais. **Diário Oficial**, São José dos Pinhais, PR, 2004b.

SHORES, Elisabeth; GRACE, Cathy. **Manual do Portfólio**: um guia passo a passo para professoras. Porto Alegre: Artemed, 2001.

THIOLLENT, Michel Jean Marie. Aspectos Qualitativos da Metodologia de Pesquisa com objetivos de Descrição, Avaliação e Reconstrução. **Cadernos de Pesquisa**, Fundação Carlos Chagas, n. 49, p. 45-50, maio 1984. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/527.pdf 09/11/13>. Acesso em: 09/11/2013.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento**: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo. São Paulo: Libertad, 1995.

VILLAS BOAS, Benigna Maria Freitas. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 2004. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

ANEXOS

ANEXO 1 – Relatórios de acompanhamento semestral;

Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais
Secretaria da Educação

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL

Aluno: _____ Modalidade: _____

Educadoras/Professoras: _____

Semestre: _____ Data: _____

Conhecimento de mundo	Desempenho nos eixos de trabalhos
Formação Pessoal e Social	Relacionamento inter e intrapessoal e processos de construção de Identidade e Autonomia das crianças
Parecer dos Pais	Mudanças de comportamento, aprendizagem e desenvolvimento observadas pelos pais

Observações: _____

_____ Assinatura Professora

_____ Assinatura Pai, Mãe ou Responsável

ANEXO 2 – Observando seu aluno passo-a-passo;

Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais
ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

OBSERVANDO SEU ALUNO PASSO-A-PASSO

01. Observar a personalidade de cada aluno de sua classe;
02. Verificar quais são aqueles que apresentam dificuldades;
03. Perceber se a criança consegue estabelecer vínculos positivos com o CMEI, *professores e aprendizagem;*
04. Identificar a maneira pela qual o aluno aprende melhor e oferecer alternativas de aprendizado, tais como: técnicas e métodos de ensino;

- É importante lembrar ao professor que o desenvolvimento neurológico de uma criança atinge seu desempenho normal, para fins de aprendizagem (o que se chama comumente por "dar o clic"), na fase compreendida entre os seis anos e meio até os oito anos de idade.

05. Se, ainda assim, o aluno continuar apresentando dificuldades, verificar se o mesmo não possui algum outro problema de saúde que esteja comprometendo o seu bom desempenho escolar (problemas de visão, audição, etc.);
06. *Detectando que aspectos emocionais o prejudicam em classe, é sugerido ao* professor que chame a família (ou o responsável pelo aluno) para uma breve conversa, afim de expor o problema e verificar se a criança é mimada, usa *chupeta, mamadeira, cheirinho, etc.*

- Alunos com problemas de comportamento, extrema agitação, déficit de atenção, etc, devem ser observados de maneira especial. Sugerimos ao professor procurar saber se este apresenta dificuldades de concentração FORA DO AMBIENTE ESCOLAR, como por exemplo não assistir a televisão normalmente, alimentar-se irregularmente e inadequadamente, ou outros aspectos que sinalizam algum problema. Tais informações serão melhores obtidas com a mãe, o responsável durante breve conversa.

07. Após observação do professor e considerado todos os itens anteriores, a criança deve ser encaminhada para avaliação psicopedagógica para que se possa *identificar de forma mais apurada qual a sua real dificuldade.*

PROFESSOR: Lembre-se de que a equipe do Suporte Pedagógico do Jardim III será a sua grande parceira neste processo.

ANEXO 3 – Princípios norteadores para avaliação da educação infantil;

PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CONHECIMENTO DE MUNDO

A CRIANÇA . . .

- É capaz de expressar-se verbalmente sobre suas idéias? Em quais situações isso acontece com maior facilidade?
- Apresenta manifestações em relação à leitura e escrita? (formas, interesse, gosto, iniciativa).
- Se comunica melhor com que tipo de registro? (Oralidade, desenhos, escrita, movimentos e gestos).
- Apresenta sugestões coerentes em situações de texto coletivo, raciocínio lógico e interpretações.
- Compreende o que, sobre noção numérica e operações? (Formas, interesses, gosto, iniciativa).
- Estabelece de relações entre noções matemáticas de geometria e medidas?
- Demonstra interesse significativo por qual tipo de atividade ?
- Percebe-se como parte integrante do mundo sendo capaz de colaborar na resolução de problemas que se apresentam (família/ sociedade; espaço/natureza).
- Se destaca entre algumas características? sensibilidade, criatividade, expressão pictórica, dança, canto, rítmo, habilidades físicas.

FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL – IDENTIDADE E AUTONOMIA

- Expressa seus desejos, necessidades e preferências nas atividades cotidianas?
- Tem iniciativa para resolução de problemas e nas escolhas de brinquedos, objetos, espaços e atividades?
- Apresenta atitudes de colaboração e solidariedade, nas brincadeiras, na ajuda compartilhando materiais e brinquedos?
- Relaciona-se progressivamente com as crianças, professores e funcionários respeitando as regras básicas de convívio social e a diversidade que os compõe?
- Cumpre as regras e limites propostas?

Continuação do anexo 3;

PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CONHECIMENTO DE MUNDO
Expressa verbalmente suas idéias
Estabelece seqüência lógica e clareza na exposição de idéias
Relata experiências e conta histórias com seqüência
Transmite recados e avisos
Interpreta cenas e histórias
Apresenta dificuldade na pronúncia de palavras
Utiliza e interpreta registro como desenhos, fotografias e textos orais
Apresenta manifestações em relação à leitura e escrita (interesse, gosto, iniciativa)
Identifica e interpreta símbolos
Reconhece as letras do seu nome
Escreve o seu nome
Reconhece algumas letras do alfabeto
Apresenta situações coerentes em situações de texto coletivo e interpretações
Ordena os objetos em seqüência
Identifica quantidades iguais agrupadas de diferentes maneiras
Estabelece relação entre número e quantidade
Identifica alguns números
Fala a seqüência numérica
Reconhece entre dois conjuntos o que tem mais/ menos elementos
Interpreta situações problemas que envolvam as idéias de juntar e acrescentar.
Distingue formas geométricas
Identifica características quanto à: cor, forma e tamanho
Possui noção de conceitos de grandeza como: maior, menor, mesmo tamanho
Domina conceitos de espaço e direção como: na frente, embaixo, perto, longe, dentro e fora
Localiza-se no tempo (dia, noite, antes, depois)
Demonstra ter organização espacial com relação ao meio
Apresenta organização espacial nas atividades gráficas
Identifica e localiza as partes do corpo
Reconhece as funções das partes do corpo
Percebe semelhanças e diferenças
Obedece aos limites da pintura
Associa ritmos aos movimentos do corpo
Identifica diferentes posições de um objeto/pessoa em relação a outro

Continuação do anexo 3;

FORMAÇÃO SOCIAL E PESSOAL
Expressa seus desejos, necessidades e preferências nas atividades cotidianas
Ouve e respeita a opinião dos colegas e do professor
Tem iniciativa para resolução de problemas e nas escolhas de brinquedos,espaços e atividades
Apresenta atitudes de colaboração e solidariedade nas brincadeiras
Partilha objetos com outros colegas
Relaciona-se progressivamente com as crianças, professores e funcionários, respeitando as regras *básicas de convívio social*
Cumpre as regras e os limites propostos
Participa das atividades em grupo
Prefere ficar sozinho ou isolar-se das outras crianças
Demonstra ter independência
Realiza as atividades com atenção e concentração
Realiza as atividades com ordem e capricho
Executa as tarefas solicitadas
Realiza as atividades no tempo previsto
Permanece em uma atividade, mesmo sem a presença da profª na sala
É organizado e responsável com os seus pertences
Agride quando provocado por colegas
Apresenta retraimento quando agredido
Colabora com a limpeza da sala de aula

Das anotações:

- Comunica-se melhor com que tipo de registro?

(formas, interesse, gosto, iniciativa)

- Demonstra interesse significativo por qual tipo de atividade?
- Como se comporta diante de um novo desafio?
- Percebe-se como parte integrante do mundo sendo um agente participativo dos conhecimentos em relação aos aspectos de natureza e sociedade?
- Destaca-se sobre algumas características?

(sensibilidade, criatividade, expressão pictórica, dança, canto, ritmo, habilidades físicas...).

- Cansa com facilidade diante de atividades físicas
- Consegue recortar com a tesoura
- Hábitos de higiene

ANEXO 4 – O que observar no caderno;

O QUE OBSERVAR NO CADERNO

PERFIL DO ALUNO

- Datar as observações e assinar;
- Não narrar histórias;
- Cuidado com as repetições de conceitos;

* DAS ANOTAÇÕES:

- " participa das atividades, ou não participa das atividades". – Quais?
- " se desenvolve bem " – Em que?
- " continua meiga" – então não há necessidade em registrar.
- " é agressivo " – quando? em quais situações?
- " é disperso, desatento, desinteressado" - sempre?
- " tem facilidade ou dificuldade de aprender " - quais conteúdos?
- " relaciona-se bem com os colegas ", - quais?
- " isola-se", - quando, porque?
- "demonstra insegurança", ou " timidez"- em quais situações?
- "gosta de brincar" – de que ?

ANEXO 5 – Ficha funcional Berçários e Maternais;

PREFEITURA MUNICIPAL SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

FICHA FUNCIONAL
BERÇÁRIOS E MATERNAIS

Parecer dos Bebês aos aspectos da:

Alimentação	*Higiene*	*Saúde*

Parecer dos pais e/ou responsáveis:

_____
_____
_____
_____

ASSINATURAS:
Direção:_____
Vice-Direção:_____
Educador:_____
Pais e / ou responsáveis:_____

São José dos Pinhais, _____ de _____ de _____.

ANEXO 6 – Relatório de Avaliação por Rendimento Berçário 1;

PREFEITURA MUNICIPAL SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO POR RENDIMENTO BERÇÁRIO 1

OBS: o educador deverá marcar apenas os aspectos de como a criança está na instituição.

Aspectos Sociais	Aspectos Motores	Aspectos Emocionais
( ) produz sons para chamar a atenção	( ) consegue segurar copo, colher	( ) estabelece comunicação pelo olhar quando aceita ou não estimulações que são ofertadas
( ) compreende ordens simples	( ) percebe relações de causa-efeito	( ) demonstra alegria no ato de suas descobertas
( ) domina as primeiras regras de socialização: olá! Tchau-tchau!	( ) tem equilíbrio para se deslocar	( ) relaciona-se bem com adultos
( ) reage positivamente a rostos familiares	( ) reage ao sentir sensações de diversos materiais em sua pele	( ) interage com os coleguinhas
( ) obedece as regras de grupo	( ) explora brinquedos oralmente	( ) reage nas situações de aceitação
( ) participa da arrumação da sala	( ) produz sons com o próprio corpo	( ) reage nas situações de contrariedade
( ) tem noção das atividades de rotina	( ) interage com diferentes materiais visuais	( ) percebe que a ausência física não significa abandono
( ) demonstra gestos de afetividade	( ) empurra objetos e brinquedos	( ) expressa diferentes tipos de sentimentos
( ) expressa-se através de sorrisos	( ) fica em pé com auxílio de "apoios"	( ) verbaliza seus sentimentos
	( ) consegue fazer torres	( ) aceita desafios frente as várias estimulações ofertadas
	( ) segura mais de um objeto	
	( ) consegue transferir objetos de uma mão para outra	
	( ) consegue virar a página de um livro	
	( ) explora e manipula objetos variados	
	( ) tem noções de ordem, sucessão e continuidade	
	( ) percebe o que está próximo, o que está distante	
	( ) brinca com cantos temáticos ou caixas temáticas	
	( ) experimenta diferentes tipos de alimentação, experimentando-o e sentindo o seu cheiro	
	( ) consegue girar e enroscar tampas	
	( ) consegue bater um objeto contra o outro	

Aspectos Cognitivos
(aqui devem ser apontados apenas os critérios em relação ao conteúdo trabalhando)
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

ANEXO 7 – Ficha de Acompanhamento Semestral Maternais 1 e 2;

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOSE DOS PINHAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

FICHA DE ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL MATERNAIS 1 e 2

CMEI:_____
Aluno(a):_____Idade:_____
Educador(a):_____Semestre:_____

Aspecto Social	*Sim*	*Às Vezes*	*Precisa de Estímulo*
Gosto de aprender			
Ouço com atenção o que os outros dizem			
Cumpro as minhas tarefas			
Colaboro na arrumação da sala			
Obedeço às regras do grupo			
Arrumo o que vou buscar			
Gosto de participar das conversas do grupo			
Aspecto Motor			
Gosto de desenhar			
Gosto de pintar			
Gosto de brincar com jogos (bolas, corda, bambolês)			
Gosto de fazer ginástica (dançar, rolar, pular obstáculos)			
Sei tirar e colocar minhas roupas			
Abotôo e desabotôo os botões das roupas			
Calço e descalço sapatos			
Vou sozinho (a) ao banheiro			
Seguro copo, colher durante as refeições			
Aspecto Emocional			
Faço perguntas sobre o que me rodeia			
Partilho brinquedos e objetos			
Sei escolher o que fazer			
Partilho idéias			
Dou a minha opinião			
Permaneço no CMEI com tranqüilidade			

Aspecto Cognitivo

(apontar critérios em relação ao conteúdo trabalhado)

_____
_____
_____
_____
_____

ANEXO 8 – Ficha de Acompanhamento Semestral Pré 1;

PREFEITURA MUNICIPAL SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

FICHA DE ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL
PRÉ 1

CMEI:_____
Aluno(a):_____
Professor:_____

Ficha de Avaliação Pré 1			
Eixo	**Critérios**	**1º**	**2º**
Identidade e Autonomia	Reconhece através da oralidade o seu nome e de seus colegas e das pessoas do seu convívio familiar.		
	Reconhece o próprio corpo.		
	Adquirir hábitos adequados de higiene.		
	Demonstra autonomia ao desenvolver suas atividades.		
Música	Identifica sons trabalhados.		
	Relaciona o som ao objeto.		
	Distingui e localiza o som.		
Movimento	Conhece as partes principais do esquema corporal.		
	Explica e demonstra alguns movimentos trabalhados.		
	Valorização e ampliação dos movimentos e expressão corporal.		
	Realiza atividades que envolvam coordenação motora fina.		
	Ampliação dos movimentos de coordenação motora global.		
	Aperfeiçoamento de habilidades manuais.		
Artes Visuais	Valoriza as suas produções e de seus colegas.		
	Observa e realiza leitura de alguns elementos da obra de arte.		
	Usa diversas técnicas em pinturas.		
	Realiza produções artística a partir de atividades dirigidas e espontâneas.		
	Diferencia formas e cores.		
Linguagem Oral e Escrita	Relembra alguns fatos das histórias apresentadas.		
	Registra a história contada.		
	Relembra alguns fatos das histórias utilizando a seqüência lógica das histórias apresentadas.		
	Registra as histórias contadas com seqüência lógica.		
	Identifica o som e a escrita das vogais.		
	Identifica as vogais e consoantes (som).		
	Reconhece as vogais e consoantes.		
	Decodifica portadores de textos		

Continuação do anexo 8;

PREFEITURA MUNICIPAL SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Raciocínio Lógico Matemático	Estabelece comparações entre elementos apresentados.		
	Estabelece comparações entre os elementos apresentados e os registra.		
	Relaciona o número à quantidade.		
	Estabelece seqüência utilizando números ordinais.		
	Identifica as formas geométricas.		
	Compara medidas.		
	Estabelece noções de adição e subtração.		
Natureza e Sociedade	Compreende que o ser humano é parte integrante da natureza.		
	Identifica o ser humano como agente de transformação do mundo.		
	Identifica relações entre conhecimentos científicos e condições de vida.		
	Compreende a saúde como bem pessoal e ambiental.		
	É capaz de identificar o próprio grupo de convívio e as relações que estabelecem com outros tempos e espaços.		
	É capaz de compreender fatos históricos e culturais, de modo a formular explicações para questões do presente e do passado.		
Total de Faltas			

Legenda	*Assinaturas dos Pais ou Responsáveis*
D = Domina TD = Tem Dificuldade ED = Em Desenvolvimento	1º Semestre _____ 2º Semestre _____
Observações _____	
Parecer dos Pais - 1º Semestre _____	
Parecer dos Pais - 2º Semestre _____	

Assinatura da Diretora:_____
Assinatura da Diretora Auxiliar:_____
Assinatura do(a) Professor(a):_____

São José dos Pinhais,_____de_____de_____.

ANEXO 9 – Ficha de acompanhamento Semestral;

PREFEITURA MUNICIPAL SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

FICHA DE ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL
PRÉ 2

CMEI:_____
Aluno(a):_____
Professor:_____

Ficha de Avaliação Pré 2			
Eixo	***Critérios***	***1º***	***2º***
Identidade e Autonomia	Reconhece através da oralidade o seu nome e de seus colegas e das pessoas do seu convívio familiar.		
	Reconhece o próprio corpo.		
	Adquirir hábitos adequados de higiene.		
	Demonstra autonomia ao desenvolver suas atividades.		
Música	Identifica sons trabalhados.		
	Relaciona o som ao objeto.		
	Distingui e localiza o som.		
Movimento	Conhece as partes principais do esquema corporal.		
	Explica e demonstra alguns movimentos trabalhados.		
	Valorização e ampliação dos movimentos e expressão corporal.		
	Realiza atividades que envolvam coordenação motora fina.		
	Ampliação dos movimentos de coordenação motora global.		
	Aperfeiçoamento de habilidades manuais.		
Artes Visuais	Valoriza as suas produções e de seus colegas.		
	Observa e realiza leitura de alguns elementos da obra de arte.		
	Usa diversas técnicas em pinturas.		
	Realiza produções artística a partir de atividades dirigidas e espontâneas.		
	Diferencia formas e cores.		
Linguagem Oral e Escrita	Relembra alguns fatos das histórias apresentadas.		
	Registra a história contada.		
	Relembra alguns fatos das histórias utilizando a seqüência lógica das histórias apresentadas.		
	Registra as histórias contadas com seqüência lógica.		
	Identifica o som e a escrita das vogais.		
	Identifica as vogais e consoantes (som).		
	Reconhece as vogais e consoantes.		
	Decodifica portadores de textos		

Continuação do anexo 9;

PREFEITURA MUNICIPAL SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Raciocínio Lógico Matemático	Estabelece comparações entre elementos apresentados.		
	Estabelece comparações entre os elementos apresentados e os registra.		
	Relaciona o número à quantidade.		
	Estabelece seqüência utilizando números ordinais.		
	Identifica as formas geométricas.		
	Compara medidas.		
	Estabelece noções de adição e subtração.		
Natureza e Sociedade	Compreende que o ser humano é parte integrante da natureza.		
	Identifica o ser humano como agente de transformação do mundo.		
	Identifica relações entre conhecimentos científicos e condições de vida.		
	Compreende a saúde como bem pessoal e ambiental.		
	É capaz de identificar o próprio grupo de convívio e as relações que estabelecem com outros tempos e espaços.		
	É capaz de compreender fatos históricos e culturais, de modo a formular explicações para questões do presente e do passado.		
Total de Faltas			

Legenda	*Assinaturas dos Pais ou Responsáveis*
D = Domina TD = Tem Dificuldade ED = Em Desenvolvimento	1º Semestre _____ 2º Semestre _____

Observações
_____
_____
_____
_____

Parecer dos Pais - 1º Semestre
_____
_____
_____
_____

Parecer dos Pais - 2º Semestre
_____
_____
_____
_____

Assinatura da Diretora:_____
Assinatura da Diretora Auxiliar:_____
Assinatura do(a) Professor(a):_____

São José dos Pinhais,_____de_____de_____.

ANEXO 10 – Texto "O Portfólio como novo instrumento de avaliação" de Rosana Aragão;

anexo 10.

caleidoscópio

O Portfólio como novo instrumento de avaliação

Rosana Aragão*

Organizar estratégias de avaliação na Educação Infantil não é uma tarefa simples. Neste artigo, relatamos a experiência de construção do Portfólio. Ele tem demonstrado ser um eficiente instrumento de avaliação. Além disso, tem gerado transformações efetivas nos rumos da nossa prática pedagógica.

O CONTEXTO

A nossa cultura escolar, ao longo deste século, construiu fortes representações a respeito da avaliação - padronização, medição, comparação, seleção, mérito - que habitam ainda hoje o imaginário da sociedade em geral. Estas idéias influenciam as práticas escolares e são entraves difíceis de serem vencidos.

Na Educação Infantil, ainda hoje, pais, professores, gestores e escolas de ensino fundamental esperam que todas as crianças tenham alcançado a base alfabética por volta dos 6 anos. Embora divergente das normas da política nacional, esta e outras exigências da comunidade escolar acabam por pressionar a manutenção de uma prática avaliativa padronizadora e excludente.

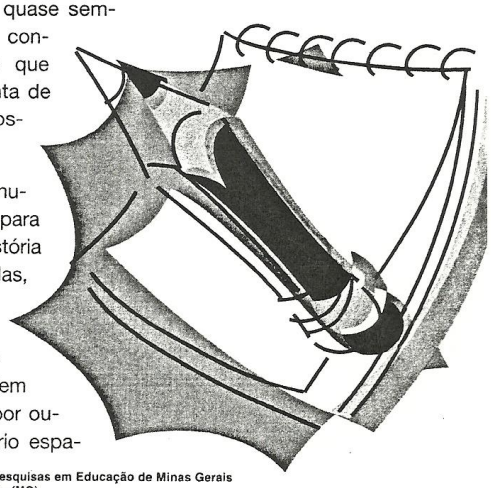
Temos em mente padrões universais de desenvolvimento, aprendizado e comportamento infantil. Na verdade é desta forma que construímos o nosso olhar sobre nossos alunos e alunas. Isto nos leva a uma inevitável classificação das crianças. Criamos a categoria das crianças–problema, passando a rotulá-las e excluí-las desde muito cedo.

É muito comum, por exemplo, que se espere que todas as crianças estejam andando com 1 ano, que estejam desenhando a figura humana aos 4 anos, ou que todos adorem brincadeiras movimentadas. Se isso não acontece, rapidamente pensamos que estas crianças estão fora da normalidade. A solução encontrada é encaminhá-las para o atendimento de especialistas como psicólogos, fonoaudiólogos, entre outros. Avaliamos nossas crianças, quase sempre, levando em consideração aquilo que elas não dão conta de fazer, segundo nossa expectativa.

Raramente mudamos o olhar para compreender a história de cada uma delas, suas possibilidades, o tanto que já cresceram e o que ainda podem crescer. Tem-se, por outro lado, no próprio espaço da escola um campo fértil para a realização de mudanças criativas.

E é neste contexto educacional contraditório que estamos aqui na escola construindo um projeto pedagógico para crianças de 0 a 6 anos. Um dos nossos maiores desafios tem sido a organização de estratégias de avaliação.

No nosso entendimento, a avaliação deve ao mesmo tempo servir para acompanhar a trajetória da criança (apontando suas conquistas, possibilidades e dificuldades);



*Rosana Aragão é pós-graduada em Educação Infantil pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação de Minas Gerais e Coordenadora Pedagógica do Centro Educacional Balão Mágico, em Lagoa Santa (MG).

Continuação do anexo 10;

orientar os pais quanto a possíveis caminhos a serem trilhados na educação de seus filhos e, sobretudo, auxiliar a professora a refletir sobre sua prática.

No entanto, para que estas metas se tornem realidade, tem sido necessário um trabalho de construção coletiva, que ultrapassa os muros das salas de aula e envolve a todos, escola e família. Sabemos que esta construção é interminável. Estamos constantemente nos avaliando, aprendendo e mudando aquilo que precisa ser mudado.

A construção do Portfólio é fruto da nossa busca por uma forma de acompanhamento mais eficiente. Este é o 4º ano que o utilizamos.

Breve história

Antes do Portfólio, vários tipos de instrumentos de avaliação foram usados. Nos primeiros anos de funcionamento da escola, utilizávamos fichas avaliativas contendo aspectos do desenvolvimento infantil. Eram objetivas, porém extremamente padronizadoras. Não revelavam o processo vivido por cada criança.

Substituímos as fichas por relatórios individuais, com a descrição do desenvolvimento das crianças de forma mais reflexiva. Semestralmente, estes eram enviados para casa. Embora mais positivos que as fichas, foram insuficientes, pois não funcionavam nem como instrumento de acompanhamento das crianças, nem como material de reflexão e transformação da prática pedagógica. Preocupadas com o seu formato e, em não rotular as crianças, as professoras acabavam fazendo relatos genéricos, homogêneos e subjetivos.

"Criamos a categoria de crianças-problema, passando a rotulá-las e excluí-las desde muito cedo."

Nos cinco anos anteriores à implantação dos portflólios, resolvemos que os relatórios ficariam na escola, no dossiê da criança. Além do relatório em si, o dossiê conteria amostras de trabalhos e atividades das crianças. A medida priorizava o documento como instrumento de trabalho da escola.

No lugar dos relatórios individuais, passamos a enviar para casa um relatório geral das atividades desenvolvidas no semestre e nos colocávamos à disposição para conversar com os pais que nos procurassem. No final do ano, fazíamos uma reunião e compartilhávamos com cada um deles a leitura que vínhamos fazendo do processo de desenvolvimento educacional da criança.

Aos poucos, estes procedimentos tornaram-se insatisfatórios, pois não permitiam a compreensão do processo de ensino-aprendizagem e não favoreciam a aproximação entre a escola e os pais. Faltavam também dados da história da criança, sistematizados num único instrumento, para que pudéssemos acompanhá-la, individualmente.

No ano de 2001, o trabalho com uma criança portadora de necessidades educacionais especiais estimulou-nos a busca de um novo meio de acompanhamento e avaliação. Precisávamos recuperar a história escolar da criança para compreendermos o crescimento dela. A construção do Portfólio desta criança foi uma experiência estimuladora. Juntamos numa pasta toda a história: fotografias, entrevistas com as antigas professoras, laudos médicos, pauta de reunião com os pais, psicóloga, fonoaudiólogo, relatórios, desenhos e bilhetes da mãe. O resultado foi impressionante. Com aquele registro pudemos demonstrar que, ao longo dos três anos em que esteve na escola, aquela criança havia conseguido crescer, e muito. Além disso, ficou claro que tinha muitas possibilidades para continuar desenvolvendo-se. Ficamos mais seguras para argumentar a favor de sua inclusão em uma escola regular do ensino fundamental. Tínhamos em nossas mãos registros e dados concretos para nos apoiar.

No ano seguinte, a discussão era exatamente o proces-

Continuação do anexo 10;

so de avaliação das crianças. Inspiradas no Portfólio que tínhamos construído, buscamos novos materiais, textos e experiências de outras escolas. Tínhamos em mãos o desafio de desenvolver um projeto original, mas sabíamos que muitos seriam os obstáculos. Assim, vivenciando sentimentos diversos de medo, desconfiança, mas também de entusiasmo, iniciamos a construção deste projeto.

O Portfólio

A utilização de Portfólio vem do campo da arte. Artistas plásticos, designers, arquitetos costumam montar pastas na qual exibem uma seleção de produtos que marcam sua trajetória profissional. O primeiro passo da construção do Portfólio na escola foi definir os objetivos e as estratégias. Neste momento participaram professoras, coordenadora e diretora da escola.

Os objetivos definidos foram acompanhar o processo de aprendizagem e desenvolvimento de cada criança, além de aproximar a escola dos pais, levando-os a participar das etapas do processo avaliativo.

Quanto às estratégias, o grupo decidiu que os Portfólios seriam construídos ao longo do ano, com fechamentos bimestrais, quando seriam compartilhados com os pais, em reuniões. Organizaríamos os Portfólios em pastas com folhas plásticas e dele, inicialmente fariam parte os seguintes documentos: ficha de identificação da criança, lista e foto com o nome de todas as crianças da turma, relatório dos trabalhos realizados a cada bimestre, amostras dos trabalhos das crianças com comentários das professoras (desenhos, escritas etc), fotografias e relatos escritos sobre o desenvolvimento sócio-afetivo das crianças. Cada professora teria a liberdade de acrescentar ou retirar documentos, quando assim achasse necessário. O Portfólio, embora pertencesse às crianças e aos pais, por não possuir cópia poderia ser levado à casa, porém logo devolvido à escola.

"Com aquele registro, pudemos demonstrar que, ao longo de três anos, aquela criança havia conseguido crescer, e muito."

Ao longo do ano nos dedicamos para que a experiência fosse bem sucedida. Não foi fácil, pois era um projeto novo e desconhecido. Entretanto, ousamos, tomamos fôlego e seguimos adiante. De um modo geral, o processo foi rico, favoreceu o crescimento das professoras, atendeu às expectativas dos pais, e, sobretudo constituiu-se num instrumento de acompanhamento e avaliação mais completo e eficaz que os anteriores. A escola toda sentiu-se gratificada com a experiência.

Depois de um ano de experiência, constatamos que havíamos dado prioridade ao trabalho em sala, em detrimento do processo de aprendizagem de cada criança. Além disso, alguns pais esperavam que os objetivos do trabalho com as crianças fossem definidos a cada período para servirem de parâmetro avaliativo. Assim, depois de muito refletir e dialogar, o grupo reestruturou o Portfólio internamente.

No segundo ano, o nosso projeto tornou-se mais claro e conciso. Estávamos nos apropriando do Portfólio como real instrumento de trabalho. Assim, incluímos entre os objetivos do projeto que o Portfólio contribuisse "para a reflexão, aprofundamento e enriquecimento da prática pedagógica de cada professor". Além disso, pensamos que seria importante incluir os parâmetros a serem utilizados para o acompanhamento das crianças. A inclusão dos pais e das crianças no processo avaliativo deveria também ser incrementada neste ano.

Para alcançarmos estes objetivos teríamos que modificar a estrutura do Portfólio. Assim, incluímos metas bimestrais de trabalho, construídas em conjunto pela professora e coordenadora e discutidas com os pais a cada novo período de trabalho. Estas metas seriam amplas, abrangendo as diversas áreas do conhecimento e do desenvolvimento infantil.

A cada bimestre o Portfólio mostrava quais projetos e atividades foram desenvolvidas

Continuação do anexo 10;

dentro de cada meta e, principalmente, como cada criança se desenvolveu. Como é praticamente impossível que cada professora acompanhe as crianças profundamente em todas as áreas, foi decidido que ela escolheria algumas metas por bimestre, para acompanhá-las mais de perto. Para cada área selecionada, a professora faria um relatório minucioso contendo observações do bimestre sobre a criança. Nas demais áreas, ela faria um acompanhamento superficial.

Uma professora do maternal, por exemplo, decidiu que no 1º bimestre daria mais atenção às metas de adaptação e organização do espaço e tempo; ao desenvolvimento da linguagem oral e ao desenvolvimento da autonomia em relação a cuidados de higiene e alimentação. No 2º bimestre, ela decidiu continuar acompanhando a questão da autonomia das crianças, incluiu o desenvolvimento do desenho, deixando para o 3º bimestre voltar a relatar o desenvolvimento da linguagem oral. Estas áreas selecionadas exigiram da professora um empenho maior de observação e registro. Ela foi intercalando ao longo do ano as áreas que receberiam maior atenção, o que poderia variar também de criança para criança.

Para realizar a avaliação desta forma, foi preciso reorganizar alguns aspectos da nossa prática escolar. O planejamento do trabalho diário, os projetos e atividades significativas e a avaliação deveriam considerar o eixo central do trabalho de cada bimestre. Ao final do 2º ano, tínhamos chegado a uma boa estruturação do Portfólio.

A partir de então passamos a refletir sobre o conteúdo da avaliação. Ainda temos necessidade de buscar conhecimentos para aprimorar o olhar sobre cada criança, sobre seus aprendizados, suas dificuldades. Não nos contentamos mais em escrever um relatório que não dê continuidade ao anterior, que não tenha história. Assim, os Portfólios anteriores são continuamente utilizados por todas nós da escola e vêm se transformando, aos poucos, em instrumentos de trabalho imprescindíveis à nossa prática e reflexão.

Além disso, os Portfólios têm nos ajudado mais do que nunca a tomar consciência da individualidade de cada criança. Como conseqüência, temos pensado em práticas menos homogeneizadoras. Novos desafios vêm sendo postos à medida em que aprofundamos o conhecimento do universo infantil.

"O Portfólio deveria contribuir para o enriquecimento da prática pedagógica de cada professor.

Finalizando, gostaria de enfatizar que construir Portfólios é muito mais do que organizar uma pasta com amostras de trabalhos das crianças. Se todos da comunidade escolar estiverem conscientes da sua importância, terão em mãos um valioso instrumento de avaliação do processo de crescimento das crianças, das professoras, e da escola como um todo.

Referências Bibliográficas:

PERRENOUD, P. Avaliação. Da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

HERNÁNDEZ, F. A avaliação na educação artística In Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

SHORES, E. e CATHY, G. Manual de Portfólio - Um guia passo a passo para o professor. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

ANEXO 11 – Orientações avaliativas para “Pasta do aluno” (2010);

Professoras e Educadoras:

Segue o passo a passo para a organização da avaliação dos (as) alunos (as) a partir deste ano (2010), que será feita através de anexos na pasta da turma dentro dos plásticos de cada aluno(a). Faremos uma avaliação por vez, estes nos itens descritos abaixo (do 1 ao 9), teremos que vencê-los até o final do ano. Ok!!!

ORIENTAÇÕES AVALIATIVAS PARA “PASTA DO ALUNO”

- 1 – Capa: com nome do aluno, da professora e da turma, e se possível uma foto do aluno;
- 2 – Ficha do aluno preenchida;
- 3 – Parecer do aluno - início do ano;
- 4 – Parecer da turma; (o mesmo para todos)
- 5 – Anotações do Caderno Perfil;
- 6 – Instrumentos avaliativos dentro dos passos da Sequência Didática:
  - * - desenho da criança
  - * - foto da turma em atividade; (se faz necessária descrição). multiple
  - - foto do aluno produzindo um material concreto; (se faz necessária descrição);
  - - Parecer individual da criança;
  - * - Professor escriba do aluno;
  - * - Atividade produzida pela criança;
  - - Dobradura;
  - - Entrevista com os pais ou responsável;
  - - ou outro;

* - até ao final do ano, ter no mínimo uma atividade de cada passo da Sequência Didática. *

= 1 EMOÇÃO
= 1 SENTIDOS
= 1 LINGUAGENS
= 1 PSICOM. / BRINC. OU JOGO.

- 7 – Parecer da turma pela professora do Projeto Permanência;
- 8 – Considerações finais = sobre a criança = + no final do ano = individual
- 9 – Parecer do Pai ou responsável, que pode ser feito no dia que estiverem na unidade para ciência da “Pasta do Aluno” ou em momentos que o profissional considerar necessário. = deixar uma folha p/ este momento.

Shura

ANEXO 12 – Orientações avaliativas para a "Pasta do Aluno" (2011);

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

ORIENTAÇÕES AVALIATIVAS PARA "PASTA DO ALUNO"

1. Capa: Constará o nome do CMEI, nome do aluno, da professora, ano, modalidade e turma, foto ou desenho do aluno.

2. Ficha Individual do Aluno (a mesma preenchida do ano passado deverá constar na segunda página) **com complemento.**

3. Parecer:
   - Do aluno (semestral) - usará o *perfil como suporte para construção deste parecer e as observações iniciais registradas
   - Dos Pais ou responsáveis: poderá ser feito no dia que estiverem na unidade de ensino para dar ciência da "Pasta do Aluno" ou em momentos que o profissional considerar necessário.
   - Do Projeto Permanência da Turma.

***Perfil:** são anotações realizadas no dia a dia de sala de aula referente ao desenvolvimento da criança (nos aspectos cognitivo, social, emocional e físico). É um "caderno de gaveta".*

4. Mostra de instrumentos utilizados na avaliação:
   - Atividades em folha (desenho da criança **ou** pintura **ou** recorte/colagem **ou** dobradura, **ou** foto do aluno produzindo - faz-se necessária descrição), contemplando os passos da Sequência Didática.
   - Entrevistas com Pais ou responsáveis.

OBS: Até o final do ano, ter uma atividade de cada passo da sequência didática. Cada atividade deverá constar: NOME DO ALUNO, DATA. TEMA, PASSO DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA e ENUCIANDO DA ATIVIDADE.

ANEXO 13 – Pasta do aluno – Página 1;

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

CMEI:_____(pode utilizar a logo do CMEI)
PROFESSOR (A):_____
MODALIDADE/TURMA:_____ANO:____

(foto ou desenho da criança)

NOME DO ALUNO:_____

ANEXO 14 – Pasta do aluno – Página 2;

FICHA DO ALUNO

DADOS PESSOAIS:

NOME:_____ DATA DE NASCIMENTO.:_____
EM CASO DE EMERGENCIA CHAMAR:
_____ FONE: R._____ CEL._____ CO._____
_____ FONE: R._____ CEL._____ CO._____
_____ FONE: R._____ CEL._____ CO._____
TEM IRMÃO (S): ( ) SIM ( ) NÃO QUAL TURMA?_____
NOME:_____

SAÚDE:

A CRIANÇA TEM REFLUXO ? ( ) SIM ( ) NÃO _____
É PORTADOR DE ALGUMA NECESSIDADE ESPECIAL? ( ) SIM ( ) NÃO QUAL?_____
TEM ALGUM LAUDO MÉDICO PARA APRESENTAR AO CMEI? ( ) SIM ( ) NÃO _____
TEM ALGUMA ALERGIA ? ( ) SIM ( ) NÃO QUAL?_____
TEM OU JÁ TEVE ALGUMA CRISE CONVULSIVA? ( ) SIM ( ) NÃO DESDE QUE IDADE?_____
FAZ USO DE ALGUM MEDICAMENTO CONTÍNUO? ( ) SIM ( ) NÃO QUAL?_____
ESTÁ EM TRATAMENTO MÉDICO? ( ) SIM ( ) NÃO _____
DOENÇAS QUE JÁ TEVE: ( ) SARAMPO ( ) COQUELUCHE ( ) VARICELA OUTRAS:_____
AS VACINAS ESTÃO EM DIA?_____ TIPO SANGUINEO:_____
TÊM ALGUM PLANO DE SAÚDE: ( ) SIM ( ) NÃO QUAL?_____ FONE:_____ Nº CART._____
ALGUM OUTRO FATO IMPORTANTE DA SAÚDE DO SEU FILHO? DESCREVA:_____

GESTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR:

PARTO: ( ) NORMAL ( ) CESÁRIA ( ) FORCEPS ( ) OUTRO QUAL?_____
TEMPO GESTACIONAL?_____
APRESENTOU ALGUM PROBLEMA DURANTE O PARTO OU GESTAÇÃO? ( ) SIM ( ) NÃO QUAL?_____
NECESSITOU DE ALGUM ATENDIMENTO NEONATAL? ( ) SIM ( ) NÃO QUAL? _____
TESTE DE PEZINHO E APGAR....
IDADE QUE: SENTOU?_____ QUE ANDOU?_____ QUE FALOU?_____ QUE CONTROLOU ESFÍNCTERES?_____

ALIMENTAÇÃO:

TEM INTOLERÂNCIA À ALGUM TIPO DE ALIMENTO? ( ) SIM ( ) NÃO QUAIS? _____
TOMA MAMADEIRA? ( ) SIM ( ) NÃO _____
MAMA NO PEITO? ( ) SIM ( ) NÃO _____
NECESSITA DE AUXÍLIO PARA SE ALIMENTAR: ( ) SIM ( ) NÃO_____
UTILIZA ALGUM LEITE ESPECIAL? ( ) SIM ( ) NÃO QUAL?_____
OBSERVAÇÕES:_____

COMPORTAMENTO:

EM SITUAÇÃO DE CONFLITOS OU CONTRARIADO COMO REAGE SEU FILHO?_____
PARA ACALMÁ-LO COMO VOCÊ FAZ:_____
COMO É O TEMPERAMENTO DO SEU FILHO: (EX. SENSÍVEL, AGRESSIVO, EXTROVERTIDO, ETC)_____
CHORA: ( ) ÀS VEZES ( ) DIFICILMENTE ( ) FREQUENTEMENTE _____
SUA BRINCADEIRA PREFERIDA É:_____
MORA COM:_____
HOUVE ALGUM ACIDENTE OU FATO MARCANTE NA VIDA DA CRIANÇA?_____
FAZ USO DE CHUPETA ? ( ) SIM EM QUE MOMENTO?_____
( ) NÃO, QUANDO LARGOU?_____

SONO:

QUE HORAS HABITUALMENTE COSTUMA DORMIR A NOITE?_____ QUANTAS HORAS DE SONO?_____
O SEU SONO É: (TRANQUILO, AGITADO, ETC)_____
PARA DORMIR FAZ USO DE CHUPETA OU ALGUM OBJETO: _____
TEM HABITO DE DORMIR DURANTE O DIA? ( ) SIM ( ) NÃO QUE HORAS?_____

OUTRAS INFORMAÇÕES:_____

OBS: A ALTERAÇÃO DE QUALQUER INFORMAÇÕES DOS DADOS DESTA FICHA DEVERÁ SER COMUNICADO AO CMEI.

ESTOU CIENTE DE TODOS OS DADOS INFORMADOS NESTA FICHA E QUE OS MESMOS SÃO VERDADEIROS
ASS:_____
DATA:_____

VISTO DA DIREÇÃO:_____
DATA:

ANEXO 15 – Pasta do aluno – Página 3;

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Parecer do Aluno
Semestre:_____

Parecer dos Pais

Assinatura do Professor (a):_____
Assinatura do Diretor (a) ou Diretor (a) auxiliar:_____
Assinatura do Responsável:_____

Data:_____

OBS: Um por semestre.

ANEXO 16 – Pasta do aluno – Página 4;

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Parecer do Projeto Permanência
Semestre:_____

Assinatura do Professor (a):_____
Assinatura do Diretor (a) ou Diretor (a) auxiliar:_____
Assinatura do Responsável:_____

Data:_____

Parecer do Projeto Permanência
Semestre:_____

Assinatura do Professor (a):_____
Assinatura do Diretor (a) ou Diretor (a) auxiliar:_____
Assinatura do Responsável:_____

Data:_____

ANEXO 17 – Pasta do aluno – Página 5;

NOME DO ALUNO:_____DATA:_____
TEMA:_____
PASSO DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA:_____

(ENUCIANDO DA ATIVIDADE)

(Escriba da criança se necessário)

ANEXO 18 – Orientações para escrita do Parecer do Aluno;

ORIENTAÇÕES PARA ESCRITA DO PARECER DO ALUNO

A "pasta do aluno" tem o objetivo de registrar a produção da criança, com atividades construídas por ela, demonstrando o crescimento pedagógico alcançado de forma gradativa, demonstrando seu desenvolvimento nas seguintes áreas cognitiva, social (emocional e afetivo) e motora, em atendimento ao artigo 10 da Resolução 5 (CNE/CEB 17.12.2009):

> As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:
> I - a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
> II - utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);
> III - a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);
> IV - documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
> V - a não retenção das crianças na Educação Infantil.

Anotar as informações relevantes, atitudes que chamam a atenção com relação à aprendizagem e não apenas comportamental. Assim é possível repensar o que não foi compreendido pela criança e encontrar novas estratégias de aprendizagem.

Alguns verbos que podem auxiliar na elaboração dos relatórios:
demonstrar, identificar, interessar, observar, interagir, reconhecer, valorizar, criar, estabelecer, classificar, distinguir, colaborar, auxiliar, perceber, compreender.

Sugestão de frases que podem ser usadas nos pareceres:

- *Envolve-se com interesse nas atividades propostas;*
- Demonstra interesse nas atividades propostas;
- Participa ativamente das atividades propostas;
- Demonstra interesse e criatividade na execução das atividades;
- *Com relação às tarefas de casa demonstra responsabilidade e capricho;*
- Gosta de realizar trabalhos em grupo;
- Demonstra interesse para fazer trabalhos em equipe;
- É detalhista em suas produções artísticas;
- *Possui um bom desenvolvimento artístico;*
- Consegue se expressar com clareza;
- Traz novidades e fala sobre elas na roda da conversa;
- Apresenta vocabulário adequado para a faixa etária;
- *É atento às explicações da professora;*
- Tem facilidade / gosta de recontar histórias, passando a imitar os personagens através do jogo simbólico,
- Manifesta interesse por músicas, artes, recreação e interesse por histórias (*fábulas, contos, etc); s é desinibido e gosta de participar das atividades musicais* e teatrais;
- Na hora da história está disposto a ouvir e participar;
- Apresenta desenvolvimento (auditivo, visual, tátil, gustativo e olfativo) esperado; *s apresenta bom desenvolvimento psicomotor / adequado para a*

Continuação anexo 18 -

faixa etária;

- Quando modela, cria formas diferentes;
- Apresenta boa motricidade fina (para recortar pintar, colar);
- Tem consciência do seu corpo; *s* colabora com a limpeza e organização da sala;
- Apresenta cuidado com os objetos pessoais;
- Costuma dividir os brinquedos com os colegas;
- Está saindo da fase egocêntrica, iniciando a formação de hábitos de partilha e internalização de regras;
- Está se acostumando a seguir as regras combinadas;
- Estabelece relacionamento amigável com os colegas;
- Relaciona-se bem com todos os colegas;
- Consegue contar oralmente até... Já identifica as cores primárias (pode citar as cores que ele reconhece);
- Orienta-se bem no espaço e tempo;
- É uma criança / aluno observador;
- Consegue / tem autonomia para vestir-se, despir-se e utilizar o banheiro;
- O aluno conversa bastante em sala de aula, porém acata as regras;
- O aluno é participativo, mas se empolga demais na sua fala, o que às vezes atrapalha;
- Realiza suas brincadeiras preferidas (quais são, como participa dessas brincadeiras, precisa de intervenções nesses momentos, respeita combinados do grupo);
- Como soluciona os conflitos (com autonomia, de forma pouco amigável, usa de força para conseguir o que quer, com insegurança).

Como esse material deve acompanhar a vida escolar dos alunos é preciso cuidado na escrita dos pareceres, a fim de não rotular a criança, impedindo inclusive que ela supere dificuldades, portanto segue abaixo sugestões para esse fim:

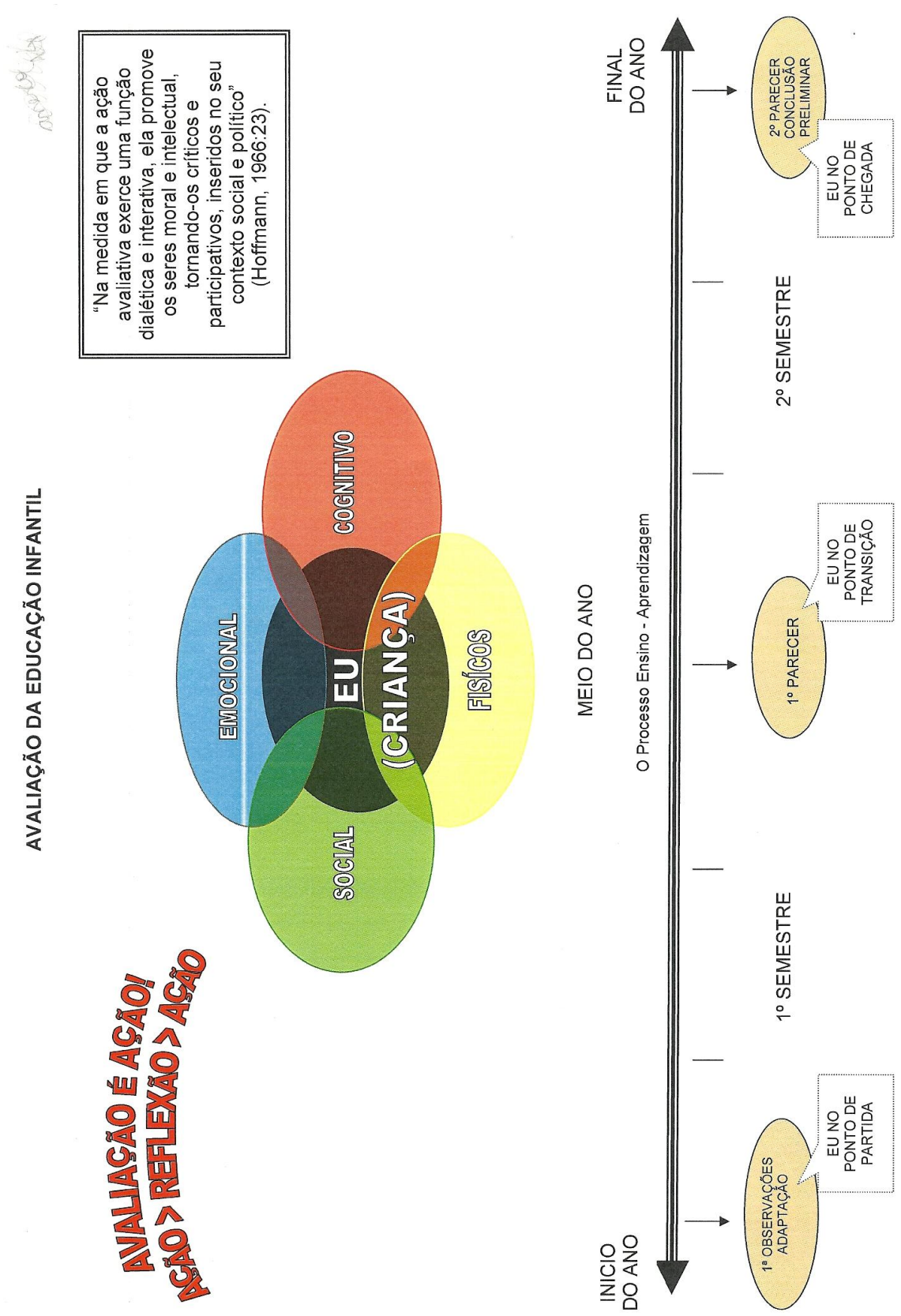
VOCÊ PENSA	VOCÊ ESCREVE
O ALUNO NÃO SABE	o aluno ainda não adquiriu os conceitos... está em fase de aprendizado / desenvolvimento;
NÃO TEM LIMITES	apresenta dificuldade para assimilar e respeitar as regras estabelecidas.
O ALUNO É INDISCIPLINADO	é necessário que o professor lhe chame a atenção em vários momentos.
É NERVOSO	ainda não desenvolveu habilidades para o convívio no ambiente escolar, pois....
É AGRESSIVO	algumas vezes demonstra agressividade. em situações de conflito, usa de meios físicos para alcançar o que deseja;
É BAGUNCEIRO / RELAXADO	ainda não desenvolveu hábitos próprios de higiene e cuidados com os seus pertences.
NÃO SABE NADA	aprendeu algumas noções de...., mas necessita desenvolver...
É DESOBEDIENTE	costuma não aceitar e compreender as solicitações dos adultos; tem dificuldade em cumprir regras...
É APÁTICO, DISTRAÍDO	às vezes não demonstra interesse para participar das atividades propostas; muitas vezes parece se desligar da realidade, envolvido em seus pensamentos
É MENTIROSO	costuma utilizar inverdades para justificar seus atos ou relatar as atitudes dos colegas.
É FOFOQUEIRO	costuma se preocupar com hábitos e atitudes dos colegas.
É PREGUIÇOSO	não realiza as tarefas, aparentando desânimo e cansaço, porém logo parte para brincadeiras e outras

Continuação anexo 18 -

	atividades.
É MIMADO	aparenta desejar atenções diferenciadas para si, solicitando que sejam feitas todas as suas vontades.
É TAGARELA	costuma falar mais do que o necessário, não respeitando os momentos em que o grupo necessita de silêncio. fala muito, o que está prejudicando o seu aprendizado;
TEM A BOCA SUJA	utiliza-se de palavras pouco cordiais...
É EGOÍSTA	ainda não sabe dividir o espaço e os materiais de forma coletiva.

(Contribuição do CMEI Sossego da Mamãe, adaptado pelo Dpto. de Educ. Infantil).

ANEXO 19 – Organograma sobre a Avaliação na Educação Infantil;



RELEMBRANDO...

anexo 15

- É importante ter sempre a mão, um caderno de observações (caderno perfil), para fazer anotações sobre as crianças. Não conte apenas com suas lembranças, pois o cérebro não dá conta de lembrar detalhes.
- Jamais, nunca, em momento algum, o aluno pode ter sua avaliação comparada ou julgada, cada criança serve de parâmetro para si mesma e jamais comparada com outra, mesmo que da mesma faixa etária.
- Na Educação Infantil a observação do desenvolvimento cotidiano da criança é o principal instrumento de avaliação.
- Medir é diferente de avaliar. A medida descreve habilidade com dados quantitativos. A avaliação descreve fenômeno e interpreta-os, fazendo uso, também, de dados qualitativos.
- O importante é pensar no significado dos registros e como eles podem apontar caminhos para melhor conhecer e acompanhar o desenvolvimento das crianças e orientar sua prática.
- As produções das crianças são instrumentos importantes para o acompanhamento do desenvolvimento das crianças, as quais devem ser apreciadas e analisadas com cuidados;

Porque Registrar?

- ✓ No registro de suas observações, o professor pensa o que registra e analisa aquilo que observou;
- ✓ A escrita é uma das formas privilegiadas de representação da nossa realidade e nos obriga a reorganizar nosso pensamento e nos estimula a refletir sobre o que esta sendo representado;
- ✓ O registro também é importante como documentação da história do processo educacional e do desenvolvimento da criança;

- ***Reforçando uma idéia importante***: a avaliação é uma prática social, e por isso é sustentada pelo conhecimento que temos sobre o que estamos avaliando. Portanto, para avaliar bem é preciso conhecer bem. No caso da Educação Infantil, é importante que você conheça, dentre outros aspectos, as diferentes realidades de suas crianças, os fatores que interferem em seu desenvolvimento e em suas aprendizagem.
- Lembre-se: NÃO EXISTEM RECEITAS PARA AVALIAR AS CRIANÇAS.

ANEXO 21 – Texto " Avaliação na Educação Infantil – Legislação e Pesquisas" de Maévi Anabel Nono;

unesp UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

UNIVESP

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL – LEGISLAÇÃO E PESQUISAS

Maévi Anabel Nono
UNESP – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas
Departamento de Educação
São José do Rio Preto

Diversos pesquisadores têm investigado as práticas avaliativas nas creches e pré-escolas e nos ajudado a pensar sobre a importância delas para o professor organizar sua atuação. Nessa Unidade recorreremos a alguns deles, partindo de suas análises para pensarmos nossas próprias práticas de avaliação.

Pensar avaliação é fundamental para professores de qualquer etapa da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Para que serve avaliar? O que avaliar? Quais instrumentos de avaliação são os mais adequados? Quando avaliar? Essas e outras questões podem e devem ser discutidas por todos os professores. No caso da Educação Infantil, há algumas particularidades que precisamos levar em conta. A própria legislação a respeito da avaliação na Educação Infantil difere da legislação sobre avaliação nas demais etapas da Educação Básica.

Por isso, nessa Unidade, vamos, inicialmente, observar a legislação a respeito do tema que estamos abordando. Em seguida, partiremos para uma sistematização das discussões feitas por alguns pesquisadores da área. E vamos também pensar em práticas de avaliação que estão sendo adotadas nas creches e pré-escolas para avaliar o desenvolvimento das crianças (avaliação da aprendizagem, de responsabilidade dos professores) e também para avaliar o trabalho que vêm sendo desenvolvido nas instituições (avaliação institucional, de responsabilidade da escola).

Vamos, de início, retomar o que determina a LDB 9.394/96 a respeito da Educação Infantil.

> Seção II
>
> Da Educação Infantil
>
> Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como

Continuação do anexo 21 -

finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. (BRASIL, 1996)

Vejam que a avaliação é apontada nessa Lei como necessária para que o professor possa acompanhar e promover o desenvolvimento das crianças. A avaliação, nessa etapa da Educação Básica, não deve ter como objetivo reprovar ou aprovar a criança para prosseguir na própria Educação Infantil ou para poder se matricular no Ensino Fundamental. Avaliar, nesse sentido trazido pela legislação, é acompanhar o desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos, analisando sempre as práticas de cuidado e educação que estão sendo adotadas.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB 5, de 18/12/2009) também há determinações a respeito de como deve ocorrer a avaliação na Educação Infantil. Tais determinações são as seguintes:

Art. 10. As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

I - a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

II - utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);

III - a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/

Continuação do anexo 21 -

> Ensino Fundamental);
>
> IV - documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
>
> V - a não retenção das crianças na Educação Infantil. (BRASIL, 2009, p. 18)

Nas Diretrizes, novamente é ressaltado o fato de que a avaliação na Educação Infantil não deve servir para a retenção das crianças nessa etapa da Educação Básica.

É importante destacarmos a referência das Diretrizes à necessidade da *observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano.* Sem dúvida, para realizar esse tipo de observação, o professor e a professora de Educação Infantil devem possuir uma série de conhecimentos que garantam a eles saber o que observar, como observar e, especialmente, o que fazer com tudo aquilo que constatou por meio da observação.

Não podemos esquecer que, para poder observar cuidadosamente as crianças realizando atividades, brincando e interagindo umas com as outras e com o ambiente da creche e da pré-escola como um todo, os professores precisam de condições adequadas de trabalho. Uma observação e também uma escuta sensível das crianças dificilmente pode ocorrer em um ambiente onde o número de crianças por adulto ultrapassa aquele indicado na legislação.

Também é fundamental que o espaço das creches e pré-escolas esteja organizado de modo a garantir que as crianças possam brincar e interagir, para que, então, os professores possam observá-las, avaliando como se relacionam com as demais crianças, como utilizam os brinquedos, como estão se desenvolvendo em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

Outro aspecto importante a ser ressaltado nas Diretrizes diz respeito à necessidade da *utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.).* Em outra Unidade de nossa disciplina, já tratamos da importância de que os professores registrem as atividades por eles desenvolvidas nas creches e pré-escolas. Agora, vemos que esse registro é determinado por Lei.

O registro garante ao professor a documentação de sua prática e do desenvolvimento das crianças. Essa documentação será fundamental para que possa refletir sobre sua atuação, para que possa compartilhar suas práticas com pesquisadores (colaborando com a construção do conhecimento sobre Educação Infantil) e para que possa discutir o trabalho por ele desenvolvido com os gestores da escola em que atua.

Continuação do anexo 21 -

As Diretrizes destacam ainda a importância da organização de uma *documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil.*

Na disciplina D12 – "Fundamentos e princípios da Educação Infantil" tratamos da parceria que deve ser estabelecida entre as escolas de Educação Infantil e as famílias das crianças atendidas. Elaborar uma documentação específica para as famílias faz parte das ações que podem garantir um trabalho conjunto entre escola e famílias para o desenvolvimento das crianças.

No Parecer CNE/CEB n. 20/2009, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, também podemos encontrar aspectos relativos à avaliação na Educação Infantil. O relator do Parecer detalha, no trecho transcrito a seguir, como a avaliação deve acontecer nas creches e pré-escolas.

> 10. O processo de avaliação
>
> As instituições de Educação Infantil, sob a ótica da garantia de direitos, são responsáveis por criar procedimentos para avaliação do trabalho pedagógico e das conquistas das crianças.
>
> A avaliação é instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica na busca de melhores caminhos para orientar as aprendizagens das crianças. Ela deve incidir sobre todo o contexto de aprendizagem: as atividades propostas e o modo como foram realizadas, as instruções e os apoios oferecidos às crianças individualmente e ao coletivo de crianças, a forma como o professor respondeu às manifestações e às interações das crianças, os agrupamentos que as crianças formaram, o material oferecido e o espaço e o tempo garantidos para a realização das atividades. Espera-se, a partir disso, que o professor possa pesquisar quais elementos estão contribuindo, ou dificultando, as possibilidades de expressão da criança, sua aprendizagem e desenvolvimento, e então fortalecer, ou modificar, a situação, de modo a efetivar o Projeto Político-Pedagógico de cada instituição.
>
> A avaliação, conforme estabelecido na Lei nº 9.394/96, deve ter a finalidade de acompanhar e repensar o trabalho realizado. Nunca é demais enfatizar que não devem existir práticas inadequadas de verificação da aprendizagem, tais como provinhas, nem mecanismos de retenção das crianças na Educação Infantil. Todos os esforços da equipe devem convergir para a estruturação de condições que melhor contribuam para a aprendizagem e o desenvolvimento da criança sem desligá-la de seus grupos de amizade.

Continuação do anexo 21 -

A observação sistemática, crítica e criativa do comportamento de cada criança, de grupos de crianças, das brincadeiras e interações entre as crianças no cotidiano, e a utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.), feita ao longo do período em diversificados momentos, são condições necessárias para compreender como a criança se apropria de modos de agir, sentir e pensar culturalmente constituídos.

Conhecer as preferências das crianças, a forma delas participarem nas atividades, seus parceiros prediletos para a realização de diferentes tipos de tarefas, suas narrativas, pode ajudar o professor a reorganizar as atividades de modo mais adequado ao alcance dos propósitos infantis e das aprendizagens coletivamente trabalhadas.

A documentação dessas observações e outros dados sobre a criança devem acompanhá-la ao longo de sua trajetória da Educação Infantil e ser entregue por ocasião de sua matrícula no Ensino Fundamental para garantir a continuidade dos processos educativos vividos pela criança. (BRASIL, 2009, p. 16-17)

Além de conhecer a legislação específica sobre avaliação na Educação Infantil, é fundamental que vocês, alunos, estudem o que o Ministério da Educação tem apresentado sobre o tema nos documentos publicados. Por isso, em seguida está apresentado um excerto do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998, p. 59-61) que trata da observação, do registro e da avaliação formativa nas creches e pré-escolas.

Durante a leitura do excerto, fiquem atentos aos seguintes assuntos tratados no documento: o sentido da observação e do registro para a prática do professor de Educação Infantil, as diversas formas de registro da observação, as formas de entendimento da avaliação na Educação Infantil presentes em creches e pré-escolas, a forma como a avaliação é entendida no RCNEI, a função da avaliação para o professor e para as crianças e suas famílias, a avaliação institucional, como deve ocorrer a avaliação na Educação Infantil.

Observação, registro e avaliação formativa

A observação e o registro se constituem nos principais instrumentos de que o professor dispõe para apoiar sua prática. Por meio deles o professor pode registrar, contextualmente, os processos de aprendizagem das crianças; a qualidade das interações estabelecidas com outras crianças, funcionários e com o professor e acompanhar os processos de desenvolvimento obtendo informações sobre as experiências das crianças na instituição.

Continuação do anexo 21 -

Esta observação e seu registro fornecem aos professores uma visão integral das crianças ao mesmo tempo que revelam suas particularidades.

São várias as maneiras pelas quais a observação pode ser registrada pelos professores.

A escrita é, sem dúvida, a mais comum e acessível. O registro diário de suas observações, impressões, idéias etc. pode compor um rico material de reflexão e ajuda para o planejamento educativo. Outras formas de registro também, podem ser consideradas, como a gravação em áudio e vídeo; produções das crianças ao longo do tempo; fotografias etc.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sancionada em dezembro de 1996, estabelece, na Seção II, referente à educação infantil, artigo 31 que: "... a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental".

Existem ainda no Brasil práticas na educação infantil que possuem um entendimento equivocado da avaliação nessa etapa da educação, o que vem gerando sérios problemas, com conseqüências preocupantes, sobretudo, para as crianças de determinadas camadas da sociedade. A mais grave é a existência das chamadas "classes de alfabetização" que conferem à educação infantil o caráter de terminalidade. São classes que atendem crianças a partir de seis anos, retendo-as até que estejam alfabetizadas. As crianças que freqüentam essas classes não ingressam na primeira série do ensino fundamental, até que tenham atingido os padrões desejáveis de aprendizagem da leitura e escrita. A essas crianças têm sido vedado, assim, o direito constitucional de serem matriculadas na primeira série do ensino fundamental aos sete anos de idade. Outras práticas de avaliação conferem às produções das crianças: notas, conceitos, estrelas, carimbos com desenhos de caras tristes ou alegres conforme o julgamento do professor. A avaliação nessa etapa deve ser processual e destinada a auxiliar o processo de aprendizagem, fortalecendo a autoestima das crianças.

Neste documento, a avaliação é entendida, prioritariamente, como um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas e ajustar sua prática às necessidades colocadas pelas crianças. É um elemento indissociável do processo educativo que possibilita ao professor definir critérios para planejar as atividades e criar

Continuação do anexo 21 -

situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças. Tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar esse processo como um todo.

No que se refere às crianças, a avaliação deve permitir que elas acompanhem suas conquistas, suas dificuldades e suas possibilidades ao longo de seu processo de aprendizagem. Para que isso ocorra, o professor deve compartilhar com elas aquelas observações que sinalizam seus avanços e suas possibilidades de superação das dificuldades.

São várias as situações cotidianas nas quais isso já ocorre, como, por exemplo, quando o professor diz: "Olhe que bom, vocês já está conseguindo se servir sozinho", ou quando torna observãovel para as crianças o que elas sabiam fazer quando chegaram na instituição com o que sabem até aquele momento. Nessas situações, o retorno para as crianças se dá de forma contextualizada, o que fortalece a função formativa que deve ser atribuída à avaliação. Além dessas, existem outras situações que podem ser aproveitadas ou criadas com o objetivo de situar a criança frente ao seu processo de aprendizagem. É importante que o professor tenha consciência disso, para que possa atuar de forma cada vez mais intencional. Isso significa definir melhor a quem se dirige a avaliação — se ao grupo todo ou às crianças em particular; qual o melhor momento para explicitá-la e como deve ser feito. Esses momentos de retorno da avaliação para a criança devem incidir prioritariamente sobre as suas conquistas. Apontar aquilo que a criança não consegue realizar ou não sabe, só faz sentido numa perspectiva de possível superação, quando o professor detém conhecimento sobre as reais possibilidades de avanço da criança e sobre as possibilidades que ele tem para ajudá-la. Do contrário, ao invés de potencializar a ação das crianças e fortalecer a sua auto-estima, a avaliação pode provocar-lhes um sentimento de impotência e fracasso. Outro ponto importante de se marcar, refere-se à representação que a criança constrói sobre a avaliação. O professor deve ter consciência de que a forma como a avaliação é compreendida, na instituição e por ele próprio, será de fundamental importância para que a criança possa construir uma representação positiva da mesma.

A avaliação também é um excelente instrumento para que a instituição possa estabelecer suas prioridades para o trabalho educativo, identificar pontos que necessitam de maior atenção e reorientar a prática, definindo o que avaliar, como e quando em consonância com os princípios educativos que elege.

Continuação do anexo 21 -

> Para que possa se constituir como um instrumento voltado para reorientar a prática educativa, a avaliação deve se dar de forma sistemática e contínua, tendo como objetivo principal a melhoria da ação educativa. O professor, ciente do que pretende que as crianças aprendam, pode selecionar determinadas produções das crianças ao longo de um período para obter com mais precisão informações sobre sua aprendizagem. Os pais, também, têm o direito de acompanhar o processo de aprendizagem de suas crianças, se inteirando dos avanços e conquistas, compreendendo os objetivos e as ações desenvolvidas pela instituição. (BRASIL, 1998, p. 59-61)

Vimos, anteriormente, de que forma a legislação brasileira tem tratado da avaliação na Educação Infantil. Certamente, diversos estudos e pesquisas fundamentam a concepção de práticas avaliativas presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CBE 5, de 18/12/2009).

Entre os diversos pesquisadores que têm investigado questões relativas à avaliação na creche e na pré-escola, podemos destacar Jussara Hoffmann (2001), Zilma Ramos de Oliveira (2007), Miguel Zabalza (2006), Elisandra Girardelli Godoi (2007), Maria Alice Proença (2007), Gabriel de Andrade Junqueira Filho (2007), Teresa Vasconcelos (2007), Eulália Bassedas, Teresa Huguet e Isabel Solé (1999), entre outros.

Em seus estudos, esses pesquisadores analisam desde a função da avaliação no trabalho desenvolvido nas creches e pré-escolas até as melhores formas de se avaliar as práticas de cuidado e educação e o desenvolvimento das crianças.

Elisandra Girardelli Godoi (2007), no artigo "A avaliação e a educação das crianças pequenas", lembra da importância de que a discussão sobre avaliação na Educação Infantil esteja relacionada com as discussões mais amplas sobre concepções de criança, de educação e de infância. Para ela, a avaliação deve ser pensada a partir de um olhar para a criança como um ser competente, capaz, produtor de histórias e de culturas. E de um olhar para a creche como um espaço educativo.

A pedagoga ressalta que:

> Portanto, rever a avaliação e pensá-la em uma perspectiva de construção exige uma análise sobre a organização do trabalho pedagógico (o currículo, os tempos e os espaços educativos), além das concepções de mundo, de sociedade, de educação infantil, de criança e de infância que temos praticado. A avaliação como um processo em construção vai na contramão

Continuação do anexo 21 -

> de uma avaliação controladora, que determina a maneira de as crianças sentirem, viverem, conviverem e estarem na sociedade. Vai na contramão da submissão e da exclusão. (GODOI, 2007, p. 35)

Jussara Hoffmann (2001) analisa práticas avaliativas presentes em pré-escolas e faz um importante alerta. Para ela, é fundamental que a criança seja colocada no centro da ação avaliatória. A criança deve ser tomada pelos professores e professoras de Educação Infantil como a razão fundamental da avaliação. Os registros feitos a partir de suas observações devem servir para subsidiar sua ação educativa no seu cotidiano. Ação esta que, segundo Jussara Hoffmann, deve estar permanentemente voltada para a criança.

Eulália Bassedas, Teresa Huguet e Isabel Solé (1999) trazem diversas contribuições a respeito da avaliação na Educação Infantil. As pesquisadoras sugerem que a finalidade básica da avaliação nessa etapa da escolaridade é que "[...] sirva para intervir, para tomar decisões educativas, para observar a evolução e o progresso da criança e para planejar se é preciso intervir ou modificar determinadas situações, relações ou atividades na aula".

As pesquisadoras afirmam ainda que

> O mais importante não é emitir um juízo, definir uma situação, mas propor hipóteses, contrastá-las com outras pessoas adultas que se relacionam com a criança, comprová-las e modificá-las quando se considerar que não correspondem à evolução da criança. Quando avaliamos, não o fazemos somente em relação à evolução da criança, mas também ao nosso programa, ao nosso projeto e à nossa intervenção educativa. Desse ponto de vista, a avaliação serve para valorizar o que acontece quando colocamos em prática o programa que planejamos previamente e para verificarmos se é preciso modificar ou não determinadas atuações. Nesse caso, a avaliação está sendo utilizada para recolher informações que ajudam a melhorar as propostas que fizemos em aula. (BASSEDAS; HUGUET; SOLÉ, 1999, p. 173)

Dessa forma, também para essas pesquisadoras, assim como para as outras que citamos, avaliar, na Educação Infantil, é buscar elementos que orientem as práticas de cuidado e educação de modo que elas de fato garantam o desenvolvimento integral das crianças. Para Bassedas, Huguet e Solé (1999), é necessário avaliar em diferentes momentos.

Elas propõem uma *avaliação inicial* para o levantamento dos conhecimentos que as crianças já possuem sobre o tema que se pretende trabalhar ou sobre aquilo que se pretende ensinar, uma *avaliação formativa* que se realiza de uma maneira progressiva e paralela-

Continuação do anexo 21 -

> de uma avaliação controladora, que determina a maneira de as crianças sentirem, viverem, conviverem e estarem na sociedade. Vai na contramão da submissão e da exclusão. (GODOI, 2007, p. 35)

Jussara Hoffmann (2001) analisa práticas avaliativas presentes em pré-escolas e faz um importante alerta. Para ela, é fundamental que a criança seja colocada no centro da ação avaliatória. A criança deve ser tomada pelos professores e professoras de Educação Infantil como a razão fundamental da avaliação. Os registros feitos a partir de suas observações devem servir para subsidiar sua ação educativa no seu cotidiano. Ação esta que, segundo Jussara Hoffmann, deve estar permanentemente voltada para a criança.

Eulália Bassedas, Teresa Huguet e Isabel Solé (1999) trazem diversas contribuições a respeito da avaliação na Educação Infantil. As pesquisadoras sugerem que a finalidade básica da avaliação nessa etapa da escolaridade é que "[...] sirva para intervir, para tomar decisões educativas, para observar a evolução e o progresso da criança e para planejar se é preciso intervir ou modificar determinadas situações, relações ou atividades na aula".

As pesquisadoras afirmam ainda que

> O mais importante não é emitir um juízo, definir uma situação, mas propor hipóteses, contrastá-las com outras pessoas adultas que se relacionam com a criança, comprová-las e modificá-las quando se considerar que não correspondem à evolução da criança. Quando avaliamos, não o fazemos somente em relação à evolução da criança, mas também ao nosso programa, ao nosso projeto e à nossa intervenção educativa. Desse ponto de vista, a avaliação serve para valorizar o que acontece quando colocamos em prática o programa que planejamos previamente e para verificarmos se é preciso modificar ou não determinadas atuações. Nesse caso, a avaliação está sendo utilizada para recolher informações que ajudam a melhorar as propostas que fizemos em aula. (BASSEDAS; HUGUET; SOLÉ, 1999, p. 173)

Dessa forma, também para essas pesquisadoras, assim como para as outras que citamos, avaliar, na Educação Infantil, é buscar elementos que orientem as práticas de cuidado e educação de modo que elas de fato garantam o desenvolvimento integral das crianças. Para Bassedas, Huguet e Solé (1999), é necessário avaliar em diferentes momentos.

Elas propõem uma *avaliação inicial* para o levantamento dos conhecimentos que as crianças já possuem sobre o tema que se pretende trabalhar ou sobre aquilo que se pretende ensinar, uma *avaliação formativa* que se realiza de uma maneira progressiva e paralela-

Continuação do anexo 21 -

ZABALZA, M. A. Os diferentes âmbitos da avaliação. **Revista Pátio Educação Infantil**, Porto Alegre, ano IV, n. 10, p. 6-8, mar./jun. 2006.

BIBLIOGRAFIA

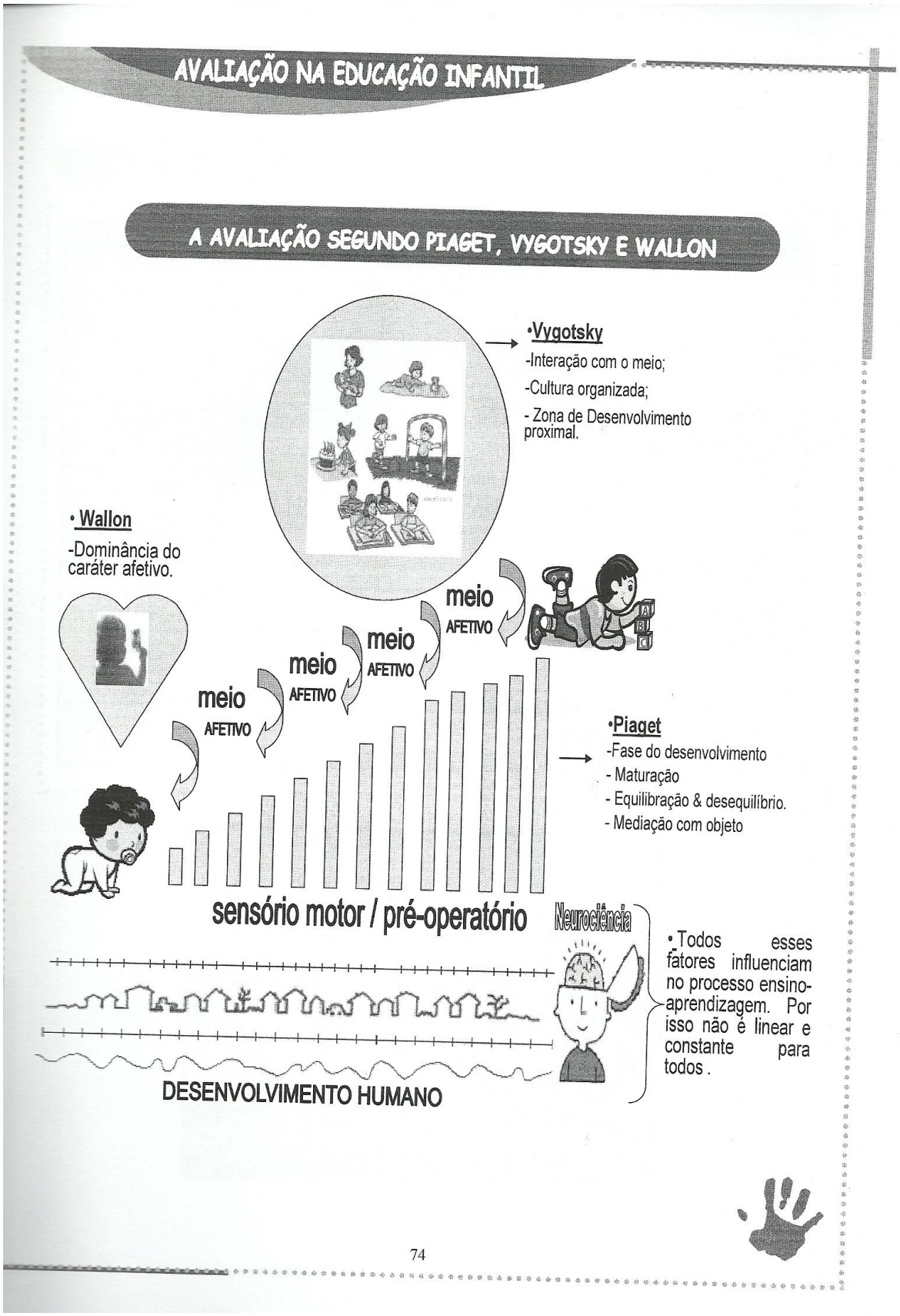
JUNQUEIRA FILHO, G. A. Quando as imagens não falam mais que as palavras. **Revista Pátio Educação Infantil**, ano IV, n. 12, p. 10-12, Porto Alegre, nov. 2006 / fev. 2007.

OLIVEIRA, Z. R. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PROENÇA, M. A. Registro reflexivo e autoformação. **Revista Pátio Educação Infantil**, ano IV, n. 12, p. 13-15, nov. 2006 / fev. 2007.

VASCONCELOS, T. Revisitando uma prática ao redor da mesa grande. **Revista Pátio Educação Infantil**, ano IV, n. 12, p. 6-9, nov. 2006/fev. 2007.

ANEXO 22 -


AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
A AVALIAÇÃO SEGUNDO PIAGET, VYGOTSKY E WALLON
•Vygotsky
-Interação com o meio;
-Cultura organizada;
- Zona de Desenvolvimento proximal.
• Wallon
-Dominância do caráter afetivo.
meio AFETIVO
meio AFETIVO
meio AFETIVO
meio AFETIVO
•Piaget
-Fase do desenvolvimento
- Maturação
- Equilibração & desequilíbrio.
- Mediação com objeto
sensório motor / pré-operatório
Neurociência
•Todos esses fatores influenciam no processo ensino-aprendizagem. Por isso não é linear e constante para todos .
DESENVOLVIMENTO HUMANO